



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTI

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS

Doutorado em Museologia e Patrimônio

**MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO E A
IMPORTÂNCIA DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL: (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
FERROVIÁRIA COM APORTE DA
DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA**

Jessica Moraes Tavares da Costa

Rio de Janeiro, 8 de agosto 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO E IMPORTÂNCIA DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: (Re)Construção da Memória Ferroviária com aporte da Documentação Museológica

Tese de Doutorado de Jessica Moraes Tavares da Costa submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Documento assinado digitalmente
 **DIANA FARJALLA CORREIA LIMA**
 Data: 12/08/2024 10:21:23-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Diana Farjalla Correia Lima
 (Orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

 Documento assinado digitalmente
MARCIO FERREIRA RANGEL
 Data: 12/08/2024 14:08:19-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel
 (Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente
 **MARCUS GRANATO**
 Data: 22/10/2024 15:14:55-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcus Granato
 (Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA MARQUES DE BRITTO**
 Data: 12/08/2024 17:06:21-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Rosângela Marques de Britto
 (Membro externo - Programa de Pós-Graduação em Artes IPPG Artes/UFPa)

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO ROMERO DE OLIVEIRA**
 Data: 13/08/2024 09:16:51-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira
 (Membro externo – PPG-HISTÓRIA/UNESP)

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2024.

MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO E A IMPORTÂNCIA DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA COM APORTE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Jessica Moraes Tavares da Costa

Aluno(a) do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio

Linha 01 – Museu e Museologia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

Orientador: Professor(a) Doutor(a) Diana Farjalla
Correia Lima

UNIRIO/MAST - RJ, 8 de agosto de 2024

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

C827 Costa, Jessica Moraes Tavares da
MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO E A IMPORTÂNCIA DO SEU
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA
FERROVIÁRIA COM APOORTE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA /
Jessica Moraes Tavares da Costa. -- Rio de Janeiro :
UNIRIO, 2024.
170

Orientador: Diana Farjalla Correia Lima.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, 2024.

1. Patrimônio Cultural Ferroviário. 2. Documentação
Museológica. 3. Memória Social. I. Lima, Diana Farjalla
Correia, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

O trilhar da vida acadêmica, sobretudo para uma mãe, por vezes pode ser um caminho tortuoso, repleto de obstáculos, ansiedades e medo, principalmente medo de não ser suficientemente boa para dar conta de tantas demandas. A solidão da pesquisa e da produção textual se mostra voraz. Entretanto, para satisfação e sorte, pude contar com a parceria e momentos de confiança de uma orientadora que não largou minhas mãos, pelo contrário esteve sempre a proferir palavras doces e de incentivo, no que resultaram nesta tese. Estes 4 anos não se resumiram à tese, foram horas de diálogo, discussões, reflexões e risos. À professora Diana Farjalla Correia Lima, mais que uma orientadora, se tornou uma amiga, meus eternos agradecimentos.

Sou grata a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, à Coordenação do Programa, e especialmente ao prof. ° Ivan Coelho de Sá, que me recebeu de forma amigável no Núcleo de Memória da Museologia e possibilitou a pesquisa na coleção Maria Elisa Carrazzoni, museóloga cujo nome está ligado ao Museu do Trem do Rio de Janeiro.

À banca examinadora por todos os aconselhamentos, direcionamentos e pontuações pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa desde o exame de qualificação. Todos tiveram papel relevante para o enriquecimento do meu trabalho.

Ao museólogo Rafael Gomes, que reabriu as portas da Casa do Patrimônio Ferroviário para que eu pudesse realizar as pesquisas *in loco*, e não só, foi de extrema gentileza e entusiasmo para com minha pesquisa. Obrigada pelas horas destinadas as nossas trocas de informações.

Agradeço ao eterno diretor do Museu do Trem, Bartolomeu Homem d'El Rei Pinto, que mesmo após sua aposentadoria do cargo, manteve o canal de

comunicação aberto e, desde 2013, para uma parceria em prol da preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário. A memória e história das ferrovias, com certeza, tem estado em boas mãos pelo cuidado que ele tem dedicado ao assunto.

Não poderia deixar de mencionar a atenciosa e prestativa secretária do PPG-PMUS, Alexandra Durão, que está sempre pronta a auxiliar e organizar nossas vidas acadêmicas.

Agradeço a todos os membros da equipe do Serviço de Acervo Museológico e Iconográfico, SEAMI, do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo apoio e carinho dedicados a mim neste período do meu curso de doutorado. Sem a compreensão dos meus chefes de serviço, Marco Antônio Sampaio e Marcos Velludo, da historiadora Marlice Barros e colegas da Museologia, Ingrid Cardoso, Leandro Pontes e Maximiliano de Souza, não teria conseguido cumprir os prazos desta tese. Obrigada!

Aos amigos, Tarcísio Bastos e Luciana Pinto, que mesmo distantes, estão a meu lado trocando experiências, concedendo um ombro amigo e que se lembram de mim quando se deparam com notícias sobre a temática ferroviária. Sou grata por ter encontrados vocês, em 2014, na Fundação Oswaldo Cruz. Seguiremos!

Ao meu companheiro, amigo, namorado, Fernando Alvarez, aquele que me apresenta novidades e que adora uma conversa, e esteve presente e disposto a ouvir minhas reclamações, a secar minhas lágrimas quando o desespero me acometia, e a passar algumas horas sendo minha plateia quando precisava treinar para apresentação da banca.

Aos meus pais, Rosane Moraes e Jorge Amaro, aqueles que ensinaram a ser uma cidadã, a ser um indivíduo responsável, que desde a graduação valorizam

minhas escolhas profissionais e de vida. Sou eternamente grata a ambos. À minha prima, comadre, irmã de outra mãe, Janine Moraes, que me auxilia no cuidado com meu filho e que realizou a tradução do resumo para o inglês desta pesquisa. Sempre me salvando! À minha madrinha, Eliane Moraes, pelo amor e zelo.

Aos meus saudosos avós, Jurema Moraes e Sebastião Tavares, meu amor pelos trens surgiu com vocês. Os anos passam, mas vocês estarão presentes em meu ser até os últimos momentos.

Por fim, ao meu maior tesouro, o mini ser humano que faz meus dias serem tão amáveis e adoráveis, que traz alegria e uma pitada de preocupação, mas que é o maior amor que eu poderia sentir. Estamos juntos há 10 anos, coincidentemente, mesmos 10 anos que iniciei na profissão de museóloga. Acredito que sem você, meu filho Lucas Tavares, eu não seria metade da pessoa, mulher, profissional que sou hoje. Eu te amo daqui até o infinito.

Enfim, a todos que participaram de algum modo na consolidação deste sonho. Muito obrigada!

O Ferroviário

São cinco da manhã
Ele já está de pé
Está se preparando pra tomar café
Um pouco sonolento, ele não dormiu bem
Pensando na farmácia que tem para pagar
Pensando no aluguel que não pode atrasar
Pensando na esportiva, que domingo tem

É hora de sair
O galo já cantou, apanha um guarda-chuva
Lá fora trovejou
Será que vai haver mais uma inundação?
Por tua companheira e pelos filhos teus
Faz uma oração e agradece a Deus
Despede da mulher e vai para a estação

E quando chega fevereiro
Veste a fantasia e na avenida vai sambar
Esquece o trem, tudo que tem
Está feliz, é carnaval

Chegando pro trabalho já escuta alguém
Dizendo que já era a condução de trem
Engole o desaforo, é melhor não ligar

O trem esta lotado, é hora de partir
É mais uma viagem que ele vai cumprir
Carrega na partida, o trem começa a andar

Correndo contra o tempo, uma corrida vã
Seu pensamento voa em busca do amanhã
No peito a flama, o sonho, a raça e o ideal

Trabalha só que canta sem esmorecer
É quase analfabeto, há tanto o que aprender
Mas é mestre sala quando é carnaval

Composição Wando. Intérprete Wando. 1973.

RESUMO

COSTA, Jessica Moraes Tavares da. **Museu do Trem do Rio de Janeiro e a importância do seu Patrimônio Cultural Imaterial: (re)construção da memória ferroviária com aporte da documentação museológica.** Orientadora: Prof.^a Dr.^a Diana Farjalla Correia Lima. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. 2024 Tese.

Na pesquisa escolhemos investigar a lacuna informacional referente à Memória Social Ferroviária por não ter sido lembrada pelo discurso expositivo do Museu do Trem, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, e (re)construí-la por meio das bases teóricas da Museologia, perpassando pelo processo da Musealização e patrimonialização, do conceito e prática da Documentação Museológica, deste modo reestabelecendo e difundindo a existência da interdependência entre o Patrimônio Cultural Material e Patrimônio Cultural Imaterial Ferroviário. Abordamos a participação do poder público mediante a transferência de responsabilidade e gerenciamento do legado ferroviário proveniente da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O estudo buscou legitimar a participação de agentes sociais marginalizados, que atuaram no Complexo das Oficinas Mecânicas Ferroviárias do Engenho de Dentro executando atividades técnicas, estudando na Escola Prática de Aprendizes, publicando periódicos e que colaboraram para o desenvolvimento do subúrbio carioca conectado pelo trem. Enfatizamos suas existências através da análise e discussão do que compreendemos por segmentos da memória: objetos, fotografias, documentos arquivísticos e bibliográficos. Visamos discutir a aproximação entre Patrimônio Cultural das Ferrovias, com a comunidade do entorno e o espaço museológico. A atribuição de valor simbólico aos personagens da histórica ferroviária decorreu do respaldo metodológico do Comitê Internacional para Documentação, Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM), que possibilita modelos de fichas catalográficas. Constatamos os desafios da localização de referências terminológicas devido a inexistência de *thesaurus* especializado ao Patrimônio Cultural Industrial Ferroviário, resultando em uma classificação insuficiente, tal como incapaz de estabelecer correlações entre entidades. A pesquisa em suas considerações finais concluiu que a construção de modelo de ficha que estabeleça correlações a partir de conceituações e metodologias, aplicadas no processo de Musealização e Documentação Museológica, permite não só a produção de informações sobre o Patrimônio Cultural Imaterial Ferroviário, como também possibilita ao público acesso a essa faceta da memória do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Museologia; Casa do Patrimônio Ferroviário; Documentação Museológica; Patrimônio Cultural Ferroviário Material e Imaterial; Memória Social

ABSTRACT

COSTA, Jessica Moraes Tavares da. **Rio de Janeiro Train Museum and the importance of its Intangible Cultural Heritage:** (re) construction of railway memory with the contribution of museological documentation. Supervisor: Prof. Dr. Diana Farjalla Correia Lima. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. 2024 Thesis.

In this research we chose to investigate the information gap regarding Railway Social Memory because it was not remembered by the exhibition discourse of the Trains Museum, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, and (re)construct it through the theoretical bases of Museology, going through the process of Musealization and Patrimonialization, of the concept and practice of Museological Documentation, thus reestablishing and disseminating the existence of interdependence between Material Cultural Heritage and Railway Intangible Cultural Heritage. We address the participation of public authorities through the transfer of responsibility and management of the railway legacy from the Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima to the National Historical and Artistic Heritage Institute. The study sought to legitimize the participation of marginalized social agents, who worked in the Complexo de Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro carrying out technical activities, studying at the Escola Prática de Aprendiz, publishing periodicals and who contributed to the development of the Rio suburb connected by train. We emphasize their existence through the analysis and discussion of what we understand as segments of memory: objects, photographs, archival and bibliographic documents. We aim to discuss the rapprochement between the Cultural Heritage of the Railways, the surrounding Community and the museum space. The attribution of symbolic value to historical railway characters resulted from the methodological support of the International Committee for Documentation, Declaration of Principles of Documentation in Museums and International Guidelines for Information on Museum Objects: Information Categories of the International Documentation Committee (CIDOC-ICOM), which enables catalog card models. We noted the challenges of locating terminological references due to the lack of a specialized thesaurus for Railway Industrial Cultural Heritage, resulting in an insufficient classification, such as being unable to establish correlations between entities. The research in its final considerations concluded that the construction of a form model that establishes correlations based on conceptualizations and methodologies, applied in the process of Musealization and Museological Documentation, allows not only the production of information about the Railway Intangible Cultural Heritage, but also enables public access to this facet of Rio de Janeiro's memory.

Keywords: Museology; Railway Heritage House; Museum Documentation; Tangible and Intangible Railway Cultural Heritage; Social Memory

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária

AEF - Associação de Engenheiros Ferroviários

AMUTREM RJ - Associação de Amigos do Trem do Rio de Janeiro

ANPF - Associação Nacional de Preservação Ferroviária

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

APMCP - Associação de Preservação da Memória da Companhia Paulista

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIDOC – Comitê Internacional para a Documentação

CMPC - Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural

CNO – Carta de Nova Olinda

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPII – Colégio Pedro II

CPHF - Centro de Preservação da História Ferroviária

CRM - Conceptual Reference Model

DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil

EFDPII - Estrada de Ferro Pedro II

EFL – Estrada de Ferro Leopoldina

ENGEFER – Empresa de Engenharia Ferroviária S.A

EUA - Estados Unidos da América

FAEF - Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

FNTF - Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários

GESFRA - Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos

GWBR - Great Western of Brazil Railway

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - *International Council of Museums*

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEP - Museu da Escola Politécnica

MDCT - Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia

MPF – Movimento de Preservação Ferroviária

PEP - Programa de Especialização em Patrimônio

PNM – Política Nacional de Museus

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PPGPMUS – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

PRESERFE – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário

PRESERVE - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.

SEI – Sistema Eletrônico de Informação

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TICCIH - *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFP – Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Planta baixa - Oficinas do Engenho de Dentro. 1907	p.8
Figura 2: Coleção Maria Elisa Carrazzoni. 2024	p.36
Figura 3: Centros de Preservação e as Diretrizes para Instalação	p.37
Figura 4: CPHF - Os Espaços de Uso. 2018	p.38
Figura 5: Placa de inauguração do Centro de Preservação Ferroviária do Rio De Janeiro - atual Casa do Patrimônio Ferroviário. 1984.	p.39
Figura 6: Inauguração Museu do Trem. 1984. Reportagem.	p.40
Figura 7: Exposição de inauguração CPHF-RJ. 1984	p.41
Figura 8: Demolição das Oficinas para construção do Estádio João Havelange. 2004	p.44
Figura 9: Furto de Acervo. 2022	p.50
Figura 10: Busca de Bens	p.51
Figura 11: Malha Ferroviária da Província do Rio de Janeiro em 1887	p.56
Figura 12: Oficina de São Diogo. Segunda metade do séc. XIX (estimado)	p.57
Figura 13: Fachada das Oficinas do Engenho de Dentro. 1933	p.58
Figura 14: Mapa com a delimitação territorial de onde existiu o Complexo Ferroviário do Engenho de Dentro - atual Estádio Olímpico João Havelange	p.59
Figura 15: Restauração galpões Praça do Trem. 2016	p.59
Figura 16: Mecânicos Ferroviários. Segunda metade séc. XIX (estimado)	p.60
Figura 17: Construção de Peças. Séc. XX (estimado)	p.62
Figura 18: Habitações dos Trabalhadores 1919 - 1944 – 2023	p.64
Figura 19: Refeitório das Oficinas do Engenho de Dentro (trabalho e família). Primeira Metade do Séc. Xx (estimado)	p.65
Figura 20: Ata de Criação da Escola Prática de Aprendizizes. 1906	p.69
Figura 21: Operários, aprendizes e outros no Engenho de Dentro. Primeira metade do séc. XX (estimado).	p.70
Figura 22: Diploma de aprendiz graduado em locomoção. 1921	p.71
Figura 23: O Echo Suburbano.1901	p.74
Figura 24: Número único União Operária do Engenho de Dentro. 1904	p.74
Figura 25: Denúncia sobre casebres	p.75

Figura 26: O problema ferroviário	p.76
Figura 27: Análise documental na Museologia	p.81
Figura 28: Acervo Museológico: Espaço de Guarda. 2024.	p.82
Figura 29: Acervo Arquivístico e Bibliográfico. 2024	p.83
Figura 30: Registro de Ponto de Pessoal. 1956	p.83
Figura 31: Figura 31: Longeirão	p.92
Figura 32: Forjas e chaminés do Complexo de Oficinas do Engenho de Dentro. EFCB.	p.94

SUMÁRIO

1. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO - MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO	p.2
2. CAMINHOS DE FERRO: TRILHANDO A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA	p.15
3. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO: DE PAISAGEM INDUSTRIAL A ESPAÇO MUSEU	p.33
3.1 PRIMEIRA FASE: CENTRO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA FERROVIÁRIA – RFFSA (1984-2007)	p.34
3.2 SEGUNDA FASE: CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO – GESTÃO IPHAN (2007-ATUAL)	p.46
4. “OFFICINAS DO ENGENHO DE DENTRO”: VIVÊNCIAS DE TRABALHO	p.52
4.1 FREGUESIA DE INHAÚMA A ENGENHO DE DENTRO: UM SUBÚRBIO OPERÁRIO LIGADO PELO TREM	p.54
4.2 AS OFICINAS FERROVIÁRIAS: COMPLEXO DE SABERES	p.55
4.3 PRIMEIRA ESCOLA PRÁTICA DE APRENDIZES	p.66
4.4 O PERIODISMO E O REGISTRO DAS LUTAS FERROVIÁRIAS DE TRABALHO	p.72
5. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: LINHA FERROVIÁRIA PARA O TREM DA MEMÓRIA	p.78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.96
REFERÊNCIAS	p.104
ANEXOS	p.127
ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)	p.128

**1. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO
DO RIO DE JANEIRO - MUSEU DO TREM
DO RIO DE JANEIRO**

1. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO - MUSEU DO TREM DO RIO DE JANEIRO

O tema da tese que escolhemos investigar focaliza rememorar, ato sedimentado no plano da memória quer individual quer coletiva, que no cenário da nossa pesquisa está representada em ambiente social urbano por um Patrimônio Cultural musealizado, cuja base interpretativa para comunicação da exposição permanente, ou longa duração está alicerçada, estritamente, no aspecto material das peças exibidas. Trata-se de um Museu representativo do panorama do transporte ferroviário. Está localizado no bairro carioca do Engenho de Dentro que, antigamente, integrava a Freguesia de Inhaúma compondo a paisagem industrial ferroviária e, nos dias de hoje, situa-se na área metropolitana do município do Estado do Rio de Janeiro, na zona norte da capital – subúrbio carioca – bairro do Engenho de Dentro.

A Instituição foi inaugurada em 1984 com o título de Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, e tornou-se a sede do que se conhece também como Museu do Trem, nome que o Iphan, seu responsável institucional, ainda usa e sendo possível constatar no portal GOVBR¹ e outros sites municipais como o IPatrimônio. O Museu do Trem por estar com este título registrado na memória da cidade e continuar sendo por este nome identificado ao longo de cerca de 40 anos, assim, será designado na tese. A instituição museológica foi criada e administrada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, RFFSA, como resultado de iniciativa do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERVE/PRESERFE, no âmbito do antigo Ministério dos Transportes, que se manteve em atividade nos anos de 1980 a 1999. O espaço que estamos apresentando evoca um “lugar de memória”, como apontou o historiador Pierre Nora (1993), um elemento simbólico que habita o imaginário social, e fisicamente instalado nas estruturas do galpão que serviu para pintura dos vagões ferroviários, uma construção da linguagem da arquitetura industrial integrante do complexo das Oficinas Mecânicas da Estrada de Ferro Pedro II, cuja fundação remonta aos anos (cerca) de 1871-1873.

Após a desestatização e dissolução da RFFSA, em 2007, o Centro por meio da Lei Nº 11.483 de 31 de maio de 2007, documento que “Dispõe sobre a

¹<https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/sinos-de-bronze-sao-furtados-no-museu-do-trem-no-rio-de-janeiro>

revitalização do setor ferroviário”, então, passou para a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Iphan, órgão federal voltado à salvaguarda de bens culturais nacionais, que se tornou o responsável legal pela “preservação e a difusão da Memória Ferroviária” brasileira (Art 9º, § 2º). A Instituição teve como finalidade, de acordo com o mesmo Art 9º (grifo nosso), “administrar”, “zelar pela [...] guarda e manutenção” dos “bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA”. No caso da mencionada difusão dos bens estava previsto serem “promovidas mediante: I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, [...] bem como de suas coleções e acervos”. Desde o ano de 2013, de modo oficial denomina-se Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, no entanto, o nome Museu do Trem, continua a ser a referência usada externamente aos documentos institucionais e, inclusive, nos sites de entidades municipais que usam os dois títulos. A nova identificação foi promovida pela política do Iphan em atenção a articulação de gestão compartilhada, conforme a publicação “Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos” (Iphan, 2014). A Rede Casas do Patrimônio faz parte do projeto de compartilhamento de gestão dos espaços de memória sob coordenação do Iphan, abarcando, portanto, o antigo Museu do Trem, qualificando-o como Casa do Patrimônio Ferroviário.

É importante apontar que o Museu do Trem apresenta um caráter singular, porque pode ser indicado na qualificação de um símbolo de excepcionalidade no cenário da Musealização, pois é o único museu ferroviário situado em um edifício de oficina de reparos, e não em uma estação como, geralmente, estão localizados outros espaços musealizados, bem como é um solitário caso ao estar sob responsabilidade do Instituto em todo o território nacional.

No panorama temático no qual se insere a tese, o assunto ferrovia como objeto de estudo no contexto do processo de Musealização, cuja amplitude conceitual atribui-se também como ato que promove a Patrimonialização, representado pelo Museu em questão, o bairro do Engenho de Dentro emoldura o quadro histórico e a memória do lugar, já que sua existência se confunde com o surgimento da linha férrea e da estação que desde século XIX marcou a vida local, ou seja há mais de século e meio.

Vamos recuar, por ora, no tempo histórico para situarmos o panorama temático no qual está inserido desde o início o recorte do nosso estudo para a tese, assim, é preciso dizermos como se deu no Brasil o aparecimento das ferrovias.

Embora já houvesse planos para construir estradas de ferro nas décadas iniciais do século XIX, porque há registro documental que demonstra disposição para tanto, como afirma o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Dnit (2016, s.p.):

[...] o Governo Imperial consubstanciou na Lei n.º 101, de 31 de outubro de 1835, a concessão, com privilégio pelo prazo de 40 anos, às empresas que se propusessem a construir estradas de ferro, interligando o Rio de Janeiro.

No entanto, conforme a mesma fonte, a proposta não encontrou resposta: “O incentivo não despertou o interesse desejado pois as perspectivas de lucro não foram consideradas suficientes para atrair investimentos” (Dnit, 2016, s.p.). E somente em meados do século a estrada de ferro teve lugar no Brasil, mais precisamente em 1854 tendo seu primeiro trecho de via férrea implementada que, hoje, corresponde ao Estado do Rio de Janeiro.

O atual município do Rio de Janeiro, à época capital do Império, portanto, foi cenário do ponto de partida das discussões e da disseminação de trens pelo território brasileiro, sendo o presente Estado do Rio de Janeiro um marco no desenho da malha do nosso Patrimônio Ferroviário. Isto porque as regiões que, primeiramente, receberam trens circulando foram a zona central que se direcionava à região serrana e estendeu-se para as atuais zonas norte e oeste. Estas localidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro eram áreas de cultivo de cana de açúcar com engenhos para beneficiamento da produção e, em sua maioria, são identificadas como bairros integrantes do subúrbio carioca (Homero, 2014, s.p.).

A chegada da ferrovia urbana no Rio de Janeiro colaborou para o povoamento dos bairros: Bonsucesso, Brás de Pina, Cascadura, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Madureira, Méier, Olaria, dentre outros. A ligação ferroviária fez surgir, também cidades consideradas da periferia da zona central como Duque de Caxias, Inhomirim, Magé e Japeri. Portanto, o bairro do Engenho de Dentro, no qual nosso objeto de estudo está situado, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, teve seu

desenvolvimento a partir do processo de urbanização para além das zonas centrais da então capital imperial:

Desde a sua inauguração, em 1858 pelo então Imperador D. Pedro II, a história da atual Central do Brasil contribuiu para o progresso e o retrocesso da cidade ao longo dos anos. Através de seus trilhos surgiram conceitos de subúrbio e periferia, que foram moldando os espaços de sociabilidade, consumo e cultura (Maia; Chao, 2016, p. 148).

O subúrbio ilustra o território geográfico que se desenvolveu a partir da chegada do trem e da expansão da malha ferroviária, pois:

A partir do que conta a história cultural sobre a formação das cidades, especialmente no Rio de Janeiro, discute-se como o subúrbio norteia o campo da cultura e da comunicação no cenário atual. Faz-se uma análise, partindo de referências e símbolos que representam o imaginário carioca, a exemplo do trem e da malha ferroviária urbana. (Maia; Chao, 2016, p.147).

Foi, exatamente, no território do Engenho de Dentro que entre os anos de 1871 e 1873 foram estabelecidas a Estação do Engenho de Dentro e as Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro, sítio onde se localiza o Museu do Trem.

Ao focalizarmos um Museu que se identifica como “do Trem”, a referência sobre o espaço de salvaguarda de bens culturais trata do ambiente Patrimônio Industrial Ferroviário brasileiro, ou seja, um Patrimônio Cultural que pode do mesmo modo ser identificado como Patrimônio Cultural Industrial Ferroviário; e nossa tese que se expressa no campo do conhecimento da Museologia teve o olhar profissional despertado para o assunto durante nossa graduação em Museologia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, (Bacharelado, 2013), em seguida no Mestrado Profissional em Memória e Acervos (2017), na Fundação Casa de Rui Barbosa, com nossas visitas de estudos feitas ao Museu do Trem do Rio de Janeiro. O que chamou nossa atenção, ainda como estudante e posteriormente como museóloga, especialmente foi a exposição de longa duração (ainda mencionada em literatura também como exposição permanente) que permaneceu instalada no período de 1984-2019, quando a Instituição esteve aberta ao público, mesmo que entre períodos de fechamento.

O motivo foi termos dado conta que o tratamento comunicacional conferido à exibição carecia de informação sobre o lugar no qual estava sediado o Museu e

suas referências, pontos que seriam relevantes narrar. Observamos, então, que aspectos esclarecedores deixaram de ser explicitados ocasionando o que se pode identificar como “lacuna informacional” (Lima, 2012, p. 33), visto que o discurso apresentado pela Instituição museológica não abordava na mensagem divulgada a história local: isto é, o contexto que diz não só do próprio espaço que abriga a atual Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro – Museu do Trem – e seu entorno, portanto, incluindo o prédio ocupado pelo Museu e o ambiente circundante. Mas, sobretudo, relacionado a sua função original e caracterizada pela atividade marcada pela sua natureza de local especializado dos trabalhadores ferroviários, cuja ação profissional é o suporte para a movimentação da linha férrea, pelo seu caráter ligado ao transporte coletivo, pelas idas e vindas cotidianas das pessoas que usavam o serviço.

Ainda, não podemos esquecer que pela sua condição de representar um Patrimônio Industrial musealizado, sem dúvida, por tal qualificação conceitual implica atender a função museológica de comunicação aos visitantes do circuito de visitação e, do mesmo modo, para as pessoas que buscam informação em fontes confiáveis relacionadas e componentes dos acervos institucionais. No entanto, conforme tivemos oportunidade de constatar nas visitas que fizemos, não se destacava na cena expositiva um dado primordial do ambiente transformado em Museu: a Memória Social do trabalho e do ensino que foram realizados precisamente naquele local e relativas às Oficinas, o que incide sobre a ausência de abordagem do aspecto identificado na categoria de Patrimônio Cultural Imaterial, isto é, a herança intangível que pela “interdependência” existente entre as categoria patrimoniais materiais e imateriais, conforme afirma a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003)², precisaria marcar presença no mesmo espaço de exibição, representando a ação cotidiana do patrimônio humano. Esta situação, então, nos permite interpretar e abordar como formalizando um problema que merece ser pesquisado.

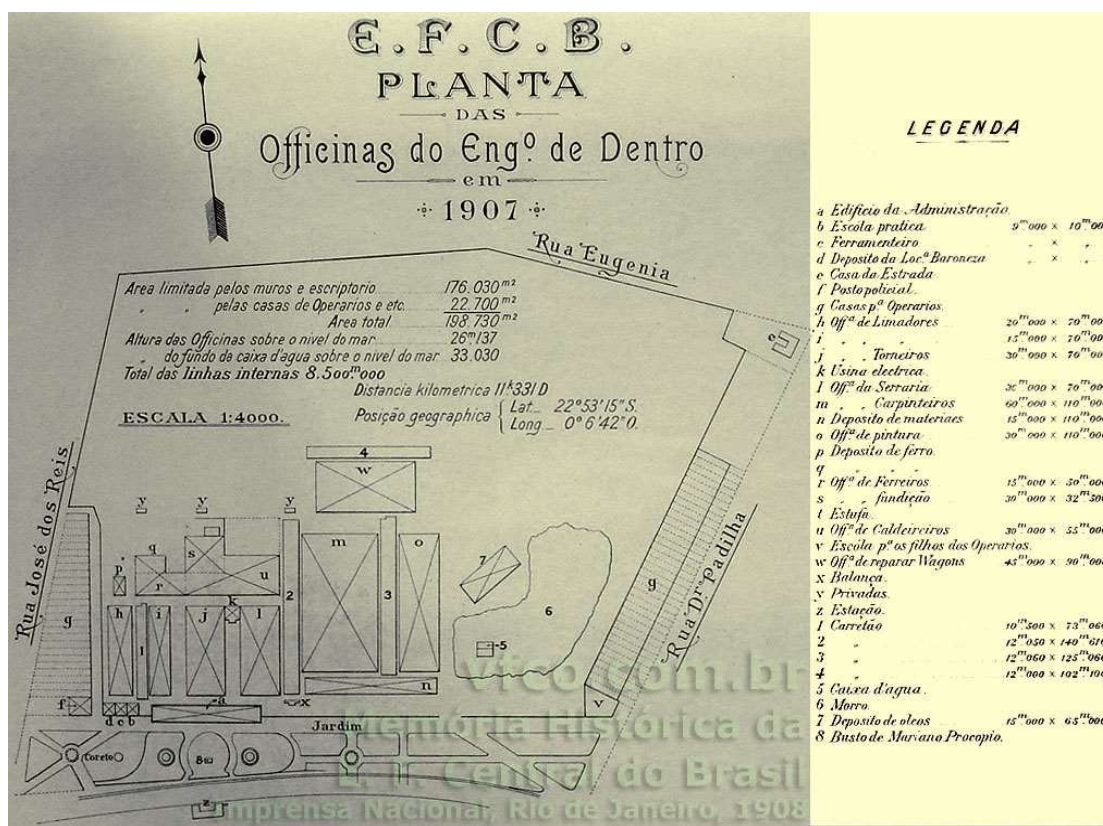
O Museu do Trem é remanescente situado no terreno que envolvia o complexo das Oficinas Mecânicas do bairro do Engenho de Dentro, um sítio que desde os

² O documento foi oficialmente estabelecido e divulgado internacionalmente pela UNESCO “em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003” (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial).

últimos 25 anos do século XIX comportava em grande território pequenas oficinas especializadas ocupadas com ações técnicas, tratando do manuseio, dos reparos dos equipamentos ferroviários que coexistiam com o ensino desenvolvido na Escola Prática de Aprendizizes, localizada no mesmo lugar. Foram os trabalhadores, operários especializados como: limadores, torneiros, eletricitas, serralheiros, carpinteiros, pintores, ferreiros, fundidores e caldeireiros, entre outros, que exerceram os ofícios no espaço representado na planta baixa das Oficinas do Engenho de Dentro que apresentamos na figura 1, na página seguinte.

Devemos, deste modo, reconhecer que o conjunto de atividades mantidas naquele complexo ferroviário no bairro, à época, tinha sua manutenção operada pelos operários, engenheiros e outros funcionários que, naquele local, faziam acontecer o dia a dia da linha férrea no seu incessante vai e vem.

Figura 1: Planta baixa - Oficinas do Engenho de Dentro. 1907.



Fonte: Imprensa Nacional

Os trabalhadores ferroviários que ali atuavam dotados de um patrimônio detentor de conhecimento especializado, no entanto, não foram lembrados na exposição museológica que ao longo de anos esteve, como dissemos, aberta à visitação no período de 1984-2019. Tal situação que presenciamos na condição, ao mesmo tempo, de público visitante e de profissional com olhar especializado da Museologia, consequentemente, nos fez perceber que a mensagem comunicada pela exibição apoiada na informação visual e textual estava limitada a explicar nomes e os usos dos itens de acervo --- objetos, maquinário --- deste modo, predominando identificar o aspecto do Patrimônio Cultural Material sem relação com referências do dia a dia das operações realizadas e os trabalhadores das situações ocorridas.

O enfoque dado pela expografia, por tal perspectiva, atuou no apagamento da memória, ou melhor dizendo, operou o outro lado que confronta o lembrar da memória coletiva: o esquecer, portanto, resultou em ter esquecido o aspecto contextual de referência representado pelos “saberes e fazeres” (Iphan, 2018, p.137) que eram ali praticados cotidianamente, assim, levando a não apresentar elementos que, segundo fontes especializadas como: Convenção para Salvaguarda do

Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003); Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Iphan, 2000) e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, PNPI (2000), caracterizam a categoria “patrimônio cultural imaterial” que é compreendida como bens que representam e simbolizam as realizações humanas por meio de: “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” (Unesco, 2003), e que se referem aos agentes sociais atuantes nas Oficinas e outros profissionais que desenvolviam atividades referentes aos trens e à estação naquele sítio.

No discurso que estava elaborado e comunicado no espaço musealizado, em vista disto não estava presente o reconhecimento da dimensão da cultura que é primordial para o entendimento da interpretação patrimonial, de acordo com a Convenção da Unesco (2003, grifo nosso) já comentada e, que aponta considerar: “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”. Por conseguinte, não havia relevância dada para permitir relacionar em um contexto histórico-memorialístico as atividades cotidianas do saber, do fazer, e demais manifestações culturais dos agentes ferroviários e, ainda, a atividade que podemos considerar especial porque estava ligada ao treinamento técnico profissional para alunos da Escola Prática de Aprendiz, jovens que, em sua maioria, eram filhos ou familiares dos trabalhadores ligados a história da linha férrea (Beaklini, 2017, p.71).

A situação que expomos, o esquecimento da memória da ação dos trabalhadores ligados às Oficinas Mecânicas do bairro do Engenho de Dentro, cujo trabalho de manutenção ferroviária associava de maneira prática expor problemas e mostrar soluções aos jovens aprendizes dos ofícios que ali se executavam, aponta para estabelecer o caráter de problema de pesquisa. Isto porque nossa abordagem trata de destacar o quadro do conhecimento especializado composto de um domínio de atividades de diferentes profissionais ativos no dia a dia da ferrovia, que faz parte indissociável da cultura imaterial existente no Patrimônio Ferroviário, e que podemos aplicar na tese ao modo de categoria ilustrando o Patrimônio Cultural Imaterial Ferroviário, tendo como horizonte conformar um olhar que se volte para identificar elementos intangíveis cuja ausência, conforme relatamos, compromete a imagem para lembrança e salvaguarda de um bem coletivo, social do lugar.

A atual Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, antigo Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, Museu do Trem, através da mensagem comunicada na exposição de longa duração que foi exibida por mais de três décadas, implicou no esquecimento da memória coletiva daqueles que atuaram em um local onde a prática dos ofícios colocava em ação o que procedia de teorias e diretrizes técnicas sobre diversos saberes que se alinhavam ali. Também era espaço em que se articulavam as relações sociais do ambiente industrial suburbano carioca, e que merece ser expresso por meio de estudo que reflita as ocorrências ligadas ao Patrimônio Cultural Imaterial Ferroviário do lugar em pauta, desta maneira, apontando para o entendimento que possa representar um patrimônio humano atuando na cena ferroviária ligando-o ao contexto do fazer oriundo do saber. Ao observarmos o material reunido no acervo e em instituições de guarda histórica, os denominamos como segmentos de uma memória, partes de um todo da memória cultural ferroviária carioca. Este olhar é o que nos encaminha investigar na pesquisa para a tese.

Por conseguinte, a tese destaca em cenário de problematização a mensagem apresentada pelo Museu do Trem por ter apagado no registro do imaginário social do bairro do Engenho de Dentro os saberes e fazeres (imaterial) dos profissionais que contribuíram para o funcionamento da ferrovia. E no quadro das categorizações do Patrimônio Cultural Material e Imaterial (terminologia usada pelo Iphan e usualmente disseminada no Brasil), ou internacionalmente grafado como tangível e intangível (Unesco e outros), aplicamos o conceito internacional vigente da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 cujo fundamento é, como já dissemos, a interdependência dos dois planos de representação patrimonial, porque permite determinar base adequada para elaborar a informação, estabelecer a comunicação no espaço museológico tendo por base o delineamento do cenário de (re)construção da memória coletiva no discurso expositivo, e sendo referente ao aspecto lembrar da memória do grupo social representativo dos agentes ferroviários das Oficinas, em cujo bairro ainda há seus familiares.

Nesta situação-problema de uma exposição que permaneceu mais de 30 anos no Museu do Trem e cuja mensagem comunicada, relembramos, omitiu a face do patrimônio de ordem imaterial, visualizamos rever a trajetória histórica e na medida em que a memória dos grupos sociais se caracteriza pelo poder da construção e reconstrução, então, reconstruir a memória deste sítio ferroviário e ambiência social

que se impõe à Instituição por força de seu perfil museológico de estar a serviço da sociedade. E, assim, surge a questão para o campo da Museologia que exige determinar um caminho para resposta.

Nossa reflexão, por tal circunstância, conduziu à perspectiva de aplicar um conhecimento adequado para identificar características do contexto intangível que estavam ausentes na interpretação do patrimônio musealizado, isto é, os itens do acervo e, por conseguinte, fomos buscar as condições para este fim no conteúdo teórico e prático da Documentação, precisamente, nos indicadores da especialidade Documentação Museológica. Determina, no seu processo de pesquisa desenvolvido para a catalogação, o tratamento específico para a leitura de diversificados referenciais que compõem a unidade informativa dos objetos, desta maneira, elaborando o que se nomeia de informação cultural em quadro especializado e que se expressa na função do Museu Comunicação, cujo canal tradicional e de ampla repercussão é a exposição museológica.

A disciplina desenvolve a descrição do objeto investigado em dois planos de leitura, ou seja, o item musealizado, considerando nesta condição além de objeto também o próprio Museu, nas modalidades de natureza física, que são os dados que lhe são próprios, o mesmo que integrantes do seu caráter intrínseco; e nas de ordem contextual e documental que estão representados pelos dados ambientais circunstanciais que lhe dizem respeito e são componentes da sua característica extrínseca. Deste modo, se torna possível compor as relações que associem no processo da Musealização elementos de aspecto material e imaterial marcantes para o registro, como por exemplo: a arquitetura (categoria; uso) o entorno (cultura material; natureza); a ambientação social do local nos saberes e fazeres à imagem dos profissionais e às atividades especializadas desenvolvidas; quaisquer acontecimentos que possam representar o contexto imaterial das manifestações culturais.

Assim, se torna necessário identificar os referenciais que são manifestações que dizem da memória local, da identidade daqueles que conformaram o bairro do Engenho de Dentro, território no qual a presença do trem e seu cotidiano ocuparam e ainda ocupam posição importante na história do lugar, particularidade que não foi lembrada no discurso museológico construído para a exposição de longa duração do Museu do Trem, Casa do Patrimônio Ferroviário, o que relegou não considerar a

pluralidade de ocorrências, circunstâncias que cercaram a implantação e a duração da malha ferroviária brasileira e de seus atores. Esta situação que observamos foi um dos pontos que incentivaram a investigação sobre a temática acerca da representação de um Patrimônio Ferroviário de teor imaterial e seu Patrimônio Humano.

Nossa pesquisa se apresenta na tese em seis Seções, conforme nomeia a ABNT.

Na Seção 1, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro - Museu do Trem do Rio de Janeiro, abordamos o panorama temático que envolve o Museu do Trem pontuando no Estado do Rio de Janeiro, principalmente o município, em linhas para desenvolvimento na pesquisa (2º Império - atualidade): relação surgimento ferroviário e núcleos urbano/suburbano; ferrovias e manutenção especializada (saberes e fazeres), oficina, agentes, escola de “ofícios”; entidades e representação rede ferroviária nacional; ações institucionais para preservação ferroviária nacional; Musealização (sítio/itens), interdependência patrimônio cultural material e imaterial, memória social; Musealização, exposição, mensagem, memória esquecer/lembrar; pesquisa – documentação museológica – informação, comunicação no museu.

Em seguida, Seção 2, Caminhos de Ferro: Trilhando a Fundamentação Teórica, Objetivos E Metodologia apresentamos os aspectos para as bases conceituais de disciplinas e temas que são trabalhados no campo do conhecimento Museologia e que estão presentes no contexto da Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, o Museu do Trem. Destacamos: Museu, Memória Social/Memória Coletiva, Patrimônio Cultural Industrial Ferroviário, Patrimônio Cultural Material e Imaterial (interdependência), Preservação Ferroviária. As diretrizes, metodologias e objetivos, para trilhar caminhos que conduzam a pesquisa a (re)construir pelo estudo contextual e documental dos segmentos materiais, itens do acervo, a memória coletiva de uma ambiência social em quadro da informação e Documentação Museológica, isto é, o panorama imaterial, cenário da intangibilidade que foi ‘esquecido’ na exposição do Museu do Trem, embora esteja representado nos conhecimentos e atuações do patrimônio humano que deu vida ao lugar e também são abordados nesta mesma seção.

Na Seção 3, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro: de Paisagem Industrial a Espaço Museu, e os dois subitens: Primeira fase: Centro de Preservação

da História Ferroviária – RFFSA (1984-2007); Segunda fase: Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro - Gestão Iphan (2007 – Atual); então, nos debruçamos sobre o tema do patrimônio ferroviário, abordando-o e relacionando-o ao ambiente cultural Museu que, por sua vez, legitima socialmente os objetos inseridos nas coleções e exibidos na exposição como bens simbólicos representativos de grupos sociais, instituições. A abordagem tem a questão da ressignificação de um espaço que havia sido local de trabalho em lugar de memória patrimonial por meio da criação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, PRESERVE, e do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERFE; da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, RFFSA e, posteriormente, a gestão do Iphan.

Ao longo da Seção 4, “Officinas do Engenho de Dentro”: Segmentos de uma vida de trabalho, e os quatro subitens que a compõem: Freguesia de Inhaúma a Engenho de Dentro: um subúrbio operário ligado pelo trem; Oficinas Ferroviárias: Complexo de saberes; Primeira Escola Prática de Aprendizizes, finalizando com O Periodismo e o registro das lutas ferroviárias de trabalho; o foco da investigação se volta para o espaço de trabalho e a identidade daqueles que atuaram e estão contidos na memória do lugar. O percurso é feito identificando os vestígios históricos do bairro do Engenho de Dentro, sua origem e seus desdobramentos territoriais associados às mudanças sócio-políticas e culturais. A elaboração da narrativa tem a base traçada através da análise iconográfica, textual, de documentos que registram o avanço das ferrovias e a repercussão na vida cotidiana do local.

Nosso enfoque na Seção 5, Documentação Museológica: Linha ferroviária para o trem da memória; é dedicado ao estudo das circunstâncias que podem ter contribuído para o esquecimento da figura do trabalhador ferroviário no processo de Musealização da Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, aplicando o entendimento do campo da Museologia para as características técnico-conceitual-social que referendam um Museu e considerando sua inserção no seu tempo histórico. Elaboramos o estudo da atuação da Museologia por meio da ação da Documentação Museológica e as perspectivas que descerra para a informação cultural na comunicação expositiva, que se faz necessária, tendo por horizonte apontar condições conceituais e práticas que possam anunciar a (re)construção de um Patrimônio Imaterial que se fez presença humana nas atividades das Oficinas e as demais ocorrências ligadas ao contexto da memória do lugar.

No que tange a nossa Seção 6, Considerações Finais, apresentamos nossa reflexão dos elementos investigados, situação que nos permitiu o processo de verificação da pesquisa diante da realidade encontrada no que diz respeito ao apagamento da Memória Coletiva dos trabalhadores ferroviários, grupo social representando um Patrimônio Humano e referente ao contexto histórico do Museu do Trem, como é popularmente nomeado e, também, conhecida na atualidade pelo título de Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro.

Por fim, nossa tese em razão do assunto investigado está inserida na linha de pesquisa 01 – Museu e Museologia – do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, e foi elaborada sob a orientação da professora Dra. Diana Farjalla Correia Lima. Tematicamente, também, está inserida no Grupo de Pesquisa CNPq, liderado pela docente e intitulado: “Campo da Museologia: perspectivas teóricas e práticas, Musealização e Patrimonialização”; representando sua linha de pesquisa: Documentação e Informação em Museologia e Patrimônio.

2. CAMINHOS DE FERRO: TRILHANDO A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

2. CAMINHOS DE FERRO: TRILHANDO A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Na temática do Patrimônio Cultural de cunho Industrial e da modalidade Ferroviário para nossa fundamentação de teor teórico e diretrizes da prática tomamos como apoio autores que abordam, junto com os conhecimentos da Museologia, estudos sobre o Patrimônio Cultural Material e Imaterial, o ligados aos domínios da História, da Memória Social ou Coletiva, da Documentação e Ciência da Informação com destaque para a Documentação Museológica e presentes no contexto da Comunicação em Museus (exposição) e da Arquivologia e Arquitetura.

Ao pesquisarmos a Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, Museu do Trem, e a interpretação que foi dada aos seus objetos de Ciência e Tecnologia com base na ênfase ao aspecto de ordem material, nós identificamos na leitura para compor o relato comunicacional da exposição que foi aliada a face da representação intangível, elemento indissociável da materialidade porque o pensar que precede a elaboração do artefato permanece presente na configuração que, por sua vez, é um resultante cultural que aponta para o contexto e circunstâncias geradoras. Esta percepção de plano das ideias e das práticas figurando como unidade reflete e encaminha ao reconhecimento para a expressão interdependente que há entre o material e imaterial vigente no Patrimônio Cultural, segundo a literatura especializada consultada.

Na investigação da tese, a vertente imaterial está representada neste espaço musealizado pelos nomeados Saberes e Fazeres. Estão constituídos pelo caráter específico das profissões com correspondentes domínios do conhecimento técnico-científico, e foram postos em prática pelas atividades dos agentes ferroviários no local das Oficinas do Engenho de Dentro, que na memória institucional identificamos também como Patrimônio Humano. Desta maneira, compomos um elenco investigativo que, no quadro da Musealização, trabalha seus componentes de tratamento especializado considerando o tripé que a identifica como processo museológico: a Preservação em seu sentido amplo; a Pesquisa que está centrada na natureza memorialística, histórica, patrimonialista e se destaca no objeto da investigação da tese amparada na perspectiva da interpretação pela aplicação da Documentação / Informação sobre o acervo e seu contexto segundo a interdependência dos aspectos materiais e imateriais; e a Comunicação que deve

divulgar o acervo nas suas múltiplas representações veiculadas, especialmente, por meio da exposição permanente (longa duração) e que escolhemos, no caso em questão, como cena de análise.

Ao focar o processo de Musealização, trazemos o pensamento expresso pelo campo afirmando que esta ação também promove a Patrimonialização, porque trata do “duplo efeito que encerra a ação de musealizar, pois ao mesmo tempo, executa patrimonializar” (Lima, 2015, p. 2). É um ato que se coaduna com o conceito de Museu quando a definição aponta que a instituição “[...] pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial” (Icom, 2022, grifo nosso).

A definição de Museu, não somente a datada de 2022, mas a antecedente elaborada na primeira década dos anos 2000 já mencionava com o mesmo texto indicativo a imaterialidade, o mesmo que intangibilidade nos patrimônios musealizados. E lembrando que o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, embora, tenha sido formalmente determinado a partir do século XXI em instrumentos nacional e internacional estabelecendo no cenário patrimonial a nova categoria, representada no Brasil conforme o Decreto 3.551 de 2000 instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; e em contexto mundial pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003, *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, UNESCO, que considera “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural; o assunto era uma questão anunciada em anos anteriores porque discutida e presente em documentos patrimoniais.

Em retrospecto é possível identificar que a temática da imaterialidade estava inscrita no pensamento e expressa em diversas menções que apontavam segundo outras denominações o caráter da intangibilidade no espaço internacional e nacional e com clareza textual nos anos 80 do século XX.

Citamos à guisa de exemplo a Declaração de Tlaxcala, México, 1982, resultado do Terceiro Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental, realizado pelo Comitê Nacional do México do Conselho Internacional

de Monumentos e Sítios, ICOMOS, que ao fazer referência para a salvaguarda dos monumentos recomendou que na ação de preservação: “seja inserida em um programa que leve em conta aspectos históricos, antropológicos, sociais, econômicos” (Icomos, 1982); apontando também “que pequenas aglomerações se constituem em reservas de modos de vida que dão testemunho de nossas culturas, conservam uma escala própria e personalizam as relações comunitárias, conferindo, assim, uma identidade a seus habitantes” (Icomos, 1982, grifo nosso).

Outro documento internacional que expressa a imaterialidade do Patrimônio Cultural no seu texto é a Declaração do México, 1985, elaborada por ocasião da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ICOMOS, que afirma:

Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre (Icomos, 1985, grifo nosso.).

O pensamento sobre a presença do aspecto intangível, do mesmo modo pode ser verificada na denominada Recomendação de Paris de 1989, isto é, Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que foi adotada quando da Conferência Geral da UNESCO. E a mesma Instituição criou em 1993 o Programa Tesouros Humanos Vivos, assim como em 1997 o Programa Proclamação de Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade indicando que a questão do imaterial na dimensão cultural já ocupava lugar como objeto conceitual de tratamento.

Em âmbito nacional destaca-se a Constituição Federal Brasileira de 1988 que em seus Artigos 215 e 216 legitimou as manifestações culturais de natureza imaterial conforme transcrevemos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988, grifo nosso).

E, embora, tenhamos apresentado em linhas anteriores um breve elenco de fontes internacionais e em caráter nacional nossa Constituição, deixamos para

apresentar em separado dois documentos internacionais, exatamente por serem ligados estreitamente ao tema da tese abordando tanto a materialidade como a imaterialidade. Ambos estão inscritos na categoria denominada Patrimônio Industrial no mesmo padrão das demais categorias patrimoniais. Temos assim a Carta de Nizhny Tagil para o Patrimônio industrial, 2003, do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, TICCIH, e Os Princípios de Dublin, 2011, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, *International Council on Monuments and Sites*, ICOMOS, e do TICCIH, e na tese a representação se faz por meio do Patrimônio Industrial Ferroviário, que ao ser inserido no ambiente dos espaços museológicos adquire, conseqüentemente, pelo tratamento da Musealização, um novo atributo cultural que lhe dá o caráter próprio da natureza conceitual e prática da Museologia.

Os autores do campo da Museologia, André Desvallées e François Mairesse (2013, p.56, grifo nosso), explicam que sendo um processo estritamente museológico deve ser compreendido como “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal”. Temos, assim, o Patrimônio Industrial, em especial o que tratamos, o Ferroviário relacionado às Oficinas de Engenho de Dentro que, pela ação da Musealização foi transformado em espaço de sua atuação, e ilustrando o que afirma o “*Dictionnaire encyclopedique de muséologie*”, publicação organizada pelos mesmos autores:

O processo de musealização não consiste em tomar um objeto e colocá-lo no recinto do museu e da mesma forma, como resumiu Zbynek Stránský, um objeto de museu não é apenas um objeto em um museu. Através da mudança de contexto e do processo de seleção, de tesauroização³ e apresentação, há uma mudança no status do objeto. [...] torna-se no museu, testemunho material e imaterial do homem e do seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica (Desvallées, Mairesse, 2011, p.363, grifo nosso, tradução nossa)⁴.

³ Tesauroização, conforme dito na citação, não é o termo que na teoria e na prática seja adequado, por isso, não é usado pela Documentação que o aplica. Acreditamos que esteja sendo feita uma referência a um vocabulário controlado, o tesouro (thesaurus), para dar conta da representação de itens do acervo e, assim, ao processo da recuperação da informação necessária para consultas.

⁴ *Le processus de muséalisation ne consiste pas à prendre un objet pour le placer au sein de l'enceinte muséale et de même, comme le résume Zbyněk Stránský, un objet de musée n'est pas seulement un objet dans un musée. À travers le changement de contexte et le processus de sélection, de thésaurisation et de présentation, s'opère un changement du statut de l'objet. [...] à l'intérieur du musée,*

Assim como o Museu estudado em nossa pesquisa, também são exemplos musealizados para expor a mesma condição de patrimônios industriais de temática ferroviária: -- o Museu d'Orsay, antiga estação *Gare du Quai d'Orsay*, em Paris; -- a Estação Central Capiba, o requalificado Museu do Trem de Recife, 1972, sendo o primeiro Museu de Trem no Brasil⁵; -- o Museu do Trem de São Leopoldo instalado na Estação de São Leopoldo, 1976, no Rio Grande do Sul; lugares que tiveram pela extração conceitual (alteração do significado) a mudança da sua função original aplicada pela conversão do caráter e do espaço recebendo, então, o estatuto museológico. Sendo interessante mencionar que o d'Orsay, diferentemente dos patrimônios industriais citados que são museus tratando de temas ferroviários, foi transformado em um Museu de Arte.

No caso do espaço musealizado que pesquisamos, nós temos um sítio que remete direto à memória coletiva do sistema ferroviário no bairro do Engenho de Dentro. Portanto, elemento que é um registro e permanece referenciando o imaginário social local e representa ao lado do acervo musealizado o aspecto imaterial de um patrimônio do lugar e, ainda, presente na construção industrial, nos objetos e, sobretudo, no espaço das antigas Oficinas. Deste modo, nos permite considerar a lembrança dos seus agentes que ali atuaram: treinadores, alunos e outros profissionais com seus saberes e fazeres representando o estrato do Patrimônio Cultural Imaterial, conforme a definição da UNESCO, 2003, que compreende:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p.4, grifo nosso).

Ao abordarmos nosso espaço museológico de pesquisa sob a ótica conceitual e prática da interdependência cujo significado consolida a existência entre o Patrimônio Cultural Imaterial Ferroviário e Patrimônio Cultural Material Ferroviário, então, cabe lembrarmos o conceito de Musealização nas palavras da museóloga Diana Farjalla Correia Lima que segue os princípios do campo museológico:

témoin matériel et immatériel de l'homme et de son environnement, source d'étude et d'exposition, acquérant ainsi une réalité culturelle spécifique (Desvallées, Mairesse, 2011, p.363).

⁵ O Portal Cultura de Pernambuco informa que o Museu do Trem de Pernambuco é considerado o primeiro museu do gênero a tratar a temática ferroviária nacional brasileira.

[...] atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial. E ao distingui-lo, deste modo, torna 'especial' e em posição de destaque perante os demais objetos da mesma natureza, emprestando-lhe sentido de excepcionalidade (Lima, 2008, p.36, grifo do autor aspas, grifo nosso sublinhado).

O Patrimônio e que nomeamos para nossa finalidade de Patrimônio Cultural Industrial Ferroviário no âmbito do seu perfil como instituição Museu, o mesmo que Patrimônio Musealizado como denomina o campo da Museologia, nas linhas temáticas da relação que estabelece no contexto da Musealização / Patrimonialização dá destaque aos desdobramentos que caracterizam tais conceitos e suas práticas na cena da pesquisa, como por exemplo: o aspecto do entrelaçamento dos conceitos de Musealização e Patrimonialização, assunto estudado pela mesma autora citada (Lima, 2014, p.4336) apontando esta integração que “alcança manifestações consideradas como Bens de valor simbólico e ligadas aos aspectos da vida humana na sua integralidade: diferentes grupos culturais e as referências ao mundo da natureza”.

Além da fonte mencionada como exemplo, nosso apoio para traçar o quadro museológico-ferroviário-memorialístico-patrimonial estará, conforme já mencionamos, estabelecendo relação com autores do campo da Museologia e outros especialistas de demais domínios do conhecimento. E igualmente estão no quadro das contribuições especializadas as instituições que tratam do tema da tese.

Entre os autores da Museologia que já escreveram e orientaram o assunto focalizado na nossa pesquisa, no momento podemos mencionar os pesquisadores Diana Farjalla Correia Lima (2008, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2021) e Marcus Granato (2013) cujas produções permitiram encontrar elementos representativos dos assuntos citados nos quais tratam não só de Museus, mas, sobretudo, associam a perspectiva do conhecimento da área da Museologia ao tema do Patrimônio Industrial.

Na perspectiva da História, por exemplo, Pierre Nora (1984) foi o autor para fundamentar nossa expressão sobre o conceito de lugar de memória de grupos sociais e seu caráter identitário de espaço imagético, associando-o ao ambiente espacial e comunicacional do Museu.

No cenário institucional exemplificamos tomando por base o *International Council of Museums*, ICOM, Conselho Internacional de Museus, criado em 1946. A

instituição internacional, ao longo do tempo, nas definições de museu que estabeleceu, trouxe mudanças significativas em adequação ao tempo histórico percorrido. Tomamos para ilustrar o pensamento, inicialmente em 1956, que perdurou por cerca de 40 anos e expõe a limitação dada ao reconhecimento de um só aspecto, isto é, restrito à esfera material procedente da criação humana ou originária dos elementos naturais referenciando o patrimônio cultural e o natural:

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e diversão, testemunhos materiais do homem e seu entorno (Icom, 2001, tradução, grifo nosso, tradução nossa)⁶.

No entanto, é preciso lembrar a mudança que no início do século XX, então, alcançou abranger no conceito o aspecto da intangibilidade ao inserir no contexto temático do Museu a representação material e imaterial da dimensão cultural da humanidade. Diz respeito ao determinado e divulgado por ocasião da 22ª Assembleia Geral do Conselho Internacional de Museus, em Viena, em 2007.

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu ambiente para efeitos de educação, estudo e diversão (Icom, 2007, grifo nosso, tradução nossa).

E a mais recente definição de Museu estabelecida pela entidade internacional de profissionais e de museus na 26ª Assembleia Geral do ICOM, transcorrida entre os dias 20 a 28 de agosto de 2022 em Praga, que reafirma a presença do aspecto imaterial (ou intangível na versão original inglesa) no patrimônio musealizado, por conseguinte, reiterando o caráter de “profunda interdependência entre patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”, conforme estabelece a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003).

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades,

⁶ *Museum is a non-profit, permanent institution at the service of society and its development, and open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits, for the purposes of study, education and enjoyment, material testimonies of man and his environment (ICOM, 2001).*

proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (Icom, 2022, grifo nosso).

No panorama conceitual convencionado para reconhecer e definir o Patrimônio Cultural Imaterial, temos a interpretação dada e internacionalizada pela UNESCO na Convenção que mencionamos e expressa, especialmente, no Artigo 2, parágrafo 1:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Unesco, 2003, grifo nosso).

No Brasil destaca-se a Constituição Federal Brasileira de 1988 que em seus Artigos 215 e 216 legitimou as manifestações culturais de natureza imaterial conforme transcrevemos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988, grifo nosso).

E, da mesma maneira, para contemplar a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial previsto na Constituição Federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, assim como havia feito em 30 de novembro 1937 por meio do Decreto-Lei 25 que determinou a conservação pela proteção dos Bens de ordem material pela ação do tombamento atribuindo valor de Patrimônio Nacional, novamente, assumiu a responsabilidade e elaborou instrumento legal para salvaguardar Bens imateriais, o que resultou no Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, estabelecendo o Registro de Bens de Natureza Imaterial e, do mesmo modo, determinou diretriz para identificação, apoio e fomento no mesmo documento legal ao criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, PNPI.

O que podemos verificar é que a Convenção da UNESCO, embora datada de 2003, e de acordo com as ações antecedentes da instituição internacional que apresentamos em linhas anteriores, portanto, não expressa um pensamento posterior à decisão expressa no documento constitucional brasileiro de 1988 ou no Registro Iphan, ano 2000, o que nos levou a não considerar somente tais documentos como cenário para o reconhecimento da presença da imaterialidade.

Neste quadro patrimonial da vertente cultural em razão da particularidade que estabelecemos enfocar na tese, isto é, as manifestações culturais do âmbito imaterial correlacionadas aos produtos, itens musealizados, na apresentação de um modelo expositivo de tema ferroviário é importante destacar o que se define como Patrimônio Industrial, e segundo a Instituição especializada no tema que o representa em contexto de estudos, o *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, TICCIH, Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial. A conceituação sobre Patrimônio Industrial contemplada na Carta de Nizhny Tagil, Rússia, (2003) indica que são:

[...] vestígios da cultura industrial que possuam valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde desenvolveram atividades relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003, grifo nosso).

O aspecto da imaterialidade que fez parte da vida dos agentes e é integrante da Memória Social no contexto das Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro, no âmbito de vestígios da cultura industrial articula indicações abordadas tanto na Carta de Nizhny Tagil, publicada em julho de 2003, quanto nos Princípios de Dublin, aprovados na 17ª Assembleia Geral conjunta do *International Council of Monuments and Sites*, ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios com o TICCIH, Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial, em Dublin no dia 28 de novembro de 2011.

A presença da imaterialidade, como podemos confirmar na citação que a seguir apresentamos, tornou-se reforçada em 2011 pela definição exposta nos Princípios de Dublin. E assim como fizemos na primeira citação também grifamos no texto os termos que dizem respeito aos conceitos do nosso assunto e apoiam nossa perspectiva para

estudo das características laborativas e vivenciais do espaço das antigas Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro, da Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro:

O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral (Princípios de Dublin, Icomos, 2011, grifo nosso).

No tema da Memória Social ou Coletiva no panorama do trabalho, da vida profissional, dos agentes ferroviários integrantes da pesquisa, nosso aporte tem em Maurice Halbwach um guia teórico e que alcança o prático voltado a trazer à lembrança, na atualidade, as vivências do lugar por meio das profissões, atividades e outras manifestações culturais construídas e registradas no imaginário social da história das antigas Oficinas.

Neste ambiente memorialístico de um sítio ferroviário desativado é possível pela pesquisa apontar registros da memória ou cultura do trabalho que estão vinculados à questão da “identidade de gerações de trabalhadores e com a recente história tecnológica e científica” (Dorado, 2019, p.307). A rotina de produção, a organização, e a socialização, tanto no local de trabalho quanto na área circundante, ou seja, o entorno, possibilita uma polifonia de atores que agregam na dimensão do Patrimônio poder retomar pela investigação da tese na dimensão do espaço do Museu a rememoração das experiências individuais e/ou coletivas, de grupos específicos com seus saberes e fazeres especializados em destaque para os ofícios de limadores, torneiros, serralheiros, carpinteiros, pintores, ferreiros, fundidores, caldeiros, mecânicos e professores, todos trabalhadores que compuseram o corpo técnico profissional das antigas Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro e da Escola Prática de Aprendizizes.

E representa um marco cultural a ser preservado como afirma o Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário publicado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, Iphan, (2007, p.27, grifo nosso): “a preservação da Memória Ferroviária, preponderante cultura do povo de uma região, deve ser entendida com suas especificidades, importância local e visão de rede cultural”.

Esta memória do Patrimônio Ferroviário é constituída por inúmeros elementos, tanto de aspectos materiais quanto imateriais. O imaterial está presente nos conhecimentos técnicos dos trabalhadores, os saberes, atuando nas práticas, os fazeres, e simbolizado por meio de diversos itens de acervo que validam o conhecimento profissional. No caso do nosso estudo sobre o espaço musealizado e seu entorno é possível apontarmos exemplos para indicadores que abrem perspectivas para tratar a relação de interdependência entre os aspectos imateriais e materiais e que são mencionados, sobretudo, em duas fontes especializadas que abordam o assunto.

Temos, assim, o Manual Didático de Ferrovias (2019) desenvolvido pelo setor de tecnologia da Universidade Federal do Paraná, UFP, e do qual destacamos os Patrimônios Imóvel e Móvel existentes em nosso espaço musealizado. O “Patrimônio Imóvel”, compreendido como “edifícios” entre os quais “oficinas” e residências e o “Patrimônio móvel”, composto por móveis e equipamentos de escritório, equipamentos de controle de tráfego, remanescentes da via férrea, “material rodante” (locomotivas e vagões) e os recursos humanos, isto é, o elenco de agente, os trabalhadores, Patrimônio Humano, que davam vida ao contexto ferroviário local.

No outro documento, Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário (2007, grifo nosso) elaborado pelo Iphan para atender à demanda de ser responsável legal pelo acervo da RFFSA, os indicadores que servem à tese são: “Bens Móveis não-operacionais” e “Bens Móveis operacionais” (material rodante, guindastes, acervo museológico, mobiliário); “Acervo documental” (bibliográfico, arquivístico, fotográfico, cartográfico); “Bens Imóveis não-operacionais” e “Bens Imóveis operacionais” (casas de agentes, casas de turma, vilas, oficinas).

Temos, por conseguinte, um conjunto documental de diversas modalidades que permite relacionar às práticas do saber-fazer em nosso elenco de pesquisa do material que aponta para compor itens de um quadro ferroviário. Todavia, é preciso aplicarmos para interpretação adequada na tese os conhecimentos da

Documentação Museológica, disciplina cuja teoria e prática reúne indicadores técnico-conceituais para identificar o elemento musealizado nas suas facetas da materialidade e imaterialidade, seja um objeto, um sítio ou manifestações culturais no que lhes é próprio tanto na sua conformação física, os denominados dados intrínsecos, o mesmo que físicos, e os dados que lhe caracterizam histórica e socialmente no tempo-espaço, os de natureza contextual e documental, os dados extrínsecos (Ferrez, 1994). Por suavez, podemos correlacionar a convergência dos dados intrínsecos e extrínsecos com outras disciplinas, por exemplo, a Arqueologia Industrial que “estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais” (Carta de Nizhny Tagil TICCIH, 2003).

Nossa pesquisa com o suporte da Documentação na vertente da Documentação Museológica orienta construir a informação pertinente, domínio da Ciência da Informação, à identificação das peculiaridades que compõem a representação cultural do acervo museológico e sua finalidade de preservação:

Entende-se por “salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos” (Unesco, 2003, grifo do autor/aspas, grifo nosso/sublinhado).

A aplicação da disciplina investigando as particularidades dos dados identificados em ambos os aspectos de apresentação possibilita estabelecer a interdependência entre as características do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, assim, para compor a denominada estrutura informativa do objeto, no caso, bem cultural em Museu e suas relações contextuais representativas das manifestações intangíveis no âmbito dos acontecimentos que ali tiveram lugar, o que é elemento capital para a produção de conhecimento no espaço do Museu, espaço privilegiado para comunicação. E conforme as palavras da documentalista Helena Dodd Ferrez:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de

fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (Ferrez, 1991, p.65, grifo nosso).

O Museu, de acordo com o autor da Museologia Peter van Mensch, (1992, p.9), se alicerça no tripé básico de funções cuja composição une os elementos da Preservação, Investigação (o mesmo que Pesquisa e na qual age a Documentação Museológica) e Comunicação. Na ausência ou carência de um destes itens de sustentação, então, a missão do Museu não se cumprirá, deixando de interpretar e expor à comunidade, no caso em foco, a relação intrínseca e indissociável entre o Patrimônio Material e Imaterial. E, conseqüentemente, não há como não considerar a aplicação do conhecimento Documentação Museológica como basilar para a atuação infocomunicacional do Museu em seu contexto social.

O apoio, também, para nosso olhar interpretativo sobre o Patrimônio Cultural de caráter Industrial Ferroviário envolve a produção de: Lucas Neves Prochnow (2014) para a História e Arquitetura; Alice Bemvenuti (2016), Comunicação e público em ambientes museológicos; Beatriz Mugayar Kühl (2004, 2006, 2010, 2012, 2021) Preservação e Restauração arquitetônica dos bens imóveis industriais; Cristina Meneguello (2005, 2013), História, Preservação, vilas operárias.

No quesito Memória Social do trabalho e o sistema ferroviário temos as publicações de Eduardo Romero de Oliveira (2019, 2020); para o tema das políticas públicas Luciana Ferreira Matos (2010, 2015) é a autora consultada (Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro). E as contribuições de Robério dos Santos Souza (2013), Thiago Moratelli (2013) e Maria Lúcia Lamounier (1986, 2007, 2012) que corroboram a relação entre a Memória do trabalho, História do trabalho do operariado nas ferrovias.

O estudo acerca do Patrimônio Ferroviário com relação ao ambiente da Rede Ferroviária Federal, RFFSA, cenário final da história do sistema ferroviário de integração nacional em razão da sua liquidação, mostra-se um complexo conjunto composto por variados documentos que são testemunhos históricos, mas que encontramos dispersos em inúmeras instituições de guarda. O conteúdo está ligado a ações – ou não ações – que foram sendo tomadas pelas entidades responsáveis pelo patrimônio em questão. Os resultados gerados pelo impacto desta fragmentação documental apontam para elucidar pontos esclarecedores sobre a Memória Social,

Coletiva do trabalho ferroviário, assim, nossa tese envolve também os documentos respeitando a ótica do estudo da Arquivologia em seus princípios fundamentais, conforme Ana Márcia Lutterbach Rodrigues (2006) aponta: “Princípio da Proveniência”; “Princípio do Respeito pela Ordem Original”; “Princípio da Organicidade”; “Princípio da Unicidade” e “Princípio da Indivisibilidade ou integridade”. E a professora Heloísa Belotto (2004) é autora que nos apoia nesta rota, principalmente, para os caminhos percorridos pelos tombamentos produzidos pelo Iphan relacionados a acervos móveis e imóveis oriundos da desestatização, liquidação da RFFSA. Trata-se da transferência destes bens culturais para a tutela do Instituto federal que dá relevância à transformação do espaço das antigas Oficinas em Museu do Trem.

Finalizando esta apresentação de fundamentos para a tese destacamos pela relação intrínseca com nosso objeto de estudo representado no atual espaço musealizado Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, Museu do Trem, a tese de Adriana Valentim Beaklini (2018) voltada para a instrução e profissionalização referente a Escola Prática de Aprendizizes que se situava no mesmo terreno e, simultaneamente, atuante no período ativo das Oficinas Mecânicas Ferroviárias do Engenho de Dentro.

E a consolidação do ensino de uma prática voltada para um elemento que unia a todos em um bairro, a ferrovia e os habitantes do lugar, confere relevância na construção da identidade a um grupo, comunidade cujo domínio da vida social se manifesta nos seus saberes (Iphan, Carta de Fortaleza, 1997). Por isso, acreditamos que considerar no âmbito do foco do estudo os ofícios e seus profissionais ligados ao elenco para manutenção ferroviária das máquinas e de seus rumos na composição de uma atividade especializada pela particularidade técnica de seus saberes e fazeres, que eram o conjunto instrumental que movimentava todo o complexo das ferrovias, torna possível configurá-los segundo a qualidade que apresentam de Patrimônio Cultural Imaterial.

Após o estudo que fizemos envolvendo conhecimentos, autores e instituições especializados, fatos pertinentes, e demais situações que nos auxiliaram, apresentamos nossos Objetivos Geral e Específicos, e em seguida a Metodologia.

Em razão do problema observado na exposição museológica de longa duração, 1984-2019, do Museu do Trem, Rio de Janeiro, em virtude da ausência de menção ao ambiente contextual, esfera do Patrimônio Cultural Imaterial, no que diz respeito à Memória Social dos agentes ferroviários, trabalhadores especializados de atividades desenvolvidas no local do antigo sítio das Oficinas e da Escola de Aprendizes, atual espaço e entorno do Museu, temos como Objetivo Geral: identificar, no catálogo dos bens culturais do acervo do Museu do Trem do Rio de Janeiro, lacunas responsáveis pela carência de informação sobre manifestações imateriais dos agentes ferroviários do Complexo Oficinas Mecânicas Ferroviárias do Engenho de Dentro e Escola Prática de Aprendizes, atual espaço e entorno do Museu, visando orientar aplicação de modelo técnico-conceitual de Documentação Museológica referenciando a interdependência existente entre materialidade e imaterialidade do Patrimônio Cultural.

Temos, desdobrando-se em objetivos específicos: a) Identificar na ficha catalográfica dos itens do acervo do Museu do Trem os indicadores descritivos sob as vertentes dos aspectos da materialidade e imaterialidade; b) Identificar ocorrências socioculturais relacionadas à Memória Social do Complexo de Oficinas ao longo de sua permanência; c) Identificar menção à presença do caráter de interdependência entre Patrimônio Cultural Imaterial e Material de teor Industrial tipologia Ferroviária em legislação, normas, relatórios, planos, programas e demais documentos; d) Indicar modelo de Documentação Museológica referendado por consenso internacional dos profissionais e instituições com indicadores para descrição, integrando referências culturais materiais e imateriais do acervo.

A metodologia se pautou em uma pesquisa que se apresenta atendendo ao modelo exploratório por ser, conforme aponta Gil (2007), investigação que busca alcançar ampla familiaridade com o problema, tornando-o explícito, tendo em vista ainda o pouco estudo sobre o tema. Aplicamos os procedimentos adotados para esta modalidade tais como: levantamento de fontes primárias, entre as quais destacamos: o acervo cujos itens são considerados pela Museologia “testemunhos”; a legislação (Leis, Decretos, Decretos-lei, Portarias); os documentos normativos nacionais; os documentos patrimoniais nacionais e internacionais (Resoluções, Convenções, Cartas); relatórios institucionais; e também diferenciadas fontes secundárias. Adiante, iremos apontar as fontes com detalhes.

Esclarecemos que também neste modelo exploratório se enquadraria a aplicação de entrevistas, contudo, devido ao momento pandêmico não ocorrer da elaboração da pesquisa este recurso metodológico não pôde ser aplicado. Entre as dificuldades encontradas tivemos que desenvolver a tese com o Museu do Trem fechado, desde o ano de 2019, devido a circunstâncias de origem administrativa e, também, a pandemia da COVID, no entanto, já havíamos feito duas (3) visitas técnicas no ano de 2018, ainda no período do mestrado e (2) visitas técnicas acompanhadas pelo também museólogo Rafael Gomes em março de 2024, totalizando (5) visitas para análise. Assim, foi possível coletar dados com os gestores da instituição museológica, fotografar o circuito expositivo; fazer observações e anotá-las; inclusive quanto a estrutura do edifício; e entrevistar de modo informal por meio de conversas os funcionários locais. Conseguimos reavaliar o material, depois da qualificação, a partir de novas fontes trabalhadas.

Devido a constatação da inexistência de Thesaurus Museológico voltado para a conceituação e organização dos termos referentes ao Patrimônio Cultural Ferroviário, Material e Imaterial, direcionamos nossa pesquisa a grupos de aposentados ferroviários e ferroviaristas em redes sociais para sanar incongruências quanto a identificação terminológica dos objetos preservados na Casa do Patrimônio. Perante tal lacuna, utilizamos para orientar a questão da terminologia técnica da cultura ferroviária a Linguagem de Especialidade (linguagem profissional) cuja base foi o material desenvolvido pela Engenharia Ferroviária, uma ramificação da Engenharia dos Transportes. Tais conceitos constam do Manual Básico de Engenharia Ferroviária, de autoria de Rui José da Silva Nabais (2015). Outras fontes foram consultadas, tal como o Thesaurus para Acervos Científicos do Museu da Astronomia e Ciências Afins, MAST, no entanto não foram localizados termos que compusessem nossa base conceitual.

Referência para Documentação Museológica foram os aportes que obtivemos junto ao Comitê Internacional para a Documentação, *International Committee for Documentation*, CIDOC, do ICOM, e de suas publicações, principalmente, as Diretrizes Internacionais para Informação de Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC; *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories* e o Modelo de Referência Conceitual – CIDOC; CIDOC Conceptual Reference Model CRM. Também recorremos a produção das

autoras, documentalista Helena Dodd Ferrez e da museóloga Diana Farjalla Correia Lima.

Ao tratarmos do acervo do Museu e da coordenadora do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERVE e PRESERFE, Maria Elisa Carrazzoni, consultamos as coleções da Biblioteca Nacional (periódicos, álbuns de fotografia), inclusive as de cartografia e, da mesma maneira, os fundos especializados do Arquivo Nacional nos quais foi possível recuperar fotografias retratando os operários em seu ambiente de trabalho. Outra instituição que forneceu dados relevantes foi o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, coleção Augusto Malta, fotógrafo brasileiro que registrou no início do século XX os bairros do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Do mesmo modo, tivemos acesso a outros dados importantes no Arquivo da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., localizado no prédio da Estação Central do Brasil; também no acervo do Centro de Memória da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); no Museu da Pessoa, cuja coleção de depoimentos de ex-ferroviários apresenta fotografias cedidas pelos depoentes; e na coleção do Núcleo de Memória da Museologia, NUMUS, de responsabilidade do Professor Doutor Ivan Coelho de Sá, que está abrigado na Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, consultamos a Coleção Maria Elisa Carrazzoni.

A pesquisa, ainda foi complementada com informações de censos e anuários relativos à população negra, imigrantes e emigrantes relacionados ao ambiente ferroviário, assim como registros profissionais e que compõem o cenário dos agentes que atuaram no Complexo das Oficinas.

3. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO: DE PAISAGEM INDUSTRIAL A ESPAÇO MUSEU

3. CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO: DE PAISAGEM INDUSTRIAL A ESPAÇO MUSEU

As paisagens e espaços culturais industriais passaram pelo processo de valorização Patrimonial Cultural após debates teóricos-conceituais de grupos dedicados ao tema Patrimônio, Memória e Museus. O interesse nessa temática, conforme Beatriz Kühl (2006) aponta, iniciou-se na Inglaterra em meados dos anos de 1950, o que alçou-se a chamar de Arqueologia Industrial.

Dada esta valorização na preservação de espaços temáticos industriais, ocorreu a ramificação e enfoque no Patrimônio Cultural Material Ferroviário como nicho de pesquisa. Partindo desta premissa, abordamos nosso espaço museológico de discussão, a Casa do Patrimônio Ferroviário no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, sua transmutação de ambiente de trabalho para a designação de Museu e suas distintas gestões: Rede Ferroviária Federal S.A. e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesta seção apresentamos as discussões referentes às formas de se apresentar à sociedade, diretrizes e propostas pelas quais a atual Casa do Patrimônio passou.

A Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, reconhecida popularmente como antigo Museu do Trem, é considerado relevante espaço histórico e de memória como um dos representantes da formação dos transportes ferroviários em território brasileiro. Convencionou-se, neste trabalho, adotar a nomenclatura precursora da instituição devido ao vínculo afetivo da população e da autora. A dimensão simbólica da coleção do Museu do Trem se caracteriza pela presença de elementos que representam o pioneirismo da empreitada do Império Brasileiro e do empresariado do século XIX que buscavam inovações das ferrovias e, sobretudo, por ter sido um dos representativos (Candida; Lima, Bertolucci, 2014) espaços de trocas sociais dos trabalhadores ferroviários do período.

3.1 PRIMEIRA FASE: CENTRO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA FERROVIÁRIA – RFFSA (1984-2007)

Entre os anos de 1980 e 1982, propôs-se a criação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, PRESERVE, pelo Ministério dos Transportes por meio da Portaria nº 292 de 24 de abril de 1980 da Secretaria Geral. Em pesquisa e consulta realizada na coleção privada da museóloga Maria Eliza Carrazzoni (figura

2), salvaguardada no Núcleo de Memória da Museologia, NUMMUS, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, foi localizado documento institucional da RFFSA constando as discussões, delineamentos e objetivos, fonte na qual se formalizou como objetivo principal dos Centros de Preservação de História Ferroviária, CPHF, “conhecer o material histórico do Ministério dos Transportes, cuidar da sua preservação e restauração e reuni-lo em local apropriado, no sentido de documentar a evolução da tecnologia dos transportes do Brasil” (Rffsa, 1980-1982, p.11). Outro autor, a museóloga Cintia Figueiredo (2020, p.102) aponta que “as aplicações das ações museológicas foram muito mais resultado do uso da técnica pela técnica do que de um processo museológico (preservação, comunicação e pesquisa)”. Com base nesta citação, podemos perceber que no foco de criação destes espaços não havia a preocupação em seguirem os pilares para serem classificados como museus, mesmo que popularmente o espaço possa ser apontado como Museu do Trem:

Os Centros de Preservação e os Núcleos Históricos não são museus propriamente ditos, pois diferem entre si em alguns aspectos positivos. [...] Nos aspectos conservação e exposição, os Centros de Preservação e Núcleos Históricos são semelhantes aos museus. Mas não basta expor e conservar para ser museu, pois este tem um comprometimento maior com o público, pesquisadores e outras instituições (Rffsa, 1991b, p. 4).

Maria Elisa Carrazzoni foi personalidade que desempenhou papel fundamental no processo de desenvolvimento do Programa. Conforme a museóloga, “a existência de material ferroviário antigo em quase todos os Estados, material esse pertencente às linhas ferroviárias locais, nos obrigou a pensar numa solução a nível nacional para preservar e dar finalidade às coleções reunidas” (Carrazzoni, 1983, s/p). Coordenadora e museóloga responsável pelas políticas e discursos expositivos adotados nos Centros em todo território nacional, alcançando dez estados brasileiros: Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Contudo, mesmo com implantação em caráter permanente do Programa, as atividades foram paulatinamente encerradas nos anos que se seguiram:

I – Designar MARIA ELISA CARRAZZONI, Assessora desta Secretaria-Geral, HÉLIO AFONSO FERREIRA, Chefe da Divisão Administrativa da ENGEFER, PAULO CARVALHO DA FONSECA E SILVA, Assessor da SUNAMAM, NEWTON JOSÉ DE MOURA, Chefe de Seção de Controle Patrimonial da PORTOBRÁS, MARIA DA

CONCEIÇÃO CHAMBARELLI, do DNER e CELSO PAULO, da RFFSA, para, sob a coordenação da primeira, integrarem o Grupo de Trabalho que se encarregará da implantação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes (Portaria nº292, de abril de 1980).

Figura 2: Coleção Maria Elisa Carrazzoni. 2024.



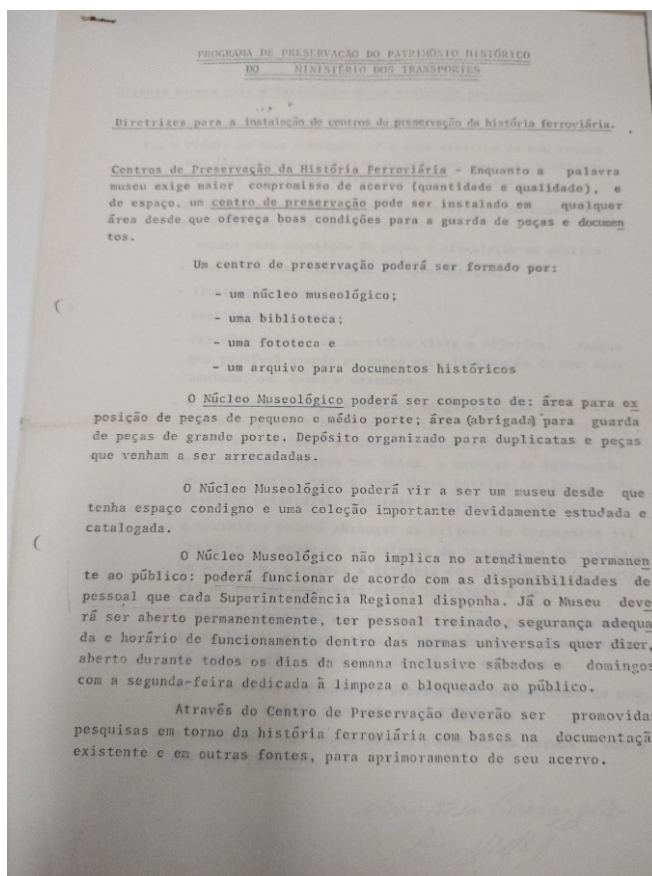
Fonte: Acervo Maria Elisa Carrazzoni, NUMMUS. Fotografia Jessica Moraes. 2024.

Durante o estudo que fizemos dos catálogos dos diversos Centros elaborados pelo programa governamental, dirigido à preservação do Patrimônio Cultural Material Ferroviário, há indicações para manutenção, por exemplo, do material rodante, de elementos arquitetônicos, de objetos e documentos textuais e de imagem:

Os Centros de Preservação da História Ferroviária que estamos implementando, e que se encarregam da pesquisa e preservação de máquinas, peças e equipamentos de médio e pequeno porte, documentos, fotografias e projetos de prédios, pontes e túneis, exercem seu papel de transmissores de cultura junto ao público. Os museus que integram os referidos Centros mostram a evolução da tecnologia ferroviária, desde o seu início na Inglaterra até os dias atuais em nosso país (Rffsa, 1983, s/p).

É importante apontar, ainda, considerando a concepção e finalidade dos Centros, conforme a citação da Rede Ferroviária, que não foram criados para atuarem na modalidade Museu, contudo, planejados como espaços para comportarem museus, assim como bibliotecas e arquivos, inclusive os históricos, de acordo com o texto ilustrado pela imagem do documento a seguir apresentado (figura 3).

Figura 3: Centros de Preservação e as Diretrizes para Instalação



Fonte: Acervo Maria Elisa Carazzoni, NUMMUS. Fotografia Jessica Tavares. 2024.

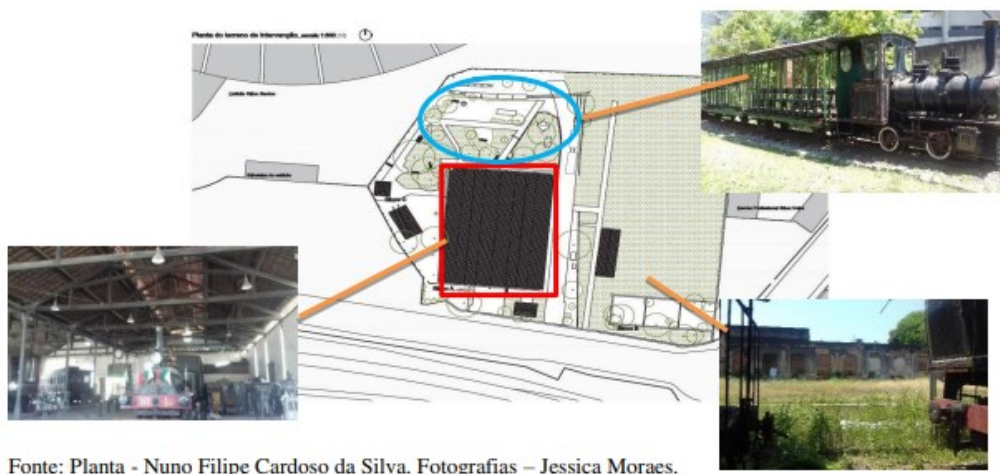
As equipes que colaboraram no Programa eram compostas por profissionais de áreas de diferentes conhecimentos tornando as ações e atividades multidisciplinares. Museólogos, arquitetos, historiadores, entre outros pesquisadores, atuaram na pesquisa sobre os locais potenciais para abrigarem os espaços de preservação. Em fontes bibliográficas consultadas encontramos divergências quanto aos critérios adotados para a seleção de instalações apropriadas para abrigarem os Centros de Preservação. E em documentos oficiais dos grupos de trabalho responsáveis da RFFSA, de acordo com informação de Cintia Figueiredo (2020) não foram localizadas informações acerca da utilização de galpões existentes nos territórios das paradas ferroviárias, no entanto, o catálogo elaborado pela Superintendência Regional da RFFSA em Curitiba, datado do ano de 1982, indica que a seleção foi baseada em galpões próximos às oficinas, para que houvesse a integração entre profissionais de nível superior e os operários.

No caso de nossa pesquisa, o galpão ocupado hoje pelo Museu do Trem, antiga oficina de pintura, que se localiza em frente a principal via de acesso para a oficina mecânica e para a estação de trem do Engenho de Dentro, também estava ao lado do edifício que abrigava a escola de formação técnica ferroviária. Desta forma, havia integração entre os serviços que se realizavam para a manutenção do maquinário e para atendimento ao público e aqueles que, ainda, se encontravam em processo de aprendizado para atuarem nas atividades desenvolvidas no lugar (figura 3).

Os Centros de Preservação da História Ferroviária por estarem situados nos antigos territórios de uso das ferrovias – que inegavelmente permitem remeter ao contexto da memória local e grupos sociais envolvidos – mantiveram os anteriores espaços, como por exemplo no Museu do Trem do RJ, o local de manobras dos trens. O Museu quando ainda estava aberto ao público mantinha no jardim externo do galpão/oficina um minicircuito de trilhos com locomotiva.

A fotografia, figura 4, está datada de 2018, ano em que o lugar ainda representava o espaço interno e externo do Museu do Trem do RJ.

Figura 4: CPHF - Os Espaços de Uso. 2018



O espaço musealizado que estamos enfocando foi instalado no Rio de Janeiro somente em 1984 e nomeado Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, CPHF-RJ, como ilustra a placa comemorativa (figura 5).

Figura 5: Placa de inauguração do Centro de Preservação Ferroviária do Rio De Janeiro - atual Casa do Patrimônio Ferroviário. 1984.



Fotografia: Jessica Moraes. 2018.

Sua criação resultou de ação conjunta do Ministério dos Transportes e da Rede Ferroviária Federal S.A., o então nomeado Programa da Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERFE e que constituiu um desdobramento do PRESERVE, Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário:

Os programas preservacionistas são interpretados [...] como ponto chave na atuação da Rede Ferroviária no que se refere ao legado do trem, visto que a partir de então a empresa assume uma postura diferenciada no campo da preservação, pois implanta uma rotina sistemática e colabora na elaboração de diretrizes e orientações no cuidado com o passado (Matos, 2015, p.95).

A importância da instalação do Centro de Preservação Ferroviária foi um acontecimento social e ainda político, porque teve a presença de políticos e até de representante da família imperial que governou o país. O acontecimento repercutiu na imprensa como verificamos nas notícias publicadas nos jornais da época. Em atendimento ao Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, foi realizado um trajeto especial da Central do Brasil à Estação do Engenho de Dentro, com carros tracionados por locomotiva a vapor, portanto antiga e original, especialmente trazida de São Paulo para a ocasião (figura 6). É possível dizermos que temos nesta ação uma linha marcando a intenção da rememoração, mesmo que possa ser um fato 'teatralizado'.

Figura 6: Inauguração Museu do Trem. 1984. Reportagem.



Fonte: Iphan. Série Inventário, Museu do Trem. 26/02/1984.

Como programa cultural, o CPHF-RJ "não se restringia apenas às peças em exposição", mas também eram desenvolvidas actividades educativas, culturais e lúdicas com a intenção de promover a integração do museu na comunidade" (Silva, 2016, p.35, grifo nosso). A citação aponta para o contexto cultural do aspecto imaterial que envolve o Museu do Trem.

A dimensão simbólica dos objetos que compõem a exposição do CPHF-RJ se caracteriza pela presença de elementos que representam, majoritariamente, o pioneirismo da empreitada do Império Brasileiro e da iniciativa privada de membros abastados da sociedade civil do século XIX que buscavam às inovações das ferrovias e, sobretudo, por ter sido um expressivo e importante espaço de trocas sociais dos trabalhadores ferroviários da época. O significado das máquinas não se restringe a mecanicidade, funcionamentos e materialidade das peças, são como representantes da "relação de trabalho que envolve o executante e o instrumento envolve também uma reapropriação, por parte do agente, das ferramentas que tem à sua disposição,

[...] os operadores criam, adaptam e reorganizam o espaço” (Melo e Silva, 2008, p.1), portanto, evidenciando o plano que representa a imaterialidade, o contextual que está relacionado aos itens musealizados.

A questão da preservação da memória ferroviária não se iniciou tão somente com a atuação da RFFSA e do Ministério dos Transportes, mas a partir das atividades particulares das associações ferroviárias pontuais (Matos, 2015). Os Programas PRESERVE e PRESERFE (figura 7), por sua vez, consolidaram rede nacional de ações baseadas em teoria e práticas de salvaguarda orientadas por profissionais da área preservacionista. Sobre os planos do PRESERFE, a imagem do lembrar, tão cara à Memória Social de grupos, “ainda viabilizou no ano de 1986 um acervo de acesso a população, para que os cidadãos conhecessem ou relembassem momentos e informações importantes relacionados à memória ferroviária” (Carvalho, 2022, p.56, grifo nosso).

Figura 7: Exposição de inauguração CPHF-RJ. 1984.



Fonte: Acervo Maria Elisa Carazzoni, NUMMUS. Fotografia Jessica Tavares. 2024.

No que se refere às práticas de preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário até o período de criação do CPHF-RJ, o Ministério dos Transportes teve atuação ativa neste cenário de consolidação da memória ferroviária e, desta maneira, superou o

papel, tradicionalmente, atribuído ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, inclusive, posteriormente, quando titulado como Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, e, ainda, após estabelecidas diretrizes para tratar da preservação do patrimônio ferroviário. A importância do Patrimônio Ferroviário se acentuou com o decorrer dos anos, não só com a participação do poder público, mas também com presença da sociedade civil, que se fez representar nas instituições citadas por Carvalho e apresentadas a seguir. E vale destacar a ação do MPF, Movimento de Preservação Ferroviária, gestado no Rio de Janeiro em 1997. A sociedade civil:

Associação Nacional de Transportes Públicos- ANTP; Associação Nacional de Preservação Ferroviária - ANPF; Associação de Engenheiros Ferroviários - AEF; Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários - FAEF; Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF; Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários – FNTF; Associação de Amigos do Trem do Rio de Janeiro - Amutrem RJ; Sociedade de Pesquisa e Preservação Ferroviária; Associação de Preservação da Memória da Companhia Paulista - APMCP; Grupo de Amigos GWBR Great Western of Brazil Railway, entre outros (Carvalho, 2022, p.57).

A expansão de grupos civis consolidando associações tiveram seu papel atuante na missão de reconstrução da memória das ferrovias e, sobretudo, no início dos anos 2000, e a publicação do documento patrimonial específico sobre o Patrimônio Cultural Industrial, a Carta de Nizhny Tagil, 2003, reforçou o tema (Carmo, 2014):

As associações de preservação ferroviária, a própria RFFSA e o Iphan desempenharam papéis distintos e complementares na genealogia do conceito de memória ferroviária e compreender tal processo nos permitirá entender o significado da atribuição conferida ao Iphan como gestor da memória do trem, elevada agora ao status de política pública (Matos, 2015, p.15).

É importante mencionar que apesar da atividade-fim da RFFSA não ser a conservação dos bens culturais históricos, a Empresa assumiu orientar procedimentos e condutas para a proteção da memória ferroviária até o momento de sua liquidação, fato que permitiu deixar um legado relevante de bens imóveis e móveis.

Diante da sua extinção, os bens com valor histórico-cultural de interesse social e anteriormente pertencentes à RFFSA foram repassados legalmente para a tutela do Iphan. O CPHF-RJ foi incluído neste processo que legitimou o ato mediante o

Termo de Transferência nº 300/2013. E o território que abrigou o CPHF-RJ atualmente totaliza 6 mil m², no entanto, no período ativo das Oficinas, as instalações contavam 250 mil m². No transcorrer do processo de liquidação da RFFSA a área sofreu a interferência de inúmeros poderes políticos em diferentes esferas. Também devido a questão legal de responsabilidade de trechos de linhas férreas que pertenceram tanto a esfera pública em níveis estadual e federal, quanto a iniciativa privada, Supervia, por exemplo, isto implicou em dispersão do acervo e em impedimentos jurídicos, assim, dificultando a realização de qualquer intervenção no edifício e na área do entorno, deste modo, intervindo na captação e alocação de acervo.

Em razão da extinção decretada da RFFSA (Medida Provisória 353 e Decreto 6018, ambos de 22/01/2007), o Patrimônio Cultural Ferroviário brasileiro que era de propriedade da Empresa, um conglomerado composto de terrenos e demais bens móveis e imóveis atravessou momentos de perdas significativas que alcançaram a tutela administrativa de salvaguarda do seu patrimônio. E no Rio de Janeiro, ocorreu uma situação que causou danos ao ambiente, melhor dizendo, para a paisagem industrial composta pelo Museu do Trem e seu entorno. Antes da construção das instalações dos aparelhos esportivos para os jogos Pan Americanos de 2007, o terreno das oficinas era um bem tombado pelo município do Rio de Janeiro, conforme o Decreto nº 14.741 de 22 de abril de 1996, entretanto, na gestão do prefeito César Maia o ato legal de proteção foi revogado em 2002, ação que veio a fragilizar a preservação do local, dando lugar a novas edificações (figura 8). Entre as quais o Estádio Olímpico João Havelange:

O Estádio Olímpico João Havelange, popularmente chamado de Engenhão, é um estádio construído pela Prefeitura do Rio de Janeiro no antigo terreno da Rede Ferroviária Federal, no bairro do Engenho de Dentro, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, para sediar as provas de atletismo e de futebol dos Jogos Pan-americanos de 2007 (Cesar Maia, Estádio Olímpico João Havelange, Rio de Janeiro, <https://www.cesarmaia.com.br/estadio-joao-havelange-engenhao/>).

Ante a decisão da Prefeitura da Cidade do Rio, ainda houve mobilização do Ministério Público com ação civil pública em uma tentativa de solicitação para a interrupção da demolição dos galpões e das oficinas.

O promotor Carlos Frederico Saturnino alega que as estruturas são tombadas pelo patrimônio histórico-cultural municipal. "A Prefeitura do Rio não pode permitir que isto aconteça. Eles vão ter

de encontrar uma solução. Uma delas pode ser fazer mudanças no projeto" (Folha de São Paulo. Promotor pede suspensão de obras no Rio, 14 de janeiro de 2004. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1401200417.htm>).

Figura 8: Demolição das Oficinas para construção do Estádio João Havelange.
2004



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. 2004

A revogação da medida protetiva de tombamento revelou consequências para condição que aponta ao esquecimento acerca do valor cultural que o espaço representa, e dois anos depois houve um novo ato da Prefeitura, Decreto nº 24.029 de 16 de março de 2004, que impôs:

Estabelece[r] critérios de proteção e conservação para os imóveis tombados localizados na quadra determinada pelas Ruas Arquias Cordeiro, Das Oficinas, José dos Reis e Dr. Padilha, Antigas Oficinas do Engenho de Dentro, bairro do Engenho de Dentro, XIII R.A. – Méier (Prefeitura do Rio de Janeiro, Decreto Municipal 24/09/2004, grifo nosso).

No entanto, embora seja feita menção para proteção e conservação de imóveis, não foi considerado o conjunto das oficinas, o cenário local, restando somente uma parte, deste modo, fracionando o aspecto da integralidade não só dos imóveis, sobretudo, do caráter da representação das relações entre as antigas

atividades das funções ferroviárias exercidas pelos agentes naquele local, que estão associadas ao acervo que foi formado para o Museu do Trem.

Destacamos trechos do Decreto que permitem a leitura do processo de segmentação do complexo arquitetônico pelo enunciado do desmonte de imóveis e sua transferência para outros locais (remontagem); uma providência que estimulou a descaracterização e foi favorável, especialmente, à destruição de um conjunto histórico coeso sob o ponto de vista do aspecto da materialidade e da imaterialidade de um patrimônio cultural:

Art. 1º Ficam preservados, em sua volumetria e fachadas, os prédios 01, 02 e 05 (Centro de Preservação da História Ferroviária) e os galpões de número 01, 04, 05, 06, 07 e 08, conforme o Anexo deste Decreto. § 1º Os galpões citados no art. 1º serão passíveis de conservação e reaproveitamento, com novos usos, desde que sejam adequados às suas morfologias. § 2º O galpão de número 01 poderá ser desmontado e posteriormente remontado, obrigatoriamente, na área estabelecida pelo Anexo deste Decreto. Art. 2º Os galpões de número 03, 10, 12, 13 e 14 poderão ser desmontados e posteriormente remontados em local de maior conveniência da Administração Pública Municipal, a ser definido oportunamente e aprovado pelo – CMPC [Conselho Municipal do Patrimônio Cultural] (Prefeitura do Rio de Janeiro, Decreto Municipal 24/09/2004, grifo nosso).

A legislação que estamos apresentando e suas implicações determinaram ações em clara oposição às recomendações internacionais e que são as diretrizes para procedimentos no contexto do Patrimônio e, no caso em foco, o patrimônio da categoria industrial. Damos como exemplo a Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, TICCIH, 2003, no tópico 4. Protecção Legal, itens i e item iii, que tratam da manutenção do complexo ferroviário de modo integral, porque se trata de manter suas propriedades específicas que estão presentes no ambiente, portanto, sendo a reutilização recomendável, “encorajadas” como forma de evitar a destruição.

O item i:

O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais [...] (Ticcih, 2003, grifo nosso).

E no item iii, o apontamento é reforçado:

Os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos e não deve ser autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e económicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais. (Carta de Nizhny Tagil, 2003, grifo nosso).

A decisão brasileira, do mesmo modo, ainda atuou em sentido contrário ao que se propunha desenvolver no país para preservação pelo Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERFE, desenvolvido pelo Ministério dos Transportes que era o responsável pela gestão da RFFSA, e que foi extinta, portanto, cessou pelo Programa a responsabilidade pelo Museu do Trem. A partir da Lei Federal 11.483 de 31 de maio de 2007 o Museu passou para a gestão do Iphan e tornou-se integrante da rede de Casas do Patrimônio, quando então se tornou Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, e ficou fechado reabrindo (reinauguração) em 2013 (Matos, 2019). Quanto ao Programa federal e a sua finalização um dos fatores preponderantes para que isso ocorresse, segundo Prochnow (2014) e Furtado (2015), foi o papel da privatização das linhas acentuando a problemática da preservação dos bens culturais ferroviários a partir da situação de extinção da RFFSA.

3.2 SEGUNDA FASE: CASA DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO – GESTÃO IPHAN (2007- ATUAL)

Os Programas PRESERVE E PRESERFE foram decisões tomadas pelo poder público para a preservação de modo sistematizado para promover a patrimonialização e musealização dos bens culturais ferroviários. Porém, a política adotada pelos Centros de Preservação não alcançou buscar a participação das comunidades de profissionais do antigo complexo ferroviário e dos moradores locais tão pouco, não estabeleceu ações voltadas ao “patrimônio social, étnico ou comunitário” (Iphan, 2009, p.3). E com intuito de atualizar seus equipamentos culturais o projeto das Casas do Patrimônio do Iphan foi posto em prática, embora e após intensas discussões.

O objetivo proposto para as Casas do Patrimônio apontou para a necessidade de formular novos meios de relacionamento entre o Iphan, os poderes públicos,

profissionais de disciplinas correspondentes à preservação do Patrimônio Cultural e a sociedade:

[...] a Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural (Iphan, 2009, p. 5).

E de acordo com a própria Instituição o “Projeto Casas do Patrimônio integra-se à construção de um marco institucional para o Iphan, resultado de debates institucionais debatido internamente a partir do ano de 2007” (Iphan, 2024, s/p). Além da intenção de salvaguarda e articulação com a comunidade, as Casas do Patrimônio também propõem investir em ações que busquem qualificar e capacitar agentes públicos e privados, tal como promover o Patrimônio Cultural como potencial para o desenvolvimento sustentável, sendo uma opção de geração de renda. Deste modo, há uma ampliação para a noção social sobre o patrimônio, assim, a intenção é:

[...] um novo protagonismo entre instituições governamentais e não governamentais, priorizando a formulação de diretrizes básicas de ações educativas que permitirão ao Iphan mediá-las junto à sociedade, resultando na construção de uma noção compartilhada de patrimônio cultural (Iphan, 2009, p.3).

Esta perspectiva que se apresentou resultou, entre outras colaborações, de debates realizados no Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado de 27 de novembro a 1 de dezembro de 2009 na Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe que teve como contribuição a Carta de Nova Olinda, CNO:

O objetivo do encontro foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio, hoje implantadas, e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Estavam presentes no encontro representantes e colaboradores do Iphan e das seguintes Casas do Patrimônio, implantadas durante o ano de 2009: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo, Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba, Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco (Iphan, 2009, p.1).

O documento consolida premissas basilares para garantir o funcionamento das Casas do Patrimônio em consonância com práticas de preservação, difusão e ações educativas sobre o patrimônio cultural. O que pode ser considerado, conforme Biondo (2016, p. 76, grifo nosso) uma “intenção do Iphan em constituir um projeto com características dialógicas e educacionais, que reconhece e valoriza o saber local” e, assim, merecer em exposições que constituem modelos comunicacionais para expressar mensagens, que seja lembrada a Memória Social registrada no imaginário do lugar e, lembrando, corresponde ao conjunto de itens musealizados.

O ano de 2007, passagem do Museu do Trem para o Iphan, e anos posteriores, quando aconteceu a efetiva instalação das Casas do Patrimônio, houve a criação do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, 2009, portanto, uma ação contemporânea à instalação das Casas do Patrimônio. Assim, o órgão federal “sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais, com a assinatura da Lei nº 11.906” [2009]:

O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus (Brasil, 2024).

Após a nova organização administrativa das instituições museológicas, o Iphan permaneceu com edifícios históricos que não necessariamente atuavam como museus, e ao IBRAM foram selecionados, conforme a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, os “centros culturais e de práticas sociais [...] que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária”.

Em se tratando do Museu do Trem, embora caracterizado como espaço cultural musealizado e de práticas sociais que referenciam a definição de Museu, porém, no período de criação do IBRAM, devido ao histórico de transferência ao Iphan dos bens culturais históricos da extinta RFFSA e o tema estar relacionado ao cenário da empresa, o Museu do Trem permaneceu sob tutela do Iphan, posteriormente, em 2013, foi nomeado Casa do Patrimônio, ocasião da sua reinauguração após o fechamento durante cerca de seis anos (2007-2013). O processo de transferência do Patrimônio Cultural Ferroviário da RFFSA ao Iphan, no entanto, não atenuou os riscos

e fragilidades que cercam o tripé museológico, sobretudo, porque houve carência de medidas que seriam adequadas, segundo Raquel Silva (2017).

E entre os exemplos, relembramos que comentamos acerca de acervo documental disperso, e há outros elementos que, assim instituições, representam fontes de consulta, como: mobiliário e imóveis ainda sob a guarda da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, até mesmo na própria inventariança da RFFSA: “trata-se de enorme quantidade de bens, e por enorme entenda-se que apenas os bens imóveis não operacionais no Estado do Rio de Janeiro totalizavam 10.434 em 2007, conforme a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)” (Campos, 2017, p.25). E imóveis que ainda restam da ação do desmonte do complexo ferroviário de Engenho de Dentro. Sobre os bens operacionais: “com o DNIT ficaram somente os bens operacionais que, até hoje, nem as concessionárias conseguem ter a exata relação. [...] o Iphan, o DNIT e a SPU estão trabalhando na checagem da lista dos imóveis, cujos resultados não conferem” (Bolognani, 2009, p.49).

A situação que estamos relatamos apresenta-se refletida no Museu do Trem, que não tem documentação precisa segundo os padrões técnicos sobre os itens do acervo, quer no aspecto quantitativo como descritivo, por não ter havido procedimentos de Documentação Museológica desde a fase inicial de registro sobre objeto de coleção ou conjuntos⁷, circunstância que dificulta elaboração de conteúdo para exposições museológicas, catálogos, edições etc. Quanto o número de itens do acervo, o Iphan no seu site informa que é composto por mais de 1.000 (um mil) peças.

E no que tange ao caráter de salvaguarda, a proteção legal por meio de tombamento em nível federal de bens edificadados ferroviários e seus respectivos acervos inscritos no Livro do Tombo Histórico do Iphan categoria Patrimônio Nacional, no município do Rio de Janeiro entre 2 bens protegidos está registrada a Casa do Patrimônio Ferroviário, Museu do Trem do RJ, tombado desde o ano de 2011⁸.

⁷ Obtivemos a informação no Museu do Trem e que se refere ao problema que a instituição enfrenta.

⁸ Correio Braziliense Acervo. Tombado, acervo do Museu do Trem não tem previsão de reabertura. Reportagem. 08 de maio de 2011. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/05/08/interna-brasil,251293/tombado-acervo-do-museu-do-trem-nao-tem-previsao-de-ser-reaberto.shtml>.

Alguns anos após o tombamento, em 2017, houve inspeção técnica por corpo profissional da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro e verificou as condições do prédio do Museu e do acervo ferroviário. O processo nº 01133.000227/2017-69, apontou que parte substancial do acervo foi transferido para a Estação Barão de Mauá, na Leopoldina, e que se encontra em “estado de completo abandono e putrefação” (União Federal. Ministério Público Federal, 2017).

A questão do abandono do espaço musealizado e anunciada pelo resultado da inspeção pode ser confirmada e ilustrada com o fato ocorrido em 2022: o furto de 16 sinos de bronze datados do séc. XIX, itens integrantes do acervo (figura 9).

Figura 9: Furto de Acervo. 2022.

Ladrões furtam 16 sinos de bronze do Museu do Trem do Rio

Local tem policiamento armado 24h por dia e não apresentou sinais de arrombamento ou invasão

Por Roberta de Souza* — Rio
06/08/2022 07h00 · Atualizado há um ano



Fonte: Jornal O Globo. 2022.

As dificuldades de acesso físico ao Museu, inexistência de informação confiável, que é, exatamente o que o processamento da Documentação e Informação permitem, isto é, consultas sobre acervo, o Patrimônio Musealizado, não são os únicos problemas que circundam o Museu do Trem, a Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro. Experimentamos obter dados sobre o assunto na base de dados de Bens Culturais Procurados do Iphan, ao longo de uma semana, entre os dias 15 a 20 de abril de 2024, e novamente entre os dias 21 a 23 de julho de 2024, não foi possível como está representado na figura 10.

Figura 10: Busca de Bens



Fonte: Iphan. 2024.

Em vista do que tem passado o prédio do Museu, acervo e seu entorno vale lembrar outro documento fundamental para o Patrimônio Industrial de modalidade ferroviária. Datado de 2011 e nomeado de Princípios de Dublin aborda as características valorativas do patrimônio pesquisado e que foram desconsideradas nas Oficinas e que são verificáveis e testemunhadas por fontes consultadas desde sua criação. O documento no Preâmbulo, tópico 2 aponta o “significado e o valor do patrimônio industrial” como sendo “intrínsecos aos próprios sítios e estruturas, seu material construtivo, componentes, maquinaria e disposição, expressos na paisagem industrial, em documentos textuais” acrescentando que estão presentes “também nos registros intangíveis contidos nas memórias, nas artes e nos costumes”. Também um alerta para condições que levam a perdas expressivas do significado está expresso no capítulo II: “Assegurar uma efetiva proteção e conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial” e que grifamos:

Medidas de proteção devem ser aplicadas a edifícios e seu conteúdo visto que a totalidade do conjunto e sua integridade funcional são especialmente importantes para o significado das estruturas e dos sítios de patrimônio industrial. Seu valor patrimonial pode ser gravemente ameaçado ou reduzido se a maquinaria ou outros componentes importantes forem removidos [...].

A Casa do Patrimônio Ferroviário, o Museu do Trem, continua enfrentando dificuldades e se encontra novamente fechada com atividades de atendimento ao público suspensas, como entre os anos de 2007 e 2013 quando da transferência da RFFSA e para o Iphan, e à época, ainda, devido a obras do estádio olímpico. As condições para a abertura são complexas e envolvem várias frentes de ação necessitando de atenção entre as quais a realização da Documentação Museológica.

4. “OFFICINAS DO ENGENHO DE DENTRO”: VIVÊNCIAS DE TRABALHO

4. “OFFICINAS DO ENGENHO DE DENTRO”: VIVÊNCIAS DE TRABALHO

A rememoração ou o lembrar da Memória Social das antigas oficinas ferroviárias com suas construções que formaram o sítio no qual está localizado o Museu do Trem, no Rio de Janeiro, envolveu pesquisar o contexto das referências, as marcas do imaginário do lugar, que são fontes para investigação da Documentação Museológica nos 2 aspectos do Patrimônio Cultural, o material que compõe o acervo museológico e o imaterial que lhe é de natureza interdependente.

Na região a ocupação está associada a áreas de plantação de cana de açúcar. Entre as primeiras fazendas no século XVIII estavam as terras dos jesuítas, ordem religiosa Companhia de Jesus, que haviam sido doadas pela Coroa portuguesa. Os religiosos criaram os primeiros estabelecimentos agroindustriais voltados para a produção de açúcar e melaço. Expulsos da Colônia, em 1759, pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado de Portugal, as terras foram confiscadas, por consequência, os engenhos terminaram sendo fracionados (Silva, 2016, p.16). No entanto, posteriormente, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, os sítios da zona rural passaram a ser latifúndios e a cana de açúcar se manteve como o principal cultivo. Ainda no século XIX, no período do Segundo Reinado do Império no Brasil, a “freguesia de Inhaúma era uma das freguesias rurais mais povoadas na segunda metade do século XIX” (Lima, Rachel, 2011, p.15) e a vila que ali fora criada foi lentamente passando por mudanças caracterizadas pelo seu desenvolvimento urbano em paralelo ao processo de comunicação extensiva com o interior do território, em razão da implantação da linha férrea da Estrada de Ferro D. Pedro II e sua estação em 1870. E imediatamente posterior, em 1871 a instalação da Oficina do Engenho de Dentro.

No mesmo ano em que tiveram início as atividades das oficinas, logo após, no mesmo terreno, foi instalada a primeira Escola Prática de Aprendizes registrada no Brasil (Martin Spörl, 2012), o que é um marco histórico no ambiente ferroviário. O objetivo da Instituição era profissionalização dos filhos dos operários ferroviários que atuavam nas oficinas locais. Também, no quadro dos acontecimentos relacionados houve a presença de um jornal (embora por breve tempo) que deu voz ao comunicar os desafios laborais dos agentes ferroviários, o que permite refletir acerca da configuração social da comunidade que consolidou o perfil do bairro.

E assim, relembramos o momento histórico de conformação do que nos dias de hoje é o bairro chamado Engenho de Dentro, cujo nome faz referência a primeira e principal atividade econômica da região por longos anos.

4.1 FREGUESIA DE INHAÚMA A ENGENHO DE DENTRO: UM SUBÚRBIO OPERÁRIO LIGADO PELO TREM

A região representada no tema da pesquisa e que fez parte da antiga Freguesia de São Tiago de Inhaúma, em tempos mais recentes foi considerada sob o ponto de vista do Urbanismo como área suburbana do Rio de Janeiro. O termo do Latim, *suburbium*, significa o que ainda não se consolidou como cidade ou o que está situado ao redor ou fora das áreas centrais:

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma de ocupação tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, as ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terra ou pequenas loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (Abreu, 2008, p. 50, grifo nosso).

A “evolução urbana” de determinadas áreas, especialmente as nomeadas suburbanas, de acordo com Maurício de Almeida Abreu em sua obra *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, decorre da chegada da estrada de ferro, modificando o caráter rural da ocupação humana e o uso do solo.

Na temática de ferrovias e urbanismo a implantação do sistema ferroviário acarretou modificações na paisagem urbana, seja no traçado dos loteamentos, seja na construção de estabelecimentos comerciais e de moradia. As mudanças ocorrem porque “as cidades como as ferrovias são formas espaciais e como formas são portadoras de funções que devem ser atribuídas a processos sociais, históricos e geograficamente determinados pela estrutura socioeconômica” (Gomes, 2013, p.22). E no panorama de alterações estão os grupos sociais que passaram a dar novo sentido ao Engenho de Dentro vieram com o alargamento do processo de urbanização da cidade e que se foi fazendo lentamente desde meados do século XIX que, como mencionado, é o século da instalação da estrada de ferro no país.

Foi, exatamente, há mais de 150 anos que, em 9 de maio de 1855, o decreto imperial n. 1.599⁹, autorizou a criação da Estrada de Ferro D. Pedro II, linha de ferro fazendo a ligação entre a Corte e as províncias de Minas Gerais e São Paulo:

O estatuto também determinou o trajeto da ferrovia, que partiria da cidade do Rio de Janeiro, no ponto que fosse escolhido pelo governo, passando pelos municípios da Corte e Iguassú. Depois, deveria transpor a Serra do Mar e dividir-se em dois ramais na região entre a serra e o Rio Paraíba. Um dos ramais seria em direção ao povoado de Cachoeira, em São Paulo, e o outro ao Porto Novo do Cunha, nos limites entre Rio de Janeiro e Minas Gerais (Glaber, Dicionário On-line da Administração Pública, 2015, s.p.).

Porém, somente em 1873 foi que a Estação do Engenho de Dentro, com sua arquitetura semelhante aos modelos de *gare* europeia foi inaugurada. E a “ocupação de Engenho de Dentro”, segundo Silva (2021, p.3), foi sendo feita “dessa forma no entorno da estação para atender os trabalhadores das fábricas, oficinas e indústrias que surgiram, mas principalmente para os trabalhadores da ferrovia, em sua grande parte com o grande fluxo da vinda de imigrantes”.

Na paisagem local, a intensificação das alterações no traçado urbano decorreu com a construção da ferrovia. O que antes eram comunidades sem forte adensamento, passaram a consolidar núcleos de moradia próximos às estações e “ao mesmo tempo nesse entorno foram criadas dinâmicas sociais, econômicas e políticas” (Silva, 2021, p.4). Este movimento pôde ser percebido no Engenho de Dentro, quando a Estrada de Ferro D. Pedro II, EFDPII, comprou uma faixa de terreno no local e iniciou o estabelecimento do complexo de oficinas ferroviárias no bairro.

4.2 AS OFICINAS FERROVIÁRIAS: COMPLEXO DE SABERES

A expansão da malha ferroviária, a morosidade quanto a logística de importação de peças e, ao mesmo tempo, dificuldades para reunir mão de obra qualificada foi um conjunto de situações que consolidou a necessidade de construção de um suporte específico, as Oficinas Ferroviárias em solo nacional (figura 11).

⁹Dicionário do Período Imperial do Arquivo Nacional, 2016. Apresenta breve histórico de lançamento da Estrada de Ferro D. Pedro II. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro-d-pedro-ii>. Acesso em 06 jun. 2024.

Figura 11: Malha Ferroviária da Província do Rio de Janeiro em 1887.



Fonte: Coleção cartográfica Biblioteca Nacional. 1887.

Inicialmente, uma das primeiras oficinas mecânicas ferroviárias que se tem registro, de acordo com a literatura, é a Oficina de São Diogo (figura 12), datada de 1859¹⁰. A estrutura, dotada de *gare* em rotunda, pertencia a Edwad Price e se localizava na zona atual do bairro da Leopoldina. Price, engenheiro inglês, segundo Marcelo Werner da Silva (2011), participou da construção da EFDPII. Os maiores trabalhos de manutenção eram realizados nessa oficina e com valores elevados (Rodriguez, 2004). Price vendeu a oficina para a ferrovia EFDPII a partir do encerramento do seu contrato com o Estado.

¹⁰Silva, Tainá; Oliveira, Eduardo, (2019), mencionam em “Oficinas e Depósitos Ferroviários: identificação e análise de algumas companhias férreas paulistas 1867-1930” que somente em 1867 foi inaugurada a primeira oficina mecânica ferroviária no estado de São Paulo.

Figura 12: Oficina de São Diogo. Segunda metade do séc. XIX (estimado).



Fonte: Francisco Patrício. 2021.

A Oficina de São Diogo, com o aumento de serviços, passou a não comportar mais o atendimento aos vagões de carga, de passageiros (carros de madeira) e locomotivas e, para tal função, o complexo de Oficinas do Engenho de Dentro foi idealizado¹¹.

Moreau (1865), autor de *Traite des chemins*, afirma que oficinas de grandes dimensões devem ser localizadas em espaços que confirmem disposição suficiente para comportar comodamente equipamentos, seja possível a setorização de seus serviços, que proporcionem mobilidade de acesso a seus trabalhadores e estejam próximas às estações de chegada ou de partida.

A fachada do prédio do Complexo das Oficinas do Engenho de Dentro ainda com seu aspecto construtivo, ano de 1933, está a seguir representada na figura 13 exibida na página a seguir.

¹¹Ambas as oficinas atuaram simultaneamente entre os anos de 1871 – 1928.

Figura 13: Fachada das Oficinas do Engenho de Dentro. 1933.



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã

Tanto a existência de vasto terreno com cerca de 73 mil m² (figura 14), quanto à localização escolhida, ou seja, a então Freguesia de maior importância da Corte e o projeto arquitetônico contar com setores que contemplassem moradia, de seus funcionários e escola para familiares, portanto, foram indicadores que determinaram a relevância e a singularidade deste lugar de trabalho (Moreau, 1865).

O edifício principal do complexo ferroviário é o único que foi mantido preservado pelo poder público, e apenas a fachada ainda apresenta os aspectos originais. O seu interior passou por reformas para atender novas demandas. O gradeado e elementos ornamentais da área fronteira não mais existem, tal como houve a retirada de grande parte dos trilhos que cobriam o perímetro das oficinas.

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro o transformou em Nave Espaço ESports, informando que é a primeira Arena Gamer Pública do Brasil, com enfoque ao incentivo do desenvolvimento de jogos, tornando um polo de inclusão e aprendizado:

O Rio de Janeiro inaugurou nesta quarta-feira uma Arena Gamer na Zona Norte da cidade. De acordo com a Prefeitura, essa é a primeira arena pública de *esports* no país. Com capacidade máxima de 100 pessoas, o local está situado dentro da Nave do Conhecimento do Engenhão, no bairro Engenho de Dentro, próximo ao estádio Nilton Santos (Globo Esporte, 17/01/2024).

Figura 14: Mapa com a delimitação territorial de onde existiu o Complexo Ferroviário do Engenho de Dentro - atual Estádio Olímpico João Havelange



Fonte: Google Maps. 2022.

Além dos edifícios, atualmente existem os galpões (figura 15) laterais onde coexistem atividades culturais como shows e equipamentos de interação social, pistas de skate e espaço de jogos coletivos. Essas estruturas passaram por intervenção restauradora visando a utilização da população.

Figura 15: Restauração galpões Praça do Trem. 2016.



Fonte: Miranda e Pereira, 2017.

Na primeira etapa de restauração, objetivo principal foi agir neste conjunto de edificações das Oficinas de Locomoção, tombadas na esfera municipal de proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade do Rio de Janeiro, que ocupa uma área de aproximadamente 35 mil metros quadrados.

Ao abordar a Oficinas do Engenho de Dentro, Conceição (1987) considera que um dos primeiros setores a entrar em atividade foi o galpão que abrigava a oficina das locomotivas atuantes na ferrovia. A estrutura passou por reformulação e alargamento para sanar a problemática quanto a irregularidade nos horários dos trens que atendiam os operários das oficinas, deste modo, propiciando um conjunto de edifícios para a moradia dos funcionários e seus familiares, escola e armazéns para a comercialização de produtos secos e molhados.

Os funcionários se submetiam a riscos operacionais (figura 16), para que houvesse fundição, manutenção e produção de maquinário pesado além de longas horas de trabalho, chegando a 12 horas diárias. E tendo a vida social privada tão intimamente ligada ao ambiente laboral, as delimitações eram quase inexistentes.

Figura 16: Mecânicos Ferroviários. Segunda metade séc. XIX (estimado).



Fonte: Arquivo Nacional.

A autora Glaucia Fraccaro (2008) aponta que a Estrada de Ferro Central do Brasil, EFCB, denominação dada à Estrada de Ferro D. Pedro II após a Proclamação da República (1889), devido a exploração de seus trabalhadores recebeu a alcunha de Empresa Funerária Caveira de Burro. “Os empregados que sobreviviam aos desastres muitas vezes respondiam criminalmente pelos acidentes e, raramente, figuravam entre os indiciados agentes, chefes ou superiores” (Fraccaro, 2008, p.42). Tal apelido estampa o histórico de excessos da Companhia contra o corpo profissional de ferroviários.

Ao longo da pesquisa é dado constatar a permanente posição de aspectos positivos e negativos deste lugar de trabalho que investigamos. A dicotomia entre a busca por progresso, desenvolvimento urbano, de saberes e práticas de trabalho, apresenta-se lado a lado com desmandos cometidos pelas grandes companhias ferroviárias do país. Este aspecto também faz parte da memória do lugar e permite ser reconstruída e trazida à luz pela discussão por meio da ação conceitual e técnica da Museologia alicerçada na informação e documentação para veiculada pela comunicação museológica, por exemplo, na exposição.

Atentamos para a questão de que a produção de literatura referente às oficinas mecânicas ferroviárias, a vida cotidiana de trabalho, assim como a vida social que margeia a existência desses espaços, é algo escasso. Representar, expor e conceder informações que sensibilizem pelo seu conteúdo impactante, como expressa Cristina Meneguello (2021, p.4), os “patrimônios difíceis”, são de complexa interação entre Museu e público, sendo por vezes deixados no esquecimento pelas instituições de memória, entre as quais está a instituição Museu. Reconhecer para rememorar conflitos, abusos e violência é tarefa árdua e a escassez de informações se caracteriza de modo ainda mais marcante no que tange ao Patrimônio Cultural Industrial Imaterial do Rio de Janeiro. Delinear o caminho pelo qual decorreu o desenvolvimento das atividades práticas do ofício ferroviário na então capital do Império em seu período de apogeu é uma busca contínua por segmentos de informações. O material para consulta existente nas bases de dados do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, por vezes, não identifica metadados sobre os agentes sociais representados na iconografia, o que dificulta na descrição e aprofundamento do assunto.

A ausência de organicidade dos documentos administrativos, registros iconográficos e contextos sociais, configura desafio para a reconstrução da identidade (figura 17) daqueles que simbolizavam o domínio de saber especializado e que marcaram o processo de industrialização do subúrbio carioca e da trajetória do local de trabalho.

Figura 17: Construção de peças. Séc. XX (estimado).



Fonte: Arquivo Nacional

A análise sobre a estrutura organizacional deste espaço operacional permitiu-nos que pelo cruzamento de dados alargássemos nosso corpo documental, não isolando, mas estreitando o diálogo entre as fontes de pesquisa. Portanto, foi possível esclarecer que o atendimento para fins de reparo de uma frota de até 780 locomotivas e cinco mil carros e vagões (Guimarães, 1996) nas instalações do complexo ferroviário carioca contava com o material necessário em escala industrial. Os espaços comportavam atividades diversificadas, cada galpão desenvolvia uma parte de um todo coeso de ações. Apesar de parecerem setores isolados, a comunicação existia

para que nenhuma etapa do processo fosse sobreposta a outra. Kühl (1998) aponta que para a conformação de um complexo ferroviário são imprescindíveis construções como:

[...] cabina de sinalização; local para depósito de locomotivas e vagões; oficinas de reparo e revisões de material rodante, na época das locomotivas a vapor, reservatórios para água e carvão; escritórios; residências para chefe da estação e funcionários. Dependendo da sua importância estratégica, as estações podiam ser dotadas com apenas um modesto edifício para viajantes e de escritório da administração, ou de todo um complexo de edifícios, constituindo uma verdadeira usina (Kühl, 1998, p.138).

O engenheiro Pereira Passos ao participar da Comissão de Melhoramentos da Cidade em 1874 e assumir cargo na direção da ferrovia, conheceu os subúrbios cariocas percebendo núcleo habitacional existente, porém inapropriado e precário. Ademais havia necessidade de criar meios e otimizar a chegada e partida dos trabalhadores, uma das possibilidades para a autorização de construção de habitações dentro do território das oficinas, o que era um indicador de potencial urbano foi percebido pelo então diretor, depois Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O conjunto habitacional contava com 26 casas no total. O registro das primeiras intervenções de reparo nas casas do operariado data de 1878 e está no Relatório da Estrada de Ferro do mesmo ano. Aponta que “repararam-se as portas, janelas, caixilhos e encanamento d’água do edifício principal e das casas dos operários” (Relatório da Estrada de Ferro, 1878, p.91). Pereira Passos devido sua formação como engenheiro deu prioridade para a expansão das ferrovias, para a implementação da rede de telégrafos, para a construção de novos armazéns e o que está no contexto da nossa tese, a amplificação das oficinas e deu início a criação da Escola Prática de Aprendizes, desta maneira, concretizando o ambiente de trabalho também como espaço de saber e de sociabilização.

Figura 18: Habitações dos trabalhadores 1919 - 1944 – 2023.



Fontes: Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Jessica Tavares.

Nas imagens representando habitações (figura 18) é notável a mescla entre início da industrialização e paulatina urbanização do que, até então, era zona rural. A rua representada é uma das que circundam o perímetro das oficinas, a rua Goiás, sendo possível considerar que seja núcleo de moradia de operários e/ou pessoal técnico, tendo em vista a localização tão próxima à linha férrea.

No âmbito da industrialização e fornecimento de incentivo à construção de vilas operárias, Blay (1981) afirma que a ferrovia se qualifica como um dos primeiros setores a investir frente ao assunto e sua necessidade. Neste caso “utilizava-se também a designação de vila operária o que pode indicar uma variedade de situações, desde aglomerados de casas na zona rural, até conjuntos de casas contíguas e de desenho igual, ou semelhantes” (Beaklini, 2018, p.108).

Beaklini (2018), cuja dissertação e tese dão prosseguimento à análise sobre o discurso do Patrimônio Cultural Ferroviário Imaterial das oficinas do Engenho de Dentro, mas com perspectiva direcionada à esfera educativa, questiona a presença

usual de habitação para os familiares dos operários porque em bibliografia por ela analisada, esta não seria uma prática comum aos complexos ferroviários. Cruz (2007) evidencia os conjuntos de residências para funcionários de cargos elevados e alojamento para solteiros. Contudo, há outros complexos que contemplavam sim a moradia de núcleos familiares pequenos, médios e grandes, como ressalta Guazzelli (2013) em sua análise da Vila Operária de Campinas.

Figura 19: Refeitório das Oficinas do Engenho de Dentro (trabalho e família). Primeira metade do séc. xx (estimado).



Fonte: Arquivo Nacional. 2021

Guazzelli (2013) prossegue abordando que as casas atuavam como representação da distinção entre as famílias com um padrão diferenciado daqueles que se encontravam nas favelas, supondo ser lugares organizados, higiênicos e de pessoas com empregos estáveis. Condicionar a vida do trabalhador aos parâmetros esperados dos empresários das Companhias, ao oferecer moradia, estabilidade ao próprio funcionário e contemplando sua família, é possível refletir que poderia ser também uma tentativa de controle, moldando os costumes, a moral e hábitos desse grupo social.

4.3 PRIMEIRA ESCOLA PRÁTICA DE APRENDIZES

Debruçar-se sobre bibliografia que se dedique à história e memória do desenvolvimento do campo da educação prática e técnica profissionalizante, de acordo com Cunha (2005), é aprofundar em um oceano de omissão ao passo que se privilegia a análise de outros níveis de escolarização.

O discurso que pode ser encontrado em fontes é bastante controverso, pois repete e reafirma o universo da educação técnica como inferiorizada, associada a função de atendimento a uma demanda social de grupos menos favorecidos e não necessariamente abordando seu significado e importância.

Vânia Regina Boschetti (2006), professora especialista em História da Educação, associa a subvalorização do ensino voltado à profissionalização a resistência que há por parte dos homens livres ao identificarem tal modalidade de educação com atividades direcionadas a coisa de escravos e recém libertos. O estigma que pode envolver a aprendizagem profissional ocasionou consequências a exemplo da sua desvalorização e a associação desta categoria de ensino como sendo pertencente a camadas sociais mais baixas.

O pensamento de Boschetti (2006) aponta que a educação intelectual preconizada pelos jesuítas afastava membros dos segmentos sociais mais abastados das atividades físicas, o que possivelmente tenha contribuído em fins do século XIX e ainda no século XX a relegar também o tema do ensino profissionalizante em significativa parte da literatura de nosso interesse. Por isso, não surpreende que no levantamento para a tese foram poucos os registros encontrados sobre o surgimento da Escola Prática de Aprendizes do Engenho de Dentro criada em 1897, instituição integrante do complexo das Oficinas, bem como de produção acadêmica e literária acerca deste espaço de convívio social, de construção de saber e informação.

O ano de 1856, como marco temporal da implantação dos Liceus, evidenciou “preocupação do poder público pelo ensino profissional que passaram a constituir a uma combinação ideal para a preparação do pessoal destinado à indústria” (Boschetti, 2006, p.134). Neste movimento de difusão da transmissão, do ensinamento das práticas e saberes dos ofícios por meio dos Liceus, no caminho seguiu-se o surgimento de escolas agregando outras finalidades educacionais, tais como institutos técnicos e cursos ferroviários.

Diante da eminente necessidade de força de trabalho especializada, porque havia reduzido pessoal qualificado, tanto para atuar em campo quanto para lecionar, e do aspecto social dado à depreciação do ensino profissionalizante, aliado a aspectos referentes a grupos sociais situados na região e que podiam representar força de trabalho – libertos pela Abolição da Escravatura e imigrantes atuantes na lavoura – então, foi iniciada ainda de modo incipiente a formação para um corpo de agentes operários ferroviários destinados aos serviços de manutenção (Medeiros, 1987) que, aos poucos, foi sendo melhor preparado para as atividades, alcançando um ensino de qualidade como veremos adiante ao tratar da grade curricular estabelecida e ministrada pela Escola Prática de Aprendizizes das Oficinas do Engenho de Dentro criada em 1897 e organizada em 1906.

A possibilidade de o setor ferroviário brasileiro ter sido um dos primeiros nichos a perceber a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento do seu pessoal com o intuito de substituição da mão-de-obra estrangeira ou não qualificada é indicada por Telles (1993).

O engenheiro Alcides Lins afirmou que “as estradas de ferro constituíram de fato, a principal, se não a única escola ativa e prática da engenharia nacional” (Telles, 1993, p.45). Não só na esfera da Engenharia, como também dos ofícios basilares que sustentavam as atividades ferroviárias. Lins (1999) afirma que deveria haver a aproximação entre a experiência e a educação teórica, aos moldes desse pensamento, a Escola Prática de Aprendizizes do Engenho de Dentro somava essas duas perspectivas da prática e teoria (Figura 20). A literatura especializada no tema tem explicado que aliar a valorização das profissões mecânicas em meio a uma sociedade ainda embebida de conceitos escravocratas, teve o papel de propiciar a conformação de um ambiente para o desenvolvimento de oportunidades aos indivíduos menos abastados.

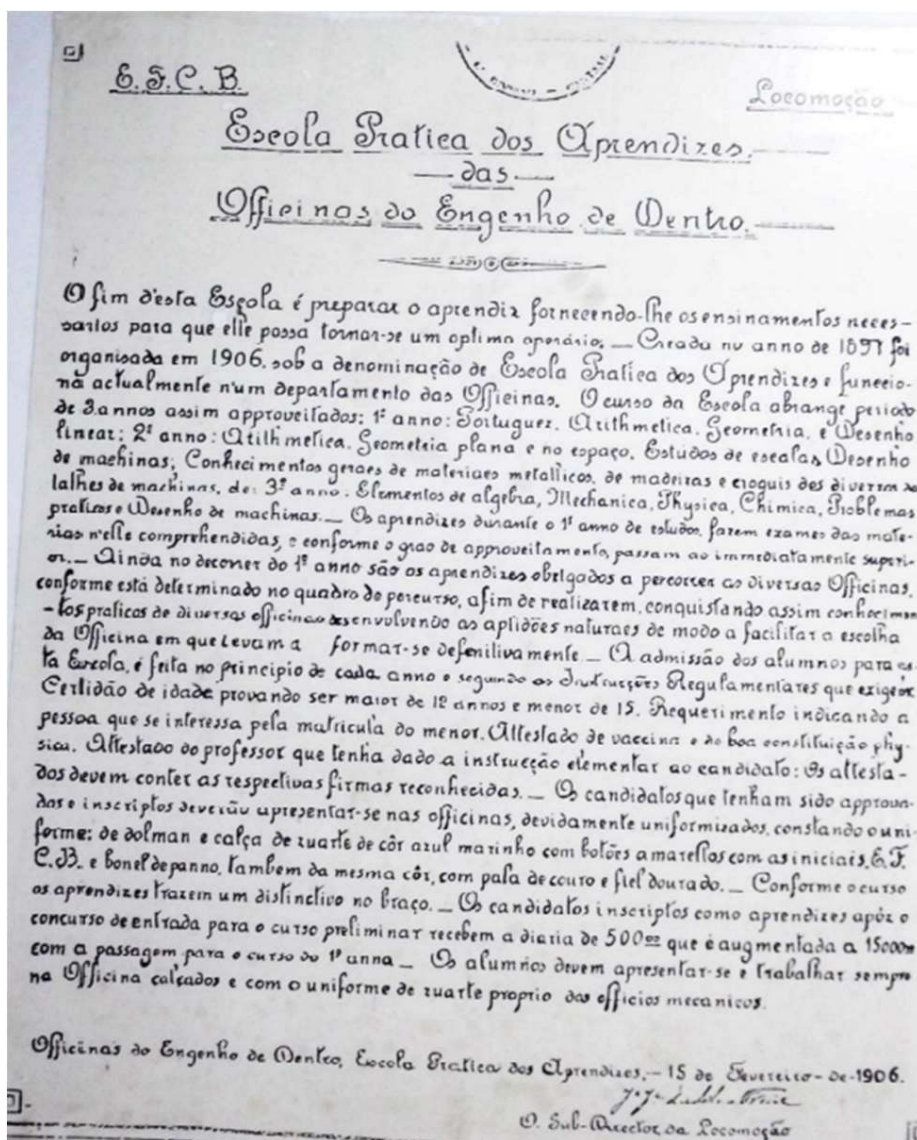
No período em que Francisco Pereira Passos esteve à frente da direção da Estrada de Ferro D. Pedro II, ele autorizou a construção da escola prática nos terrenos das oficinas. E conforme Adriana Beaklini (2018), a instituição passou por inúmeras alterações de nomes que representam as fases pelas quais sua identidade percorreu vários contextos históricos. De Escola Prática de Aprendizizes (1897-1922), tornou-se Escola Profissional Silva Freire (1922-1955) e, sucessivamente, Escola Industrial Silva Freire (1955-1970); Centro de Formação Profissional do Engenho de Dentro

(1970-1984); Centro de Formação Profissional do Rio de Janeiro (1984-1997); por fim, Escola Técnica Estadual de Transportes Silva Freire (1998 até o presente momento).

No contexto para as novas camadas sociais que se estavam formando, de acordo com Souza Filho (1887), era necessária uma instrução que atendesse a esta demanda. O que era um modo prático para sanar a problemática da falta de profissionais aptos a atuar neste segmento e agilizar a transferência desta mão-de-obra para as novas ferrovias.

Em Ata, figura 20 apresentada na página a seguir, localizada no acervo do Centro de Memória da FAETEC, local que abriga documentos históricos que fazem referência à memória e história da educação técnica no Rio de Janeiro, consta informação sobre o que determinaria a formação de um operário ferroviário capacitado, portanto, em franca oposição ao que foi mencionado.

Figura 20: Ata de criação da Escola Prática de Aprendizes. 1906.



Fonte: Adriana Beaklini. Acervo Centro de Memória da FAETEC. 2018.

No caso da Escola Prática de Aprendizes das Officinas do Engenho de Dentro criada em 1897 e organizada em 1906, foram estabelecidos níveis para o aprendizado: 1º, 2º e 3º anos. Na grade curricular as disciplinas oferecidas eram: Português, Aritmética, Geometria e Desenho Linear (1º ano); complementando com Geometria Plana e no Espaço, Desenho de Enxeadas, Conhecimentos Gerais de materiais metálicos, madeira e croquis de diversos equipamentos (2º ano); Álgebra, Mecânica, Física, Química e problemas práticos e desenho de máquinas (3º ano). Ao longo do primeiro ano os alunos deviam circular pelas oficinas a fim de obterem o conhecimento prático e desenvolverem as aptidões, assim, direcionando a escolha para a técnica definitiva de formação. A faixa etária solicitada para o ensino e

exercício destas atividades era de 12 até 15 anos (figura 21). Salientamos, ainda, a ajuda financeira para a permanência do candidato aprovado para o primeiro ano, no valor de 500 Réis de diária (Beaklini, 2018).

Figura 21: Operários, aprendizes e outros no Engenho de Dentro. Primeira metade do séc. XX (estimado)



Fonte: Laboratório de História Oral e Imagem.

Apesar da educação mais difundida no Brasil ser aquela pautada nos livros, escolas e universidades, conforme Cunha (2005), a instrução prática, profissional se fez presente durante a segunda metade do século XIX e com a chegada da recém proclamada República da virada para o século XX.

Considerado uma referência proeminente da Economia, Adam Smith em seu livro “A riqueza das nações” (1996) lembra que ao instruir o povo a sociedade trilharia o caminho para a ordem e decência, distanciando-se da desordem. O pensamento do autor defende que a educação das classes populares colaborara não só no ordenamento social, como também conferiria utilidade cotidiana e, para tanto, não haveria necessidade em ensinar disciplinas teóricas e não aplicáveis ao cotidiano prático (figura 22). O método de ensino da escola das oficinas parece ter seguido tal linha de pensamento de Smith.

Figura 22: Diploma de aprendiz graduado em locomoção. 1921.



Fonte: Casa do Patrimônio Ferroviário.

Coexiste no complexo ferroviário um conjunto de itens que são representativos da categoria Patrimônio Imaterial componentes do contexto do qual faz parte o acervo do Museu do Trem e relacionados ao cotidiano da ferrovia. É conjunto que reúne vestígios detentores de valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico e científico, relacionados aos que participaram da construção destas mesmas marcas da vida social. A materialidade destes locais onde se desenvolveram atividades sociais, sem dúvida, somente pode receber a designação conceitual de Patrimônio devido às vidas humanas que ali atuaram e os valores culturais que representam.

O valor social do Patrimônio Cultural Industrial Ferroviário está fundamentalmente associado e sendo parte do registro de vida de homens, mulheres e crianças, o que lhe confere dimensão de símbolo identitário, uma perspectiva grupal que é comunitária. No documento orientador que define as características do Patrimônio Industrial, a Carta de Nizhny Tagil, está estabelecido o perfil que apresenta:

[...] estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria,

à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições (Carta de Nizhny Tagil, 2003, grifo nosso).

É exatamente tomando por base o indicador que aponta a presença das manifestações culturais intangíveis no contexto patrimonial industrial e que, por conseguinte, acata a referência à “profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural”, conforme declara a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, que orientamos nossa tese tendo por perspectiva trazer à lembrança e inserir no processo de Musealização as representações que possam expressar a Memória Coletiva daqueles que estiveram ativamente relacionados à trajetória das oficinas, de seus espaços de saberes, modos de fazer. Operários ferroviários e aprendizes e demais agentes que atuaram no complexo ferroviário são os representantes do domínio social manifestado no bairro suburbano do Engenho de Dentro.

4.4 O PERIODISMO E O REGISTRO DAS LUTAS FERROVIÁRIAS DE TRABALHO

Os movimentos sociais também tiveram lugar e não deixaram de representar situações reivindicatórias que ocorreram no setor ferroviário apresentando-se como sintomas de funcionamento da sociedade nas tensões entre camadas sociais, classes e suas demandas específicas. Termômetros sociais, os movimentos apontam as carências, as insatisfações e os objetivos dos coletivos a serem alcançados no período histórico em que são pesquisados. Afinal, “para buscarmos os sinais de renovação, de primavera, será necessário estarmos atentos aos ruídos subterrâneos” (Diniz, 1993, p.137), as histórias que estão submersas, as que não são consideradas a voz da legitimidade.

As fontes que tratam do tema afirmam como ponto comum o papel importante que teve o setor ferroviário, porque as ferrovias foram tidas como responsáveis iniciais pelo emprego de mão de obra livre e assalariada (Lamounier, 2008). E cumpriram “papel fundamental para o entendimento das dinâmicas da industrialização e da formação do mercado de trabalho no país, bem como de suas ambiguidades” (Lico, 2020, p.2).

E um dado relacionado: a entrada de imigrantes oriundos da Europa, em um tempo ainda de escravidão que trouxe, também, nova perspectiva para um olhar

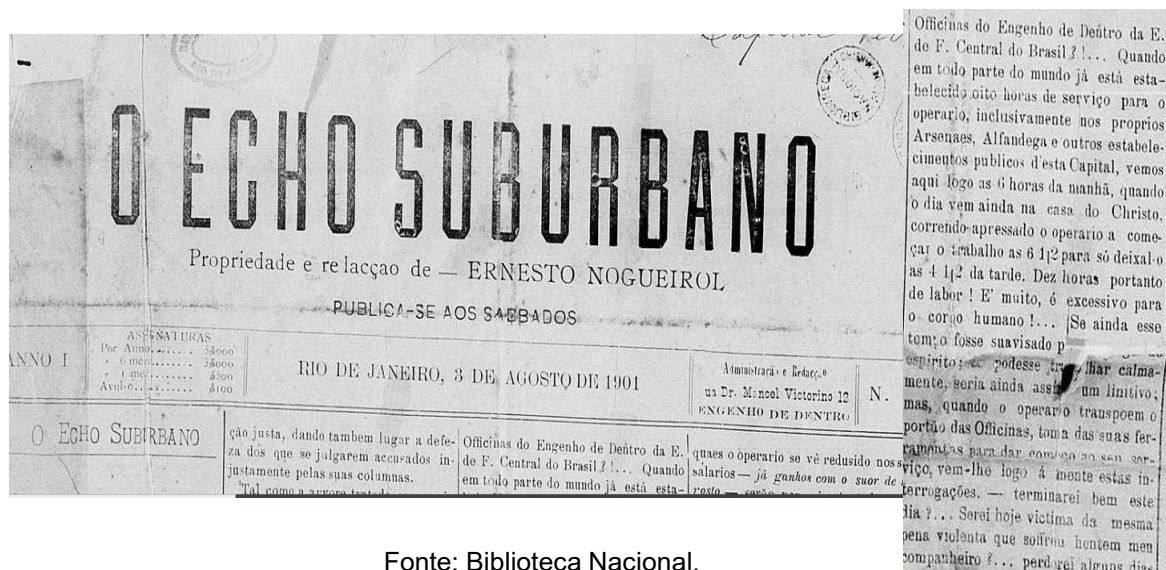
político dotado de pluralidade no tocante a melhoria de conhecimento acerca das relações trabalhistas (Schneider, 2011). Foi período em que se alargou a presença do trabalho assalariado estando as ferrovias inseridas neste cenário. E uma das formas compartilhadas de ação por expressiva parte destes novos operários era a utilização da imprensa como veículo de denúncia e requisição do cumprimento dos seus direitos. As reivindicações publicadas nos periódicos, conforme Laura Maciel (2016) aborda a imprensa relacionada a memória operária, foi uma estratégia de articular e unir os distintos grupos de operários ativos no então Distrito Federal:

Heterogêneos em termos étnicos, culturais e nas suas formas de inserção no mundo do trabalho, os trabalhadores cariocas viviam às voltas com um mercado de trabalho competitivo e disputado, que mantinha desempregados ou subempregados 50% da população economicamente ativa no final dos anos 1880, enfrentavam longas jornadas e baixos salários, além de terem que lidar com a rigidez de normas e regulamentos no trabalho em oficinas e fábricas que visavam cercear sua liberdade de ação e organização (Maciel, 2016, p.417-418).

Deslocando o olhar da região central do Rio que, a rigor, onde predominava a circulação dos periódicos, há títulos de produção local, como no bairro do Engenho de Dentro, zona norte da cidade que são registros das atividades dos ferroviários e de suas lutas. Os exemplares trazem denúncias sobre precarização do trabalho e horas de serviço extenuantes, condições nas quais os trabalhadores atingiam 10 horas em atividade e, também, acerca da intimidação e penalizações por parte dos superiores, dentre outros problemas. Assim, um dos meios de divulgar o assunto foi a iniciativa de Ernesto Nogueirol, ex-funcionário da Oficina de Reparos do Engenho de Dentro, no início do século XX, precisamente no ano de 1901, quando lançou o periódico intitulado *O Echo Suburbano*¹² (figura 23), que objetivava lutar pelas demandas dos operários da Estrada de Ferro Central do Brasil, EFCB, a nova denominação recebida após a Proclamação da República (1889), ocasião no contexto de ressignificação de instituições nascidas no período Imperial e que afetou as estradas de ferro subordinadas ao Estado (Mendonça, 2015).

¹² O periódico teve apenas 12 edições ao longo do ano de 1901. O motivo; todas as funções do jornal eram exercidas por Ernesto Nogueirol e havia pouco investimento, assim, sua continuidade foi interrompida.

Figura 23: O Echo Suburbano.1901



Fonte: Biblioteca Nacional.

Outro exemplo de ação combativa no tema do pensamento trabalhista no Rio de Janeiro, especialmente tratando da representação da região de Engenho de Dentro cujo perfil não era só de bairro operário, mas, sobretudo, de local cuja presença cotidiana marcava o movimento da ferrovia na vida dos moradores locais e, também, se caracterizava como elemento deflagrador do urbanismo do lugar, é a presença de A União Operária de Engenho de Dentro que editou o jornal, único número, (Costa Souza, 2014) A União Operária (figura 24). No cabeçalho se apresentava como “Órgão da União Operária de Engenho de Dentro”. A União, segundo Leandro Mendonça (2017), entre os anos de 1903-1905 foi presidida pelo anarquista Antonio Augusto Pinto Machado que foi o primeiro administrador da Vila Proletária do bairro de Marechal Hermes.

Figura 24: Número único União Operária do Engenho de Dentro. 1904.



Fonte: Biblioteca Nacional

“A União Operária do Engenho de Dentro” foi criada em 14 de julho de 1889, dotada de missão dar voz aos interesses do operariado, “cujos associados na sua maioria são operários da E. de F. C. do Brasil” (Correio do Amanhã, 19/08/1903). Amir El Hakim Paula (2013), pesquisador da relação dos sindicatos e o Estado sob perspectiva territorial, considera que “antes mesmo da criação de sindicatos de resistência, os trabalhadores procuraram alguns mecanismos de solidariedade para atenuar a difícil vida que levavam” (Paula, 2013, p.82). Ou seja, a imprensa mobilizada em prol do proletariado ferroviário também se encontrava no território do Engenho de Dentro, aglutinando mais uma característica em sua longa história de existência e de resistência.

Do mesmo modo, o noticiário sobre a pouca infraestrutura para bem-estar dos operários era encontrado em outros periódicos, além do Correio da Manhã. Também anos à frente, tal como no mesmo jornal carioca, edição do dia 19 de dezembro de 1963. Mesmo com notícias e denúncias, as instalações ainda necessitavam de investimento. Casebres (figura 25) eram utilizados como vestiário para uso dos funcionários do complexo ferroviário de Engenho de Dentro. Portanto, a luta social e sindical ferroviarista perdurava e com reivindicações ainda em aberto.

Figura 25: Denúncia sobre casebres



Fonte: Biblioteca Nacional. Correio da Manhã. 1963.

Até as vésperas de se instaurar o Golpe Militar (1964), portanto no ano de 1963 (figura 26), ainda havia nos periódicos colunas de denúncia centradas na causa ferroviária, conforme matéria de Pedro Spyer sobre questões financeiras das ferrovias no *Correio da Manhã*, tradicional periódico do Rio de Janeiro que detinha amplo círculo de numerosos leitores, entretanto, a partir de 1964 o assunto 'problemas' foi sendo 'esquecido'.

Figura 26: O problema ferroviário.



Fonte: Biblioteca Nacional. *Correio da manhã*. 1963.

Os impactos da Ditadura Militar atingiram o cotidiano dos trabalhadores da RFFSA e seus espaços associados, a exemplo da Estrada de Ferro Central do Brasil, EFCB, e as oficinas mecânicas, que foi modificado pela interferência repressora e pela vigilância interna constante do poder público político. A situação é descrita pela citação de Pereyra:

O Setor de Segurança da EFL [Estrada de Ferro Leopoldina] também se preocupava em manter uma ficha atualizada dos funcionários ligados ao Sindicato dos Ferroviários, além de manter vigilância constante sob os funcionários em atividade sindical que fizessem campanha eleitoral nas estações e nas oficinas da ferrovia. O controle de sindicatos e ministérios (como o do trabalho), a prisão de lideranças, a implementação de inquéritos policiais militares e a ação dos órgãos de segurança e informação tiveram grande impacto na luta e na organização operária, incorporando a esfera autoritária e a

comunidade de informações no cotidiano da Rede Ferroviária Federal e em ferrovias, como a Estrada de Ferro Central do Brasil (Pereyra, 2020, p.69).

E como costuma ocorrer em momentos políticos de ruptura e de instauração de novos métodos de governo, estabeleceu-se no tempo do governo militar, ditatorial, postura para a utilização de procedimentos no contexto cultural com finalidade de construir um discurso favorável às suas ações e reduzir as críticas que vinha recebendo frente ao descaso com os “documentos, prédios e peças que representam a história dos transportes no Brasil, com a agravante de parte desse material ser destinado à sucata sem nenhum estudo prévio” (Brasil, MT Preserve, 1988, p.15).

O governo militar, por meio do Ministério dos Transportes conjuntamente com equipe interna da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima deu início a concepção e planejamento do que veio a ser criado em 1980, o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes, PRESERVE que de modo formal foi instituído em 1983 e teve na sua coordenação a museóloga Maria Elisa Carrazoni, tema que abordamos na seção anterior (3).

5. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: LINHA FERROVIÁRIA PARA O TREM DA MEMÓRIA

5. DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: LINHA FERROVIÁRIA PARA O TREM DA MEMÓRIA

No período de concepção do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, 1984, ainda vigorava a Ditadura Militar que, desde o início, não deixou de usar a seu favor as possibilidades dadas pelo setor cultural (Ridenti, 2007). As representações ligadas ao Patrimônio não escaparam do tratamento e, nos anos 1970 foram lançados o “Programa Integrado de Reconstrução das cidades Históricas” e o “Centro Nacional de Referência Cultural”, (Santos, 2014, p.5) ambos na esfera do Patrimônio Cultural com finalidades de preservação, respectivamente, para exemplares da produção material e aspectos das manifestações imateriais. Na década seguinte “novos projetos” com “novos atores” “entraram em cena”.

E meio aos patrimônios históricos e artísticos tradicionalmente destacados no âmbito do tratamento da preservação, no Brasil no período o olhar se dirigiu para elementos da categoria Industrial estabelecendo uma política nacional de preservação pela criação, em 1980/82 do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico dos Transportes, PRESERVE sob a direção do Ministério dos Transportes, e em 1984 com desdobramento iniciando o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERFE da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, RFFSA e, posteriormente, gestão do IPHAN. Assim, por meio de uma “decisão administrativa” teve o poder de encaminhar para “singularizar juridicamente”¹³ (Desvallées, 2000, p. 71, tradução nossa) os complexos ferroviários, o que aponta especialmente no segundo ato para o processo de Musealização, porque foi em 1984 que se iniciou o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, CPHF-RJ, Museu do Trem do RJ.

A ação de musealizar que determina a ressignificação dando o valor de bem cultural para “móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto” e reconhecendo-os como “portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, Lei 11.906/2009, Cria... – IBRAM, 2009), ao mesmo tempo, determina reconhecer os bens como documentos, por

¹³ Desvallées (2000): “singulariser juridiquement /// une décision administrative”.

serem “registros da atividade humana” (Yassuda, 2009, p.22), e assinalarem “suporte de significações” (Menezes, 1994, p.24), assim como “testemunhos que referenciam as existências e identidades” (Lima, 2013, p.51). Porém, para tornar-se documento, configurar significados e ser testemunhal é necessário fazer o registro, que no processo de Documentação aplicada aos Museus, Documentação Museológica é o passo inicial do para catalogar. E exige inserção e leitura específica para a interpretação dos dados de ordem física e de natureza imaterial, ainda em potência nos exemplares a serem identificados pelo especialista no tema do acervo, interpretados e descritos na composição de aspectos interdependentes da tangibilidade e intangibilidade que formaliza a informação cultural a ser produzida e comunicada pelos Museus.

Trata-se da condição e situação para os Museus realizarem a tarefa especializada Pesquisa --- um dos pilares do tripé Preservação/Conservação e Comunicação --- a ação investigativa que interpreta os itens das suas coleções de acervos caminhando na trilha para a produção de conhecimento, resultando na comunicação ao público, no caso da nossa pesquisa na Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, Museu do Trem, tendo por foco o processo documental-informacional no âmbito da exposição permanente, entre outros meios de divulgação cultural.

O museólogo Mario Chagas assim se pronuncia:

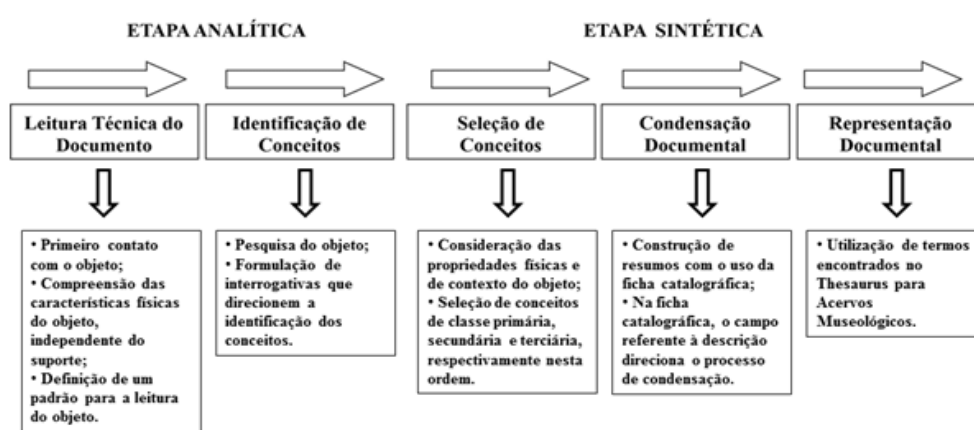
[...] é pela comunicação homem / bem cultural preservado que a condição de documento emerge [...]. Em contrapartida, o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação [...]. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica da área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação (Chagas, 1996, p.46-47, grifo nosso).

A Musealização, de acordo com o “Dictionnnaire encyclopédique de muséologie”, dos autores Desvallées e Mairesse, ao ser:

[...] entendida como processo científico, implica necessariamente o conjunto de atividades do museu: preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), pesquisa (portanto, catalogação) e

comunicação (por meio da exposição, das publicações etc.). (Desvallées; Mairesse, 2011, p. 253), tradução e grifo nosso)¹⁴.

Figura 27: Análise documental na Museologia



Fonte: Reis, Mateus; Barros, Thiago; Lopes, Roberto *et al.* 2019.

A comunicação relativa aos bens culturais da tipologia ferroviária e sob denominação de divulgação está presente na Lista de Patrimônio Cultural Ferroviário estabelecida pela Lei nº 11.483/07 e pela Portaria Iphan nº407/2010. Afirma-se que os inscritos no elenco estão protegidos (preservação) e cabe “divulgar sua existência” (Iphan, 2010, grifo nosso).

E a função comunicacional nas instituições museológicas toma por base a informação produzida a partir dos dados processados pela pesquisa realizada pela Documentação (figura 27), que liga o acervo às ocorrências da realidade. Helena Ferrez enfoca a complexidade da estrutura do objeto e seu valor como elemento para a construção do conhecimento:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (Ferrez, 1991).

No entanto, na instituição em foco a realidade não reflete, ainda, a prática da Musealização no tocante ao instrumento básico Documentação Museológica que gera a informação cultural publicamente veiculada na exposição. Uma situação

¹⁴Desvallées e Mairesse (2011): “la muséalisation, comme processus scientifique, implique nécessairement l’ensemble des activités du musée: préservation (sélection, acquisition, gestion, conservation), recherche (dont le catalogage) et de communication (par le biais de l’exposition, de publications, etc.)”.

observada nas visitas técnicas que fizemos para avaliar como se apresenta(va) a Documentação Museológica e os indicadores sobre o acervo. Não foram encontradas fichas catalográficas dos itens das coleções (única peça ou conjunto), o que deixou precária a identificação de dados relevantes, por exemplo, o processo de transferência (aquisição e procedência); a entrada no Museu e no acervo estabelecendo teor de responsabilidade pela propriedade e guarda legal (número de registro, número de inventário); entre diversos outros campos de informação integrantes da ficha para interpretação e que representam, reiteramos: os dados intrínsecos e extrínsecos, respectivamente da configuração física (aspecto material ou tangível) e modalidade contextual e documental (aspecto imaterial ou intangível).

E no antigo galpão industrial adaptado para o Museu vimos o espaço aproveitado com finalidade de guarda, ao modo de uma reserva técnica museológica (figura 28). A mesma solução foi utilizada para o armazenamento do material de arquivo e de biblioteca (figura 29), cujo conjunto de fontes por meio Documentação Museológica, pesquisa bibliográfica, permite contribuir para identificar dados extrínsecos do item/objeto (contextual), portanto, para interrelação com o aspecto material. E um exemplo de documento para realimentar memória local: o livro Registro do Ponto do Pessoal, junho de 1956, os nomes dos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil (figura 30).

Figura 28: Acervo Museológico: Espaço de Guarda. 2024.



Fonte: Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro. Fotografia: Jessica Tavares. 2024.

Figura 29: Acervo Arquivístico e Bibliográfico. 2024.



Fonte: Casa do Patrimônio Ferroviário de Rio de Janeiro. Fotografia: Jessica Tavares. 2024.

Figura 30: Registro do Ponto do Pessoal. 1956.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL														
REGISTRO DO														
Mês de <i>Junho</i>														
PONTO DO PESSOAL														
(Distribuição no Serviço)														
(Turno)														
N. de Ordem	NOME	Categoria	Salário Diário	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
41	Wilson Jesus de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
42	Adelino dos Santos Fogaça			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
43	Rafael Pereira da Silva			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
44	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
45	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
46	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
47	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
48	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
49	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
50	Adelino dos Santos de Sá			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Acervo Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro. Fotografia: Jessica Tavares. 2024.

Ao estarmos tratando de Documentação Museológica no cenário da produção, disseminação (entre pares), divulgação (em museus de Ciência e Ciência e

Tecnologia) e difusão do conhecimento (bases de dados/repositórios online para consulta) é preciso apontar que a rota para produzir uma boa resposta descritiva para itens musealizados fundamenta-se em modelo de indicadores representando com exatidão os dados dos aspectos materiais e imateriais (intrínsecos e extrínsecos) e com indicações exemplificadas para uso.

E em se tratando de fichas catalográficas, termos, conceitos, indicadores, normalização, intercâmbio entre museus e dados informacionais, consideramos um conjunto de orientações conceituais e já ajustadas para o plano prático, ainda relacionando-se ao composto formado pelas propriedades, condições, situações, circunstâncias que são específicas e configuram características que compõem o perfil do item de acervo estamos pensando em catalogação com boa resposta para a “Compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos” (Cidoc-lcom, 2014, p.41), assim, temos que pensar em um modelo que seja credenciado pelo campo da Museologia.

E uma entidade especializada no tema da Documentação em Museus é o Comitê Internacional para Documentação, *International Committee for Documentation*, CIDOC, do Conselho Internacional de Museus com modelos considerados de padrões internacionais (*standards*), que são resultados de pesquisas e aceitos para uso por consenso de profissionais de Museus filiados ao ICOM. Estão acessíveis na internet e são gratuitos¹⁵. Um dos modelos CIDOC de estrutura robusta, que conceitual e tecnicamente é um Modelo de Referência, responde a demandas contemporâneas entre as quais a diversidade de coleções que representam vários campos do conhecimento refletidos nas categorias temática das instituições --- museus artísticos, históricos, científicos --- ao consenso sobre a aplicação dos significados constituídos; ao estabelecimento de um intercâmbio comunicacional de entendimento claro entre instituições museológicas; a

¹⁵ Um modelo considerado de “formato simples” porque apresenta “um mínimo de requisitos” e o *CIDOC Fact Sheet No. 1 Registration step by step: when an object enters the museum* (1993) e adapta-se bem a coleções de museus de menor porte, coleções particulares também reduzidas e até para galerias comerciais mesmo tendo acervos provisórios pela questão da comercialização. Embora não seja exemplo para ficha catalográfica, é importante mencionar um documento auxiliar para catalogação, atividade de marcação ou etiquetagem de objetos do acervo, porque faz referência ao número de registro/inventário inscrito na ficha e correspondente ao número atribuído ao item museológico, sua identificação numérica agregada a sua própria estrutura física ou anexada por meio de etiqueta: CIDOC Fact Sheet 2 – Labeling and marking objects (1994).

compatibilidade da configuração com descrições nacionais e internacionais de informações museológicas e na modelagem que permite adaptações necessárias às particularidades dos acervos das Instituições. Trata-se do documento “Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação, CIDOC-ICOM”, tradução em português, 2014, do “*CIDOC International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*”, que publicado em 1995 é atualizado com regularidade.

O Modelo tem cinco amplos objetivos que se desdobram em várias indicações que são explicadas caso a caso: -1- “assegurar a responsabilidade legal pelos objetos; -2- auxiliar na segurança de objetos; -3- permitir a organização de um arquivo histórico dos objetos; -4- fornecer descrições e comprovar a propriedade; -5- favorecer o acesso físico e intelectual aos objetos” (Cidoc Icom, 2014, p.38).

Está estruturado, segundo a mesma fonte (p. 39), em Grupos de Informação e Categorias de Informação com definições e exemplos. O Grupo “descreve um aspecto particular dos dados sobre um objeto” e pode ter uma Categoria ou incluir várias. Exemplificamos com um título que nomeia um campo de informação de uma ficha catalográfica: “Aquisição: informações sobre a aquisição de um objeto ou grupo de objetos pelo museu”. A Categoria “descreve a relação entre os dados”, por exemplo e usando Grupo Aquisição que inclui: “-1- Método de aquisição: informações sobre como um objeto ou grupo de objetos foi adquirido pelo museu; -2- Data de Aquisição: data [dia, mês, ano] em que o objeto foi adquirido pelo museu; -3- Fonte da aquisição: fonte [pessoa física ou jurídica] da qual o objeto foi adquirido”. Os Grupos totalizam 22 (vinte e dois) indicadores técnicos enquanto as Categorias que os compõem cerca de 80 (oitenta).

Os Grupos de Informação e Categorias de Informação apresentam os seguintes formatos e transcrevemos o documento (p. 45-46).

Grupo de Informação

Objetivo: Descreve o motivo pelo qual um Grupo de Informação é incluído e os critérios que levaram a essa inclusão: - Segurança do acervo; - Responsabilidade pelo acervo; - Acesso ao acervo; - Arquivo histórico do acervo.

Categorias de informação: Lista das Categorias de Informação contidas no Grupo de Informação; - Exemplos de como as Categorias de Informação incluídas no Grupo de Informação são aplicadas em conjunto.

Observações: São acrescentadas observações sobre assuntos que incluem: - Possibilidade de uso do Grupo de Informação mais de uma vez em um único registro; - Recomendações e sugestões sobre a implementação do registro do Grupo de Informação dentro de um sistema, quando aplicável.

Categoria de Informação

Nomenclatura alternativa: Outras denominações que podem ser utilizadas para a Categoria de Informação. Esta listagem não pretende ser exaustiva.

Definição: Breve definição da categoria. Exemplos: - de informação que deve ser incluída em uma Categoria selecionada em uma série de disciplinas relacionadas ao acervo.

Observações: - Abordam as seguintes questões, entre outras: - Indica se uma Categoria de Informação pode ser usada mais de uma vez em um Grupo; - Indica se o conteúdo de uma determinada Categoria deve ser registrado em linguagem natural ou de acordo com uma sintaxe ou formato específico. Por exemplo, as datas devem sempre ser indicadas por extenso, manter a ordem “dia/mês/ano” e utilizar quatro dígitos para indicar o ano; - Indica se há controle de conteúdo e terminologia e qual o modelo ou método aplicado.

Os 22 Grupos de Informação e as respectivas e as cerca de 80 Categorias de Informação compõem um documento de 30 páginas e, por isso estão apresentados em anexo: ANEXO A. Mas a seguir apresentamos um exemplo para ilustrar.

Grupo de Informação sobre Aquisição

Objetivo:

A informação de aquisição favorece a Segurança e a Responsabilidade. Ela é necessária para a comprovação da situação jurídica do objeto como parte do acervo do museu.

Categorias de informação:

Método de aquisição;

Data de Aquisição;

Fonte da aquisição.

Exemplos:

Método de aquisição: doação; Data de aquisição: 01-01-1985; Fonte da aquisição: The Smith Corporation, Nova York.

Observações:

Registre a Informação de Aquisição apenas para objetos cuja titularidade tenha sido transferida para o museu, ou seja, os objetos de propriedade da instituição.

A informação de aquisição não deve ser repetida dentro de um mesmo registro de objeto, uma vez que, normalmente, um objeto ou espécime é adquirido apenas uma vez.

Método de aquisição**Nomenclatura alternativa:**

Tipo de aquisição

Definição:

Método por meio do qual um objeto é incluído na coleção

Exemplos:

doação;

compra;

troca;

legado;

desconhecido;

coleta de campo.

Observações: Esta Categoria de Informação poderá ser repetida se o objeto tiver sido obtido por meio de mais de um método ou meios legais. Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação.

Data de aquisição**Definição:**

Data de inclusão do objeto na coleção e de transferência de titularidade.

Exemplos:

03-01-1994

Observações:

Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas. Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, “1994”, e não “94”.

Fonte da aquisição

Definição:

Nome do indivíduo ou organização da qual o objeto foi adquirido.

Exemplos: Hapgood, Jane S.

Observações:

A fonte da aquisição é o indivíduo ou organização que transferiu a titularidade formal do objeto, e não um agente.

Recomenda-se o uso terminologia controlada.

No caso de coletas de campo arqueológicas ou de ciências naturais, a propriedade pode ser detida pelo proprietário do terreno. A propriedade deverá ser confirmada de acordo com a legislação local adequada antes da transferência de sua titularidade para a instituição. Sempre que o objeto ou espécime tiver sido adquirido de mais de uma fonte (por exemplo, caso o objeto tenha pertencido a vários proprietários), esta Categoria de Informação deverá ser repetida.

Apresentamos o Modelo de Indicadores (Grupos e Categorias) para modelos de Ficha Catalográfica com os títulos para os campos de informação:

Informação sobre Aquisição

Método de aquisição

Data de Aquisição

Fonte da aquisição

Informação sobre Estado de conservação

Estado de conservação

Sumário do estado de conservação

Data de avaliação do estado de conservação

Informação sobre Baixa patrimonial e Alienação

Data de baixa patrimonial

Data de alienação

Método de alienação

Destinatário da alienação

Informação sobre Descrição

Descrição física

Situação do Espécime

Informação sobre Imagem

Tipo de imagem

Número de referência da imagem

Informação sobre Instituição

Nome da instituição

Nome da instituição subordinada

Endereço da instituição

País da instituição

Informação sobre Localização

Localização atual

Data da localização atual

Tipo de localização atual

Localização usual

Informação sobre Marca e Inscrição

Texto da marca/inscrição

Tipo de marca/inscrição

Descrição da marca/inscrição

Técnica da marca/inscrição

Posição da marca/inscrição

Idioma da marca/inscrição

Tradução da marca/inscrição

Informação sobre Material e Técnica

Material

Técnica

Descrição de parte ou componente

Informação sobre Medição

Dimensão

Medida

Unidade de medida

Parte medida

Informação sobre Associação de Objeto

Local associado

Data associada

Nome do grupo/indivíduo associado

Tipo de associação

Função original

Informação sobre Coleta de Objeto

Local da coleta

Data da coleta

Coletor

Método de coleta

Informação sobre Registro de Objeto

Proprietário atual

Depositante

Data de entrada

Número de entrada

Motivo da entrada

Informação sobre Nome de Objeto

Nome do objeto

Tipo de nome do objeto

Autoridade de nome do objeto

Informação sobre Número de Objeto

Número do objeto

Tipo de número do objeto

Data do número do objeto

Informação sobre Produção de Objeto

Local de produção

Data de produção

Nome do grupo/indivíduo produtor

Função da produção

Informação sobre Título de Objeto

Título

Tipo de título

Tradução do título

Informação sobre Parte e Componente

Número de partes ou componentes

Descrição de partes e componentes

Informação sobre catalogação

Catalogador

Data de catalogação

Autoridade

Informação sobre Referência

Referência

Tipo de referência

Informação sobre Direitos de Reprodução

Nota sobre direitos de reprodução

Proprietário dos direitos de reprodução

Informação sobre Assunto Representado

Assunto representado

Descrição do assunto representado

Pela estagnação do discurso expositivo da Casa do Patrimônio Ferroviário do Engenho de Dentro no transcorrer de 30 anos e na precariedade das legendas e textos explicativos, que é nada menos que uma reverberação da inexistência de um processo de documentação museológica e sistema de dados, aliado a limitada pesquisa sobre o acervo, identificar certos artefatos, apresentá-los e comunicá-los ao público, se mostrou como primeiro obstáculo a ser superado. Na próxima imagem (figura 31), fotografada *in loco*, o que a instituição apresenta a quem adentra nos espaços expositivos externos são imensas formas tridimensionais sem titulação ou qualquer outra forma de identificação. Como compreender a permanência e significado de um bem musealizado em um museu se não temos informações sobre o mesmo? Como estreitar e consolidar o sentido de identidade e pertencimento do público que visita espaços museológicos e com a comunidade do entorno se não há o básico informacional a oferecer? Na ficha de identificação que se segue, cuja consolidação dos campos informacionais nos pautamos nas Diretrizes, em seus Grupos e Categorias, apresentamos dados referentes ao longeiro.

Figura 31: Longeirão



Fonte: Acervo Casa do Patrimônio Ferroviário –RJ. Fotografia: Jessica Tavares. 2024.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBJETO - LONGEIRÃO

GRUPOS	CATEGORIAS		DADOS SOBRE O OBJETO	
Informação sobre estado de conservação	Estado de conservação	Sumário do estado de conservação	Bom	Oxidação / Ferrugem / Corrosão pontual
Informação sobre descrição	Descrição física		Componente metálico, ferro fundido, com seis (6) orifícios circulares (espaço para encaixe dos cilindros) que atravessam as duas faces, um centralizado, três no lado esquerdo e dois do lado direito. Nos extremos superiores direito e esquerdo elevações com orifícios circulares. Ao centro, silhueta côncava	
Informação sobre imagem	Tipo de imagem		Fotografia colorida digital	
Informação sobre instituição	Nome da instituição		Casa do Patrimônio Ferroviário	
	Subordinação institucional		Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
	Endereço da instituição		Rua Arquias Cordeiro, 1046. Engenho de Dentro. Rio de Janeiro	
	País da instituição		Brasil	

Informação sobre localização	Localização atual	Área externa, lateral direita, paralela ao galpão principal
	Tipo de localização atual	Exposição
	Data de localização atual	07/03/2024
	Localização usual	Área externa, lateral direita, paralela ao galpão principal
Informação sobre marca/ inscrição	Texto da marca/inscrição	FUNDIÇÃO/CENTRAL/DO BRASIL/1945
	Tipo da marca/inscrição	Marca de fabricação
	Técnica da marca/inscrição	Gravação em Alto Relevo
	Posição da marca/inscrição	Centro/direito frontal
Informação sobre material/ técnica	Material	Ferro
	Técnica	Fundição
Informação sobre associação de objeto	Local associado	Officina Mecânica do Engenho de Dentro
	Data associada	1945
	Nome do grupo ou pessoa associada	Fundidores da Estrada de Ferro Central do Brasil/RFFSA
	Função associada	Conferir estabilidade, estruturação e mobilidade da base de locomotiva
Informação sobre nome do objeto	Nome do objeto	Longeirão
	Tipo de nome do objeto	Nome comum
	Autoridade do nome do objeto	Associação Brasileira de Preservação Ferroviária
Informação sobre produção do objeto	Local de produção	Engenho de Dentro/Rio de Janeiro/Brasil
	Grupo ou indivíduo produtor	Fundição Central do Brasil
	Data da produção	1945
	Função da produção	Reparo de maquinário
Informação sobre referência	Referência	Associação Brasileira de Preservação Ferroviária ABPF
		Fotografia https://abpfsuldeminas.com/2012/07/20/recuperacao-do-longeirao-da-locomotiva-522/

	Tipo de referência	
Informação sobre assunto representado	Assunto representado	Fabricação de peças/Trabalho primário/Mecânicos fundidores/Soldadores/Fundição no Engenho de Dentro
	Descrição do assunto representado	Existência de fundição nos terrenos das Oficinas Mecânicas do Engenho de Dentro

Deste modo, podemos alinhar e confirmar a existência do setor de fundição na Oficinas do Engenho de Dentro, ao associar referências imagéticas (figura 32) às informações intrínsecas do objeto, consolidando a interdependência da materialidade com a imaterialidade do contexto histórico.

Figura 32: Forjas e chaminés do Complexo de Oficinas do Engenho de Dentro. EFCB.



Fonte: Arquivo Nacional

O Modelo, conforme dissemos, é estruturado de modo a ser adequado a quaisquer particularidades descritivas dos itens do acervo da Instituição que for aplicá-lo. Pode deixar de aplicar uma Categoria ou Grupo, como acrescentar uma Categoria no Grupo existente e, também, criar novo Grupo e suas Categorias. E sendo necessário acrescentar outros dados relativos ao aspecto imaterial, o contexto histórico-social e documental, além de dados que já possam estar registrados em determinadas Categorias e Grupos que permitem esta representação do objeto, então, pode ser acrescentado, por exemplo, no Grupo Informação sobre Descrição, a Categoria Descrição Contextual com devida orientação para os requisitos explicativos para a redação no campo da ficha. Também, outro recurso, acrescentar uma Categoria a ser determinada pela Instituição no Grupo Informação sobre o Assunto Representado.

Quanto a questão de aplicar o controle terminológico, conforme indicado no Modelo, então é fundamental recorrer a Linguagem de Especialidade, o mesmo que Linguagem Profissional, que é um dado referencial representando os termos e os conceitos tratados por determinado setor profissional, por exemplo, a indústria moveleira; e por exemplo, a engenharia de transportes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trem por mais de um século traçou linhas integrando com sua malha ferroviária diversos pontos do país. Foi transporte de passageiros e de carga entre capitais e cidades brasileiras, mas nos últimos cinquenta anos entrou em declínio pela forte presença do transporte rodoviário coletivo e individual, que esteve associado a ênfase dada pelos governos da época para produção automotiva brasileira e a perda de investimentos no seu nicho da economia. Assim, relegado a transporte de menor importância, foi deixando de exercer a preferência da população para as viagens pelo Brasil, teve impactos, ocasionou perda para os setores industrial, comercial e do turismo. Lentamente seu traçado foi desaparecendo do território nacional, porém, deixando rastros em espaços culturais como os Museus.

A Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro que continua sendo identificada, podemos dizer popularmente, como Museu do Trem do Rio de Janeiro, ou simplesmente Museu do Trem, juntamente com 59 (cinquenta e nove) instituições museológicas aborda o tema do universo ferroviário, entre as quais 43 (quarenta e três) adotam nome semelhante no seu título, números que levantamos acessando o Cadastro Nacional de Museus, Catálogo dos Museus Brasileiros, do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. Pela lembrança do nome registrado no imaginário popular e no ambiente cultural, inclusive, assim identificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, entidade federal que tem o Museu sob sua responsabilidade, a tese escolheu manter na pesquisa o nome de referência marcante alternando-o no texto com o título Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro.

Nossa investigação no panorama do Patrimônio Cultural tomou como objeto de estudo um exemplar que determinamos identificar como ambiente Museu do Trem do Rio de Janeiro e seu entorno cultural. O Museu que é reconhecido como Patrimônio Cultural Ferroviário, é um dos remanescentes do complexo ferroviário composto de extenso conjunto de arquitetura industrial, em especial os galpões das Oficinas Mecânicas Ferroviárias usadas para a manutenção.

Está situado no bairro do Engenho de Dentro, antiga Freguesia de Inhaúma, que ainda é servido por linha de trem de passageiros ligando o centro da cidade do Rio de Janeiro a vários pontos da sua região metropolitana. No entorno arquitetônico está localizado o prédio da Escola Prática de Aprendizizes, instituição que foi criada

para o ensino aprendizagem de trabalhadores especializados para as atividades que fazem parte do cotidiano das ferroviárias. As Oficinas e a Escola têm suas origens registradas há cerca de 25 anos antes do final do século XIX. E ainda, no atual sítio cultural, em lugar das pequenas casas para moradia de funcionários, a tradicional vila operária, existe um conjunto de prédios que foram usados como habitação, possivelmente de funcionários graduados.

O antigo galpão da oficina de pintura, hoje está ocupado pelo Museu e seu espaço para a exposição de longa duração, exposição permanente, que foi instalada no local e permaneceu no período de 1984 até 2019 quando, em razão da pandemia da Covid-19 que ocorreu em nível mundial, houve severa restrição para a população no seu ir e vir, para frequência em ambientes fechados ou de aglomeração, e que se prolongou por mais de um ano, dependendo da localização e das políticas de cada país. No entanto, mesmo após a liberação da doença, a Instituição permanece fechada por motivo de reorganização.

Contudo, tivemos acesso para visita antes do fechamento (2019) por ser assunto relacionado aos tempos da graduação, do mestrado e, posteriormente, em 2024 para dar prosseguimento à nossa tese de doutorado, cuja perspectiva da pesquisa com finalidade de estudar a representação cultural do acervo patrimonializado de modalidade ferroviária enfocou, na exposição, a mensagem comunicacional elaborada para o público visitante, que estava expressa não só na organização espacial e visual das peças exibidas como, também, nos suportes textuais das legendas e de curtos textos expostos em quadros com fotografias no seu tamanho original.

Desde a nossa primeira visita de um total de 5 que fizemos ao Museu, quando ainda aberto à visita e depois fechado, foi possível verificar que a exposição na sua comunicação museológica ficou restrita a enfatizar o aspecto material dos itens exibidos. E a reduzida informação escrita, além das legendas, focalizou de modo genérico e breve a história das ferrovias no país, assim como destacou, somente, figuras ilustres ligadas à criação ferroviária ou eventos com autoridades políticas no local. Sobre o sítio do complexo, o lugar ocupado pelo Museu, e o entorno de ambientação, o que poderia estar relacionado ao cotidiano ferroviário como atividades que foram desenvolvidas e os profissionais envolvidos, não havia qualquer informação.

Assim, ocorreu que o complexo ferroviário onde se situa o Museu não foi evidenciado nas particularidades que marcam a história e sua memória coletiva: foi um território agrícola que se transformou em cidade e a contribuição da estrada de ferro nesta configuração; sua situação privilegiada na cena da implantação das ferrovias no Brasil, primeira linha construída no século XIX, período do Segundo Reinado (Império); seu papel desempenhado na cena econômica, Império e República; como estação ferroviária de linha principal (pessoas e cargas) na movimentação diária; sua conformação de sítio de diversificados saberes e fazeres representados pelas atividades especializadas do trabalho ferroviário tais como a manutenção associada ao trabalho nas Oficinas, entre as quais a que hoje é o espaço ocupado pelo Museu, e relacionada ao problema de segurança do trânsito para as linhas no tráfego do dia a dia; na elaboração do perfil profissional dos agentes, importantes trabalhadores do complexo pela responsabilidade de suporte ao funcionamento das linhas; no ensino profissionalizante desenvolvido na Escola de Aprendizes preparando recursos humanos com adequados saberes para os fazeres desenvolvidos no cenário das ferrovias.

O que estamos relatando e tivemos como analisar por meio da visita e fotografias que fizemos para permitir nosso estudo está relacionado ao que não foi comunicado no discurso expositivo, isto é, o que não se compartilhou com os visitantes e constitui o conjunto de características do contexto do cotidiano local, atributos que dão conta de documentar e, por conseguinte, estiveram ausentes na mensagem transmitida pela exposição do Museu no circuito de visita.

Por isso, a informação apresentou dados quantitativamente e qualitativamente limitados para cada objeto que foram isolados do universo de inserção referencial, portanto, houve exploração centrada no aspecto material do Patrimônio Cultural, ocorrendo por esta forma de discurso perda significativa das referências culturais da ambientação contextual do Museu do Trem, que representa o aspecto imaterial dos bens musealizados, por isso, vindo a favorecer o quadro para o esquecimento que atinge a Memória Social no que diz respeito a não lembrar, ou apagar, a ferrovia na construção do imaginário das pessoas. Porém, a marca de uma indicação do acontecido está fisicamente nos remanescentes das Oficinas Mecânicas no Bairro do Engenho de Dentro.

A situação encontrada na exposição do Museu do Trem é indicativa de problemas que dizem da ocorrência de ausência de informação pertinente, a lacuna de informação que pode resultar de falhas na realização de outra função básica da instituição museológica no processo de Musealização: a Pesquisa que conceitual e operacionalmente aplica a Documentação em Museus, Documentação Museológica, para a catalogação dos itens do acervo por meio da análise e descrição pormenorizada dos seus aspectos de complementariedade materiais e imateriais, que representam a unidade do objeto musealizado e, desta maneira, o procedimento especializado atende ao princípio que afirma a interdependência entre os dois aspectos do Patrimônio Cultural.

No Museu do Trem, nós fomos analisar a Documentação Museológica e tivemos o acompanhamento do único servidor que atua na Instituição, o museólogo responsável que é egresso do curso de graduação em Museologia da UNIRIO, no entanto, comprovando a informação que já fora dada por ele, no Museu não encontramos fichas catalográficas dos objetos, nem lista de entrada dos objetos ou quaisquer outros documentos relacionados e armazenados nos pequenos armários para a guarda, o acervo arquivístico. Do mesmo modo, não há qualquer edição da época do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes PRESERVE, e do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário, PRESERFE que, também, estão ausentes no pequeno acervo bibliográfico.

Quanto a este ponto da investigação para esclarecer a situação dos dados intrínsecos e extrínsecos dos bens do acervo, de maneira similar não foram encontradas fontes no levantamento de documentos feito nos arquivos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, que esteve ligado ao PRESERVE, que durou de 1980 a 1988, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes. O mesmo aconteceu na busca realizada junto ao que restou do material documental do PRESERFE, da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, RFFSA. Ainda no arquivo privado da museóloga Elisa Carrazoni, doado ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, NUMMUS, UNIRIO, não há documento sobre o ponto em foco.

Porém, esta situação dos resultados das buscas não é uma afirmativa dizendo que não haja documentos que abordem itens do acervo, porque as legendas que

estavam na exposição nomeando cada objeto exposto, sem dúvida, foram informações transcritas de fontes, ainda desconhecidas.

Embora, tenha sido criada uma situação de dificuldades pela dispersão de documentos que antes compunham arquivos dos Programas citados e das instituições como da RFFSA, assim como pelos dados identificados em documentos de imagem e de texto que estão em outros arquivos de instituições federais, estaduais e municipais que, embora com catalogação correta, não respondem a determinada interrogação pontual que era a nossa intenção esclarecer.

No entanto, isto não pode inviabilizar para o Museu do Trem o processo de pesquisa sobre o seu acervo, na tarefa de reconstrução da memória ferroviária do lugar. Há possibilidade de acessar outras fontes representando a sociedade civil por meio das associações ligadas ao tema das ferrovias. A pesquisa citou 9 (nove) que estavam ativas recentemente. Um outro recurso são familiares dos ferroviários que, inclusive, podem ser objeto de entrevistas. E o bairro de Engenho de Dentro é o espaço físico e social que permite relembrar o Patrimônio Humano Ferroviário.

O que leva a considerar, efetivamente, que o Museu do Trem deve realizar o processo de Musealização nas linhas condutoras do tripé Preservação, da Pesquisa entendendo-a na perspectiva da Documentação Museológica, e da Comunicação especialmente na exposição, canal informacional que faz a ligação direta com o público visitante. No concerto de funções especializadas do espaço museológico, a Documentação para os itens e conjuntos componentes das coleções do acervo assume sua plena atuação, tendo em vista ser a base para as informações que, a partir dos dados interpretados nas fichas catalográficas, servem às atividades realizadas pelas duas outras funções.

A Documentação Museológica no seu tratamento adequado de pesquisa e, para tanto, aplicando modelos de catalogação específicos para acervos de instituições museológicas, já testados no campo da Museologia com respostas positivas para o uso, estabelece o processo descritivo compreendendo todas as propriedades dos objetos em análise para retratar os seus aspectos da forma tangível e os correspondentes aspectos culturais que são referências associadas ao mundo social e os situam, explicando-os em determinado tempo e espaço como representações do que é categorizado como Patrimônio Cultural Material e Imaterial, os componentes da cena musealizada.

A Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, o Museu do Trem do Rio de Janeiro, de acordo com os padrões conceituais e práticos da Museologia, em razão da situação que foi verificada pela pesquisa para a tese, necessita da Documentação Museológica para conhecer seu acervo, torná-lo apto como fonte de consulta para investigação da própria instituição, qualificá-lo como suporte adequado para as bases da mensagem da sua futura exposição e outras finalidades, e acessível aos pesquisadores externos. Assim, atender a definição de Museu nos requisitos indispensáveis do perfil institucional.

O Museu ao realizar a Documentação Museológica fazendo uso do modelo para catalogação estudado pela pesquisa: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação, CIDOC-ICOM; pela identificação da morfologia dos objetos e dos recursos histórico-sociais que lhes são pertinentes, conjuntamente aplicando a Linguagem de Especialidade do sistema ferroviário, os vocabulários levantados pela pesquisa: Microtesouro de Transporte Ferroviário e Engenharia Ferroviária, RFFSA; Glossário de Termos Ferroviários, DNIT; e Glossário Ferroviário, Supervia; então, abrirá caminho para fundamentar a (re)construção da memória ferroviária do complexo das Oficinas Mecânicas de Engenho de Dentro e seu entorno de ambientação.

O que dará condições ao Museu do Trem, a partir da aplicação do tratamento que é o qualificado para usar, a considerar de modo diferente daquele que apresentou ao longo 35 anos na exposição permanente, quando lançou os trabalhadores ferroviários, agentes do cotidiano que davam vida ao sítio do complexo das Oficinas ao vácuo da memória.

E torna-se possível no processo de reconstruir na dimensão da cultura a memória dos contextos sociais que referenciam o acervo museológico-patrimonial do Museu do Trem do Rio de Janeiro, Casa do Patrimônio Ferroviário do Rio de Janeiro, trazer à lembrança os trabalhadores da linha de frente da manutenção e do reparo, e suas atividades que nomearam diversos galpões: os operários especializados que ali estiveram presentes: caldeireiros; carpinteiros; eletricitas; ferreiros; fundidores; limadores; mecânicos; pintores; serralheiros; torneiros, dentre outros profissionais que são os detentores do saberes e fazeres dos ofícios tradicionais, assim como os

agentes que atuavam na condução dos trens, no espaço das estações, no atendimento ao público.

O lembrar da rememoração inclui também o ensino/aprendizagem da escola técnica; as lutas trabalhistas e os jornais de associações ferroviárias; assim como demais manifestações contextuais que funcionam como testemunhos de ocorrências representativas da vida do complexo ferroviário local.

Este conjunto de atores que havia sido esquecido na exposição, assim como suas atividades, demais acontecimentos no seu próprio território de atuação e que lhes dizem respeito, inegavelmente, fazem parte do seu entorno de ambientação cultural, e são os componentes que permitem a (re)construção da Memória de grupos sociais, ato intelectual e prático que o Museu tem não só a capacitação para realizar como o dever de fazê-lo para cumprir sua missão de instituição a serviço da sociedade.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988.

ALMANAQUE DE PETRÓPOLIS. **A Estrada de Ferro e as Viagens de Trem**. Museu Imperial. N° III. Março, 2012. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/images/flippingbook/almanaque03/Almanaque-3.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

ANDRADE, Cynthia. **Lugar de memória** memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. *In*: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. vol. 6 n° 3 págs. 569-590. 2008.

AZEVEDO, André Nunes. **A REFORMA PEREIRA PASSOS: UMA TENTATIVA DE INTEGRAÇÃO CONSERVADORA**. *In*: Tempos Históricos, volume 19, 2º Semestre de 2015, p. 151-183, 1983-1463 (versão eletrônica). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6804824.pdf>. Acesso 05 mai. 2024.

BADDELEY, A.D., HITCH, G.J. **Working Memory**. *In*: G.A. Bower (Ed.), The psychology of learning and motivation: advances in research and theory. V.8. New York: Academic Press. 1974.

BATISTELLA, Alessandro. **A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro (1930-1945)**. *In*: Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/6555/pdf_50. Acesso em 06 mai. 2024.

BEAKLINI, Adriana Valentim. **Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)**. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/1553492012_2-1064-DO.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEMVENUTTI, Alice. **Gestão de museu: comunicação e público: estudo sobre o Museu do Trem, São Leopoldo, RS (2009-2012)**. São Paulo: USP. 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-08062017-112548/publico/AliceBemvenutiREVISADA.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Hausmann Tropical**. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BLAY, E. A.. **Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro.** *In:* Habitações em questão. Rio de Janeiro: Jahar Editores. 1981, p.141-154.

BN Digital Brasil, 2021, s.p. **Construção da Primeira Ferrovia Brasileira: a Estrada de Ferro Mauá.** Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/memoria-construcao-da-primeira-ferrovia-brasileira-a-estrada-de-ferro-maua/>. Acesso em 25 fev. 2024.

BOITO, Armando. **Sindicalismo e política no Brasil.** Campinas, Edição do IFCH – Unicamp, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4435029/mod_resource/content/1/BOITO%20JR.%2C%20Armando.%20Sindicalismo%20e%20Estado%20Brasil_texto%20%281%29.pdf . Acesso 06 jun. 2024.

BOLOGNANI, Robson. **Patrimônio Ferroviário: Aspectos Legais.** *In:* Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, v.3. Ouro Preto, MG: IPHAN, 2009. p.42-55.

BOSCHETTI, Vânia Regina. **O CURSO FERROVIÁRIO DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA.** *In:* Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 46 –58, set. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4929/art04_23.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

BOSISIO, Rafael de Almeida; SANT'ANNA, Sabrina Marques. **INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E TRANSFERÊNCIAS TECNOCIENTÍFICAS: a experiência do Império Brasileiro.** FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, vol. I, 1ª edição. 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF.2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.018**, de 22 de janeiro de 2007. (Liquidação e extinção da RFFSA).

BRASIL. **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000:** institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **MT Preserve** (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes/ 1980-1988). Brasília: PRESERVE, CCP, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.483** de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria nº 292, de abril de 1980.** Designa equipe para atuar no PRESERVE.

BRASIL, Zenilda Ferreira. **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:** e a preservação dos espaços correlatos. Tese (Doutorado em Museologia

e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2022.

BRULON, Bruno. **Passagens da Museologia**: a musealização como caminho. *In*: Revista Museologia e Patrimônio, vol. 11, nº 2, 2018.

BRULON, Bruno. **PESQUISA EM MUSEUS E PESQUISA EM MUSEOLOGIA**: desafios políticos do presente. *In*: Museu & Museologia: desafios de um campo interdisciplinar. Org. Monique B. Magaldi; Clovis Carvalho Britto. Brasília: FCI-UNB. 2018. p. 19-36.

CANDIDA, Simone; LIMA, Ludmilla de; BERTOLUCCI, Rodrigo. **Histórias do Engenho de Dentro**: antigas oficinas de trem vão ganhar vida nova. O Globo online, Rio de Janeiro, 22 jun. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/design-rio/historias-do-engenho-dedentro-antigas-oficinas-de-trem-va-ganhar-vida-nova-12962002> . Acesso em: 03 abr. 2024.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica**. *In*: CADERNO de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição. p.31-90.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930**: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *In*: Economia, Brasília (DF), v.13, n.3b, p.897–916, set/dez 2012. Disponível em: https://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf. Acesso 05 jun. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. *In*: CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. *In*: Paz e Terra. v.1. 6ª ed. 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARRASCO, L.; THALLER, M. e VIDOTTI, S.A.B.G. **Ontologia Cidoc CRM no contexto dos ambientes digitais de patrimônios culturais** | Cidoc CRM ontology in the context of digital cultural heritage environments. *In*: Liinc em Revista, [S. l.], 2015, vol. 11, nº 1.

CARVALHO, José Murilo de (2012). A Vida Política. *In*: **A Construção Nacional (1830-1889)**. *In*: Coleção História do Brasil-Nação, (org. SCHWARCZ, Lília Moritz), volume 3. Madrid, Rio de Janeiro: Fundación Mapfre, Editora Objetiva. 2019. p. 112.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. **Exposições em museus e público**: o processo de comunicação e transferência da Informação. *In*: Interdiscursos da ciência da informação: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. 127-148.

CAVALCANTI NETO, José Rodrigues. **O IPHAN e o Patrimônio Cultural Ferroviário**. In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, v.3. Ouro Preto/MG: IPHAN, 2009. p.716.

CHAGAS, Mário. **Museália**. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**. A ótica museológica de Mário de Andrade. Editora Argos, 2006.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: _____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

CIDOC. **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC / Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM); tradução Roteiro Editoração e Documentação; revisão técnica Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>. Acesso em 24 jul. 2024.

CIDOC. **Registration step by step**: when an object enters the museum. CIDOC Services Working Group, CIDOC Fact Sheet N°. 1. 1993. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC Fact Sheet No 1.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2024.

CIDOC. **Labeling and marking objects**. CIDOC Fact Sheet 2. 1994. Disponível em: <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC Fact Sheet No 2.pdf>. Acesso em 15 de jun. 2024.

CONCEIÇÃO, F.C. **Centro de Formação Profissional Silva Freire**: histórico. Rio de Janeiro: CBTU. 1987.

CORRÊA, Marcos Sá. **Nas mãos de Deus**. In: Revista Veja, 27/09/95, p. 8.

COSTA, Luciana C. N.; CRUZ, Ubirajara. **A Representação do Patrimônio Industrial a partir da Categoria de Paisagem Cultural Mundial**: estudo de caso de Fray Bentos (Uruguai). In: 4º Colóquio Ibero Americano: Paisagem Cultural, patrimônio e projeto. 2016. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5726/1/A_REPRESENTACAO_DO_PATRIMONIO_INDUSTRIAL.pdf. Acesso em 05 mai. 2024.

CUÉLLAR, Domingo. **A era das ferrovias e da globalização econômica**. Projeto Memória Ferroviária, 2020.

CUNHA, Cristiano do Carmo. **Memória, História e Identidade nos Caminhos de Belém**. A Estação Ferroviária de Japeri como “Lugar de Memória”. UFRRJ. 2016. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4818>. Acesso em 05 mai. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF:Flacso, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Museologia, novas tendências**. In: Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST. (MAST Colloquia; 11). 2009. p.25-41.

CURY, Marília Xavier. **Repatriamento e remanescentes humanos** - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas. UFRGS: Em Questão, vol. 26, pp. 14-42, 2020.

DE MORAES, Rafael Vicente. **Estado, burguesia e legislação trabalhista brasileira no limiar dos anos 30**: notas para uma discussão. **Revista de Estudos Sociais**, nº 33, agosto, 2009, p.129-145.

DECKER, Elton Luiz; KNEIPP, Katia Teixeira. **“Nos trilhos da memória”**: construindo uma memória visual dos trabalhadores ferroviários. In: Revista História Oral, v. 14, n. 1, p. 145-152, jan.-jun. 2011 Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/227/231>. Acesso 05 jun. 2024.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F (org.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Armand Colin. 2011.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Sec. de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, Arthur José Almeida. **Por um novo humanismo**. In: Revista brasileira de estudos políticos. Belo Horizonte, n. 76, jan.1993, p. 137.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Infraestrutura ferroviária**. Histórico. Gov.br, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/ferrovias/historico> . Acesso em 04 mar. 2024.

DORADO, María Isabel Alba. **Concepção de uma metodologia para identificação, caracterização, valoração e intervenção na paisagem do patrimônio industrial**. In: Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho. Balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2019. p. 307-332.

Estádio Olímpico João Havelange – Engenhão/Cesar Maia. Disponível em: <https://www.cesarmaia.com.br/estadio-joao-havelange-engenhao/>. Acesso em 23 jul. de 2024.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, MANOEL. **Planos para o Império**: Os planos de viação para o segundo reinado (1869-1889). São Paulo. Alameda. 2012.

FERNANDES, Nelson. **O rapto ideológico da categoria subúrbio - Rio de Janeiro 1858/1945**. Rio de Janeiro. Editora Apicuri/Faperj. 2011.

FERNANDEZ, Annelise. **ORGULHO SUBURBANO**: O projeto de dignificação dos subúrbios do Rio de Janeiro na Imprensa de bairro, 1948 - 1957. *In*: Cadernos CERU, série 2, nº. 16, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/75348/78887/102074> . Acesso 04 mar. 2024.

FERREIRA, Josiane M. P.; TACLA, Cesar Augusto; SILVA, Sérgio Roberto P. da. **Os Limites das Folksonomias como Conceitualizações Compartilhadas na Especificação de Modelos Conceituais**. *In*: WORKSHOP DE TESES E DISSERTAÇÕES - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB (WEBMEDIA) , 2012, São Paulo. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2012 . p. 27-30.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação Museológica** - Teoria para uma Boa Prática. in - IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991.

FERREZ, Helena Dodd *et al.* **Uma experiência brasileira em automação de museus**: o Museu Nacional de Belas Artes. Porto Alegre, 2002. Texto apresentado no Encontro do CIDOC.

FERREZ, Helena Dodd *et al.* **TESAURO DE OBJETOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NOS MUSEUS BRASILEIROS**. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura. 2016. Disponível em: <http://www.tesaumuseus.com.br/>. Acesso em 24 mar. 2024.

Folha de S. Paulo. **Pan-Americano**: Promotor pede suspensão de obras no Rio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1401200417.htm>. Acesso em 23 jul. de 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed.rev.e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. **Morigerados e revoltados**: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e Leopoldina (1889-1920). Campinas, SP, 2008.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **As Oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro**: arquitetura de um complexo produtivo. Dissertação (Mestrado – Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). São Paulo:

- FAAUSP. 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26032009-145929/publico/dissert_rcf.pdf. Acesso em 31 mai. 2024.
- FREIRE, Vanesa; SANTOS, Miguel Rosa. **O trabalhador e sua luta na Revolução Industrial Inglesa - 1760 a 1895**. In: Gestão & Tecnologia. Faculdade Delta. Ano XI, v. 1 Edição 34, jan/jun, 2022.
- FREYRE, G. **Homens, engenharias e rumos sociais**. Rio de Janeiro: Record. 1987.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.
- FUENZALIDA, Maria Paz. **A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. 2018. xii, 164 f. Brasília: Universidade de Brasília. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=582>. Acesso em 06 mai. 2024.
- GIL, A.C. . **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GLABER, Luisa. **Estrada de Ferro D. Pedro II**. In: Dicionário On-Line da Administração Pública. 22 jun. 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/317-estrada-de-ferro->. Acesso 04 mar. 2024.
- GLOBO. **Rio de Janeiro inaugura Arena Gamer na Zona Norte**. 17/01/2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/esports/noticia/2024/01/17/rio-de-janeiro-inaugura-arena-gamer-na-zona-norte.ghtml>. Acesso em 30 mai. 2024.
- GOMES, Patrícia Moraes. **TRANSPORTE E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO: O papel da Estrada de Ferro Central do Brasil na dinâmica do espaço urbano de Santos Dumont**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Juiz de Fora: UFJF. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4090/1/patriciamoraismgomes.pdf>. Acesso 06 mar. 2024.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social**. In: CHAGAS, Mario (org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005.
- GONZALEZ, Roberto *et al.* **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**. IPEA. 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4333/1/bps_n.17_vol02_trabalho_renda_v02.pdf. Acesso em 31 mai. 2024.
- GRANATO, Marcus. **Documentação Museológica**. Projeto à Fundação VITAE (impresso), MAST, 1998. GRANATO, Marcus. Relatório Técnico final de projeto de

cooperação internacional Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: MAST, 2013. 104 p.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; CÂMARA, Roberta Nobre. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro:** concepção e resultados preliminares. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 11, 2010, Rio de Janeiro. Anais João Pessoa: ENANCIB, 2010. p. 1-16.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. (Orgs.). **Coleções Científicas LusoBrasileiras:** patrimônio a ser descoberto. 1. ed. Rio de Janeiro: MAST, 2010. v. 1. 382p. Disponível em: https://www2.ufjf.br/farmacia/wp-content/uploads/sites/161/2009/01/colecoes_cientificas_luso_brasileiras_patrimonio_a_ser_descoberto.pdf Acesso em 15 mar. de 2024.

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta; SANTOS, Claudia Penha dos; BRASIL, Zenilda Ferreira; Loureiro, M. L. N.; SOUZA, Rosali, Fernades de. **Thesaurus de Acervos Científicos como Instrumento de Preservação do patrimônio Científico:** um projeto de cooperação luso-brasileira. *In: Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, 4, 2013, Lisboa. Atas Lisboa: Comissão Nacional Portugues do ICOM, 2013. p. 93-102.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; BRASIL, Zenilda Ferreira; Loureiro, Maria Lúcia de Niemeyer M.; SOUZA, Rosali, Fernades de. **Thesaurus de acervos científicos em língua portuguesa:** concepção e resultados 174 preliminares. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 11 2010, Rio de Janeiro. Anais ... João Pessoa: ANCIB, 2010. p. 1-17.

GUAZZELLI, Bárbara. **Ferrovia, trabalho e habitação.** Vilas operárias de Campinas (1883-1919). São Paulo: USP. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-19012015-104005/publico/DissertacaoBarbaraGuazzelliFinal.pdf>. Acesso em 05 mai. 2024.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. **ALEGORIAS E DESLOCAMENTOS DO "SUBÚRBIO CARIOCA" NOS ESTUDOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS** (1970-2010). *In: Sociol. Antropol.* vol.8 no.2. Rio de Janeiro May/Aug. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752018000200457. Acesso em 05 mai. 2024.

HAAG, Carlos. **O Império das Inovações:** A ciência escondida nos arquivos do Itamaraty. *In: Revista Pesquisa FAPESP.* edição 170, abr. 2010. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-imp%C3%A9rio-da-inova%C3%A7%C3%A3o/> . Acesso em 03 mar. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HOBBSAWM, Eric. **Era das Revoluções.** Editora Moderna. 2001.

HOMERO, Vilma, 2014. **Subúrbios: 150 anos de história carioca**. História Ciências Saúde Magalhães. S.p. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/suburbios-150-anos-de-historia-carioca/>. Acesso em 25 fev. 2024.

HONORATO, Cesar Teixeira. **O polvo e o porto: subsídios para uma história do complexo portuário no Brasil**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH, 1994.

ICOM. **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC / comitê internacional de Documentação (CIDOC). conselho internacional de museus (icom); tradução roteiro editoração e Documentação; revisão técnica Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de estado de cultura de São Paulo; associação de amigos do museu do café; Pinacoteca do estado de São Paulo, 2014.

ICOM. *International Council of Museums*. 19ª Assembleia Geral ICOM, Barcelona, Espanha, 2001. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM_ENG_10_2001_small.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

ICOM. *International Council of Museums*. **22ª Assembleia Geral ICOM**. Áustria, Viena, 2007.

ICOM. *International Council of Museums*. **26ª Assembleia Geral ICOM**. República Tcheca. Praga, 2022.

ICOMOS. **Princípios de Dublin**. 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Carta de Fortaleza**. Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de proteção. Novembro de 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**, 2011, p.1. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Leia%20mais%20-%20Acervo%20do%20Museu%20do%20Trem%20\(RJ\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Leia%20mais%20-%20Acervo%20do%20Museu%20do%20Trem%20(RJ).pdf). Acesso em 30 mai. 2024.

IPHAN. **Decreto-Lei nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000.** Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **MANUAL TÉCNICO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO.** 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_ferroviario.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda.** Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf. Acesso em 04 jun. 2024.

IPHAN. **Portaria Iphan nº 407, de 21 de dezembro de 2010.** (Parâmetros de valorização e procedimentos para inscrição na lista do Patrimônio Cultural ferroviário brasileiro). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20(1).pdf) . Acesso em 06 mai. 2024.

IPHAN. **Portaria nº 375 de 19 de setembro de 2018.** (Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.) Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20-%202018%20-SEI_IPHAN%20-%20200732090.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio Industrial:** a necessidade de diálogos entre disciplinas, a restauração e a arquitetura. TST TRANSPORTES, SERVICIOS Y TELECOMUNICACIONES, v. 44, p. 39-52, 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação.** In: Revista do IEEE América Latina, Brasília 4, 1-10. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Critérios e multidisciplinaridade na preservação do patrimônio industrial.** Taipa. In: Revista do Museu da Cidade de Curitiba, v. 1, p. 6-17, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial:** algumas questões em aberto. Arq.Urb, v. 3, p. 23-30, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Questões teóricas relativas à preservação da Arquitetura Industrial.** Desígnio, São Paulo, v. 1, n.1, p. 101-117, 2004.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao Porto.** Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX**. (Tese de Livre-Docência). Ribeirão Preto: USP, 2008.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Primeiras experiências com o trabalho livre**. *In*: História. Questões e Debates. Curitiba, v.7, n.13, p.157-194, 1986.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Agricultura e mercado de trabalho**: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850 a 1890. *In*: Revista de Estudos Economicos (USP), v.37, p.353-372, 2007.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil no Século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2012, 288p.

LASMAR, Telma. **Oficinas do Engenho de Dentro**. Rio de Janeiro. 1982. Datilografado.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MORAES, J. N. **Entretecendo conceitos, mirando o horizonte da participação**: musealização, comunicação e públicos. *In*: Museologia & Interdisciplinaridade, 9 (Especial), 2020, p.144–160.

LEME, Dulce Maria Pompeo de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LICO, Tamires Sacardo. **A precariedade do trabalho das construções das ferrovias**. Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 271-286, Dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/60953> . Acesso em 05 mar. 2024.

LICO, Tamires Sacardo. **A greve de 1906 dos operários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a luta por direitos trabalhistas**. *In*: XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – “O Futuro do Futuro do Ensino de História”, II Encontro do ProfHistória – UEM e XXIV Semana de História – DHI/UEM. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Da face inativa da indústria ao contexto ativo do museu**: aspectos da musealização do patrimônio industrial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 14., 2013, Florianópolis. Anais [...] XIV ENANCIB 2013, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Florianópolis: ANCIB, UFSC, 2013, p. 1-24. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4584/3707>. Acesso em: 6 de mai. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu**: releitura e reflexões. *In*: Revista Museologia e Patrimônio, v. 1, n. 1, p. 33-43, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2>. Acesso em 10 de fev. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização**: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi. Ciências Humanas. *In*: Dossiê Museologia e Patrimônio, v. 7, n.1, jan.-abr. 2012. p. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>. Acesso em 07 de mai. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Musealização e patrimonialização**: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais [...] XV ENANCIB 2014, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2014, p. 4335-4355. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/189374> Acesso em 07 de mai. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização e valor simbólico**: o “Valor Excepcional Universal” no patrimônio mundial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 16., 2015, João Pessoa: Anais [...] XVI ENANCIB 2014, GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação. João Pessoa: PPGCI-UFPB, ANCIB, 2015, p. 1-19. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2711/1213> Acesso em 07 mai. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização-Musealização**: a longa trajetória para a categoria patrimônio cultural imaterial. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. *In*: Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. ANCIB, v. 9, n. 2, p.1-23, 2016. Edição com melhores trabalhos eleitos nos Grupos de Trabalho da ANCIB - GT 9 Museu, Patrimônio e Informação – XVII ENANCIB, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/191128> Acesso em 07 mai. 2024.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **MUSEALIZAÇÃO NO CONTEXTO INTERPRETATIVO DA INTERDEPENDÊNCIA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MATERIAL**. *In*: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. ENANCIB. Marília: UNESP, SP. 2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Musealização/Patrimonialização**: itens museológicos como fontes primárias para investigação. *In*: Museologia e Patrimônio. 5ed. Leiria: ESECS/Instituto Politécnico de Leiria, 2021, v. 5, p. 1-15.

LIMA, Rachel. **NEGÓCIOS DA TERRA NO RURAL CARIOCA OITOCENTISTA**. (FREGUESIA DE INHAÚMA, RIO DE JANEIRO, 1830-1864). *In*: XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH Brasil. 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364241062_ARQUIVO_ANPUH-2013.1.pdf Acesso 06 de mai. 2024.

LIMA, Rachel. **SENHORES E POSSUIDORES DE INHAÚMA**: PROPRIEDADES, FAMÍLIAS E NEGÓCIOS DA TERRA NO RURAL CARIOCA ‘OITOCENTISTA’ (1830-

1870). (Tese de Doutorado em História Social). Niterói: UFF. 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1856.pdf>. Acesso 06 mai. 2024.

LINS, A. M. M. **O método Lancaster: educação elementar ou adestramento**: uma proposta para Portugal e Brasil no século XIX. *In*: BASTOS, Maria Helena Câmara; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Orgs.) A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Ediupf. p.73-94. 1999.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. **Preservação in situ X ex situ**: reflexões sobre um falso dilema. *In*: Series Iberoamericanas de Museología. V. 7. 3.º Seminário Iberoamericano de Museologia, Madrid, Espanha, 2012. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11607/57448_16.pdf?sequence=1. Acesso 06 mai. 2024.

LUDTKE, Alf. **De los héroes de la resistencia a los coautores**. 'Alltagsgeschichte' en Alemania.. Ayer. Dossiê La historia de la vida cotidiana, n. 19, 1995.

MAIA, João Luiz Araujo; CHAO, Adelaide Rocha de la Torre. **SUBÚRBIO CARIOCA: CONCEITOS, TRANSFORMAÇÕES E FLUXOS COMUNICACIONAIS DA CIDADE**. *In*: Conexão – Comunicação e Cultura, Caxias do Sul: UCS, v. 15, n. 29, jan./jun. 2016, p. 147-165.

MANUAL DIDÁTICO DE FERROVIAS. UFPR. 2019. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/dtt/wp-content/uploads/sites/12/2019/02/1-MANUAL-DID%C3%81TICO-DE-FERROVIAS-2019-p.01-64-PRIMEIRA-PARTE-1.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2024.

MARQUES, Sérgio de Azevedo. **Privatização do Sistema Ferroviário Brasileiro**. IPEA. Brasília. Agosto. 1996. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1935/1/td_0434.pdf. Acesso 05 jun. 2024.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MATOS, Luciana Ferreira. **ESTAÇÃO DA MEMÓRIA**: Um estudo das entidades de preservação ferroviária do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6659?show=full>. Acesso 05 mar. 2024.

MATOS, Luciana Ferreira. **MEMÓRIA FERROVIÁRIA**: Da mobilização à política pública de patrimônio. Rio de Janeiro: FGV. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15659>. Acesso 05 mar. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)**. *In*: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.241-70 – 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cRthvhDpQztbScV5WSYjQJv/?lang=pt>. Acesso em 05 mar. 2024.

MEDEIROS, M. M. **Expansão capitalista e ensino profissional**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987.

MENDONÇA, B. R.; TANGARI, Vera R.; VASCONCELLOS, V. . **Espaços livres e arborização: uma** análise do subúrbio ferroviário do Rio de Janeiro. *In*: Revista Paisagem e Ambiente, v. 30, p. e161067, 2019.

MENDONÇA, B. R.; TANGARI, Vera R.; VASCONCELLOS, V.. **HISTÓRIAS E MEMÓRIAS INVISÍVEIS: EXPERIÊNCIAS DE SUBURBANOS COM PERIODISMO NO RIO DE JANEIRO, 1880- 1940**. *In*: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434396566_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf. Acesso 05 jun. 2024.

MENDONÇA, Leandro Climaco. **Nas margens: Experiências de Suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro**. Niterói. 2011. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1511.pdf>. Acesso 05 mar. 2024.

MENEGUELLO, C; SILVA, A. F.; RODRIGUES, W. N. . **As Ruínas do Futuro e o Novo Patrimônio Industrial** – Entrevista com Cristina Meneguello. Contexto (Mossoró), v. 4, p. 249-255, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/37327384/As_Ru%C3%ADnas_do_Futuro_e_o_Novo_Patrim%C3%B4nio_Industrial_Entrevista_com_Cristina_Meneguello . Acesso 05 mar. 2024.

MENEGUELLO, C.; PISTORELLO, Daniela. **Patrimônios Difíceis e ensino de História: uma complexa interação**. *In*: Revista História Hoje, vol.10, nº19, p. 4-11, jun. 2021.

MENEGUELLO, C.; RUBINO, S. B.. **Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil**. *In*: Oculum Ensaios (PUCCAMP), v.1, p 135-132, 2005.

MENEZES, Ulpiano T. B. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. *In*: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 2, n. Ser., p. 9-42, jan./dez. 1994.

MENSCH, Peter van. **Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural**. *In*: Reunião Anual do ICOFOM/LAM, 1 Boletim ICOFOM/LAM, a.2, n.4/5, ago 1992.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES; PRESERVE; RFFSA. **Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: RFFSA/MGRF, 1983.

MIRANDA, Angélica Conceição Dias *et al.* **A importância da memória de trabalho na gestão do conhecimento**. *In*: Ciências & Cognição, Rio de Janeiro, v. 03, p. 111-119, 2006. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/591/373> . Acesso 05 mar. 2024.

MIRANDA, Luiz; PEREIRA, Dandara. **RESTAURAÇÃO DA PRAÇA DO TREM – COMPLEXO DO ENGENHÃO**. In: REUCP, Petrópolis, Volume 11, nº 1 (2017), p. 44-50. Disponível em:

<https://seer.ucp.br/seer/index.php/REVCEC/article/download/1411/658/5418>, Acesso em 31 mai. 2024.

MIYASAKA, Cristiane. **Viver nos subúrbios**: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). São Paulo: Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/viver-suburbios-experiencia-trabalhadores-inhauma-rio-janeiro-1890-1910> . Acesso em 05 mar. 2024.

MOLIN, Naiara. **Sindicato e Estado no Brasil**: o sindicalismo no período populista e o Novo Sindicalismo. (Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas). Porto Alegre: UFRS. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/50148965/Sindicato_e_Estado_no_Brasil_o_sindicalismo_no_per%C3%ADodo_populista_e_o_novo_sindicalismo . Acesso 04 mar. 2024.

MOLIN, Naiara. **Sindicato e Estado no Brasil**: O Sindicalismo no Período Populista e o Novo Sindicalismo. In: Pensamento Plural (UFPEL), v. 1, p. 89-108, 2013.

MONTEIRO, Juliana. **Documentação em Museus e objetos-documento**: sobre noções e práticas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22012015-105632/pt-br.php>. Acesso em 4 abr. 2024.

MORATELLI, Thiago. **Operários de empreitada**: os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). 1ª ed, Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MOTA, Ana Cláudia dos Santos. **Turismo industrial**: nova força económica para municípios – casa de Águeda. Orientador: Carlos Manuel Martins da Costa. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/7812/1/247299.pdf>. Acesso em 10 jun. 2024.

MUSEU DA PESSOA. Coleção: **Um Trem de Histórias**. 18 setembro de 2016. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/um-trem-de-historias-117160>. Acesso em 04 mar. 2024.

MUSEUS FERROVIÁRIOS DE SÃO PAULO. **Trabalhadores de ferrovias**. 2021?. Disponível em: <http://museusferroviarios.net.br/historia-e-tecnologia/trabalhadores-de-ferrovias/> . Acesso em 04 mar. 2024.

NABAIS, Rui José da Silva. **Manual Básico de Engenharia Ferroviária**. São Paulo: Oficina de Textos. 2004.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e História**: A problemática dos lugares. Trad: Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo: dez. 1993.

NUNES, IVANIL. **Expansão e crise das ferrovias brasileiras nas primeiras décadas do século XX**. In: Am. Lat. Hist. Econ vol.23 no.3 México sep./dic. 2016.

NUNES, Teresa Cristina de Oliveira. **O Programa de Desligamento de Pessoal na Desestatização**: O caso da Rede Ferroviária Federal S.A.. Cadernos EBAP, Rio de Janeiro, n.124, p; 78-84, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de (org). **Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho**. Balanços teóricos e metodológicos de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. Vol. I. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2019. Disponível em: <http://memoriaferroviaria.rosana.unesp.br:8080/handle/123456789/12> . Acesso 05 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de (org).. **Memória Ferroviária e Cultura do Trabalho**. Balanços teóricos e metodológicos de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar. Vol. II. Vol. I. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2020. Disponível em: https://memoriaferroviaria.assis.unesp.br/wp-content/documentos/livro_v2.pdf. Acesso 05 mar. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **O CENTENÁRIO DA FERROVIA BRASILEIRA (1954): ENSAIO SOBRE A ELABORAÇÃO DA MEMÓRIA FERROVIÁRIA NO BRASIL**. In: Espaço & Geografia, vol.16, n.2, 2013, p. 675-717. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39997/31100>. Acesso em 05 mar. 2024.

OLIVEIRA, Helder Canal. **Os sindicatos e os movimentos sociais na "Era Vargas"**. In: Revista Horizonte Científico. Universidade Federal de Uberlândia. vol 5, nº 2, dez, 2011.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 452 p. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

OTTONI, Cristiano Benedito. **O futuro das Estradas de Ferro no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.

PARADELA, Célia Lima. **DESESTATIZAÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A. IMPACTOS SOBRE OS RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**. FGV. Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3362/000090604.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 05 mar. 2024.

PAULA, Amir El Hakim de. **A GREVE SOB UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL: O CASO DA GREVE DOS FERROVIÁRIOS DE 1906**. In: Revista Pegada. Vol. 14, n.2, 2013. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2545/2339>. Acesso em 05 mar. 2024.

PAVARINA, E. C.; MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. de. **REPRESENTAÇÃO DE ARTEFATOS CULTURAIS NO ÂMBITO DO CIDOC CRM**: a modelagem conceitual sob a perspectiva das práticas semióticas. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, [S. l.], p. 45–64, 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13591>. Acesso em: 30 mai. 2024.

PERALTA, Elsa. **O MAR POR TRADIÇÃO**: o património e a construção das imagens do turismo. *In*: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, outubro de 2003.

PEREYRA, Isabella. **A DITADURA INVADE OS TRILHOS**: O COTIDIANO DOS FERROVIÁRIOS ENTRE A REPRESSÃO E VIGILÂNCIA (1964-1974). *In*: Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº19, vol. 2, jan/jun 2020, p.57-85. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7605224>. Acesso 07 mar. 2024.

PINHEIRO, Lena Vânia. **Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia**. Museologia & Interdisciplinaridade. *In*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília Vol.1, nº1, jan/jul de 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida (Org.). **Interdiscursos da ciência da informação**: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. 228 p.

PROCHNOW, Lucas Neves. **O Iphan e o patrimônio ferroviário**: a memória ferroviária como instrumento de preservação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Lucas%20Neves%20Prochnow.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2024.

REIS, Gabrielle. **OS MUSEUS DE TERRITÓRIO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL**. *In*: Revista CPC, 16(31), 2021, p. 69-94. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/175062> . Acesso em 11 set. 2024.

REIS, M. da S; FERREIRA DE CASTRO, F. y LOPES FUJITA, M.S. **Análisis del modelo conceptual CIDOC-CRM desde los principios básicos de la catalogación descriptiva en museos**. *In*: Anales de Documentación, 2023, vol. 26. Disponível en: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.536221>. Acesso em 30 mai. 2024.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política**: os anos 1960-70 e sua herança. EM: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O tempo da

Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 133-166.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Decreto nº 24.029, de 16 de março de 2004**. Estabelece critérios de proteção e conservação para os imóveis tombados localizados na quadra determinada pelas Ruas Arquias Cordeiro, Das Oficinas, José dos Reis e Dr. Padilha, Antigas Oficinas do Engenho de Dentro, bairro do Engenho de Dentro, XII R.A. – Méier. D.O. RIO, 17 mar. 2004. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121925/125DECRETO24029EstabelececritériosdeconservacaoEstacaoFerroviariaEngenhodeDentro.pdf> . Acesso em: 17 abr. 2024.

RIVIÈRE, Georges Henri. **L'Écomusée, un modèle évolutif**. In: WASSERMAN, F. (Ed.) Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie. v. 1 M.N.E.S., 1992 [1980], p. 440-445.

RIZZINI, I.; GOMES, C. E. D. .; SCHUELER, A. F. M. de . **Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910)**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 20, p. e020050, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656567>. Acesso em: 05 mai. 2024.

RODRIGUES, Ana M. Lutterbach. **A teoria dos arquivos e a gestão documental**. Perspectivas em Ciência da Informação, p.102-117, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

SAES, F. A. M. **Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900**. T. & Lapa, J. R., editors. In: História Econômica da Independência e do Império, p. 177–196. FAFESP/Hucitec, São Paulo. 1996.

SANCHES, Marcos Guimarães. **Proveito e Negócio regimes de propriedade e estruturas fundiárias no Brasil: o caso do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997.

SANTOS, Claudia Penha dos; GRANATO, Marcus. **A DOCUMENTAÇÃO DOS ACERVOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS E O MAST: UMA HISTÓRIA A PARTIR DAS MEMÓRIAS**. In: Coleção MAST: 30 anos de pesquisa. Museologia e Patrimônio. Org.: Marcus Granato. Rio de Janeiro: MAST/MCTI, 2015, p.142-176.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. **Modelo CIDOC CRM: interoperabilidade semântica de informações culturais**. Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends. 10:1 (2016) 56-62.

SANTOS, Joaquim Justino. **De Freguesias Rurais a Subúrbio**: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro. São Paulo: USP. 1996. Disponível em: <https://caph.fflch.usp.br/node/6034> . Acesso 05 abr. 2024.

SANTOS, Marcelo. **A Ditadura Militar no Brasil e o campo cultural**: os espaços de consagração. *In*: IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPHU. Sergipe. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2014.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Formação de profissionais de Museus**: desafios para o próximo milênio. *In*: Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999.

SCHEINER, Tereza. **Museologia ou Patrimoniologia**: reflexões. *In*: Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins. (Org.) Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST. (MAST Colloquia; 11). 2009. p.43-59.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **A avaliação dos documentos públicos modernos**. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **O BRASIL DE SÍLVIO ROMERO**: UMA LEITURA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX. *In*: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados De História, 42. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/7982>. Acesso 05 jun. 2024.

SERFATY, Elaine Reioi. **Pelo trem dos subúrbios**: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906). (Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro. PUC. 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32190/32190.PDF> . Acesso 05 mar. 2024.

SILVA, Fernando; CARVALHO, Keila. **Nos trilhos da privatização**: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro em questão. *In*: O Social em Questão. Ano XV, nº 27, 2012. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Resenha_Teixeira_Carvalho1.pdf. Acesso em 31 mai. 2024.

SILVA, Marcelo Werner da. **A Implantação Ferroviária no Estado do Rio de Janeiro**: 1854-1900. *In*: Revista Geográfica de America Central (online), v.2, 2011, p.1-10. Disponível em: <https://pesquisadores.uff.br/academic-production/implanta%C3%A7%C3%A3o-ferrovi%C3%A1ria-no-estado-do-rio-de-janeiro-1854-1900> . Acesso 05 mar. 2024.

SILVA, Nuno Filipe Cardoso da. **Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro Engenho de Dentro, da Estação Ferroviária à Memória das Ferrovias**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/90078>. Acesso em 30 mai. 2024.

SILVA, Tainá Maria. **Oficinas ferroviárias em São Paulo**: Um estudo sobre a formação espacial da oficina da Companhia Paulista em Jundiaí (1892-1896). 2019.

Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190802>. Acesso 05 jun. 2024.

SILVA, Yolanda. **ESTAÇÃO ENGENHO DE DENTRO: HABITAÇÃO, TRABALHO E DINÂMICA SOCIAL 1855 Até 1890**. In: 31º Simpósio Nacional de História. 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628559474_ARQUIVO_81301dc3cf53eef53a35f192a4a10763.pdf. Acesso 05 mar. 2024.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Editora Nova Fronteira. 1996.

SOARES DO BEM, A. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX**. In: Educação e Sociedade. v. 27, p. 1137-1157, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FzqQKn9DfYlhybbNnfsdWXf/abstract/?lang=pt>. Acesso 05 mar. 2024.

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. **Que geografias lembrar?** Paisagens, lugares e itinerários simbólicos da negritude em Ouro Preto – MG. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ. (Tese de Doutorado). 2018. p.341. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/881324.pdf>. Acesso em 05 mar. 2024.

SOUZA, G. J. C. . **AS VÁRIAS MANEIRAS DE LUTAR: O TRABALHISMO NA UNIÃO OPERÁRIA DO ENGENHO DE DENTRO**. In: Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s) [S. l.], v. 2, n. 02, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7527>. Acesso em: 05 mar. 2024.

SOUZA, Luciana Christina Cruz E. **MUSEU INTEGRAL, MUSEU INTEGRADO: A ESPECIFICIDADE LATINO-AMERICANA DA MESA DE SANTIAGO DO CHILE**. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-21, e4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/sh3gYhzFZH8SJwBNZt3qc6j/?lang=pt>. Acesso em 11 set. 2024.

SPÖRL, Martin Christoph Curi. **Espaço da Emoção: arquitetura futebolística, torcida e Segurança Pública**. Tese (Doutoramento em Antropologia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, RJ, 2012, p. 111-172. Disponível em: <http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/MARTIN-CHRISTOPH-CURI-SP%C3%96RL.pdf>. Acesso em 05 mar. 2024.

TAVARES, Jessica Moraes. **O Museu do Trem do Rio de Janeiro: Uma análise da exposição de longa duração**. (Dissertação de Mestrado em Memória e Acervos). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40030537/Museu_do_Trem_do_Rio_de_Janeiro_uma_an%C3%A1lise_da_exposi%C3%A7%C3%A3o_de_longa_dura%C3%A7%C3%A3o. Acesso 06 mar. 2024.

TEIXEIRA, Karina Alves. **O Patrimônio Imaterial sob a ótica dos museus: novas aproximações, perspectivas e rupturas**. São Paulo: USP. 2014. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-27042015-162323/publico/KarinaTeixeiraORIGINAL.pdf>. Acesso em 05 mar. 2024.

TEIXEIRA, Sidélia S. **NOVA MUSEOLOGIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS**. 2022, p.89.

TELLES, Pedro Carlos da S. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1993.

THIESE, B. V. **Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização?** Mais que uma questão de abrangência. *In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. v.4, p. 1-4, 2006. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/arqueologia_industrial.pdf . Acesso 05 mar. 2024.

TICCIH. *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*. **Carta de Nizhny Tagil**. 2003. PUC Campinas. Tradução Cristina Meneguello. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/808/788>. Acesso em 06 mai. 2024.

TOLENTINO, Atila Bezerra. **Patrimônio cultural e discursos museológicos: narrativas de memórias e identidades locais**. *In: MIDAS [Online]*, 6, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/1012>. Acesso em 05 abr. 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel. 1983.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em 28 out. 2024.

UNESCO. **RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR**. Paris (França), 15 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/30%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%200cultura%20popular%20-%20UNESCO%201989.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

UNESCO. **CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**. 17 de outubro de 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

VAINFAS, Rodrigo. **História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas**. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.9-27 jan./dez. 1996.

VASCONCELOS, P. de A. (2008). ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 147 p. *In: RUA: Revista De Urbanismo E Arquitetura*, 1(1). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3073>. Acesso em 30 abr. 2024.

VAZ, Luiz Felipe Hupsel *et al.* **Transporte sobre trilhos no Brasil:** uma perspectiva do material rodante. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.40, p. 235-281, set. 2014. Disponível em: <http://pergamum/docs/000026/000026A6.pdf>. Acesso 05 jun. 2024.

VIEIRA, Ana Lucia. **Intervenções cotidianas em nome do bem-estar dos assistidos:** o biopoder nas vilas operárias. *In:* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.leddes.uerj.br/wp-content/uploads/2012/09/Texto-AnaLuciaVieira-Anpuh.pdf>. Acesso em 06 mai. 2024.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica:** uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Marília, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf. Acesso em 06 mai. 2024.

ACERVOS, FONTES E DOCUMENTOS MANUSCRITOS E IMPRESSOS

Museu do Trem/IPHAN

Relatórios da Estrada de Ferro D. Pedro II

Encadernado de folhas de ponto

Núcleo de Memória da Museologia/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Coleção Maria Elisa Carrazzoni

Centro de Memória/FAETEC

Documentos Escola Prática de Aprendizizes

ANEXOS

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

FORMATO DOS GRUPOS DE INFORMAÇÃO E DAS CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO

GRUPO DE INFORMAÇÃO

Objetivo:

Descreve o motivo pelo qual um Grupo de Informação é incluído e os critérios que levaram a essa inclusão:

Segurança do acervo
Responsabilidade pelo acervo
Acesso ao acervo
Arquivo histórico do acervo

Categorias de informação:

Lista das Categorias de Informação contidas no Grupo de Informação.

Exemplos:

Exemplos de como as Categorias de Informação incluídas no Grupo de Informação são aplicadas em conjunto.

Observações:

São acrescentadas observações sobre assuntos que incluem:

- Possibilidade de uso do Grupo de Informação mais de uma vez em um único registro.

- Recomendações e sugestões sobre a implementação do registro do Grupo de Informação dentro de um sistema, quando aplicável.

CATEGORIA DE INFORMAÇÃO

Nomenclatura alternativa:

Outras denominações que podem ser utilizadas para a Categoria de Informação. Esta listagem não pretende ser exaustiva.

Definição:

Breve definição da categoria.

Exemplos:

Exemplo de informação que deve ser incluída em uma Categoria de Informação, selecionada em uma série de disciplinas relacionadas ao acervo.

Observações:

- Abordam as seguintes questões, entre outras:
- Indica se uma Categoria de Informação pode ser usada mais de uma vez em um Grupo de Informação.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC – ICOM). Páginas 45 – 72.

- * Indica se o conteúdo de uma determinada Categoria de Informação deve ser registrado em linguagem natural ou de acordo com uma sintaxe ou formato específico. Por exemplo, as datas devem sempre ser indicadas por extenso, manter a ordem "dia/mês/ano" e utilizar quatro dígitos para indicar o ano. A norma ISO "Especificação de Representação de Data e Hora no Intercâmbio de Informações" (ISO 8601-1988) foi utilizada nestas Diretrizes.
- * Se um vocabulário controlado é recomendado para a Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução, para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPOS E CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO

A listagem a seguir inclui 22 Grupos de Informação, os quais contêm uma ou mais Categorias de Informação.

Informação sobre Aquisição

Método de aquisição
Data de Aquisição
Fonte da aquisição

Informação sobre Estado de conservação

Estado de conservação
Sumário do estado de conservação
Data de avaliação do estado de conservação

Informação sobre Baixa patrimonial e Alienação

Data de baixa patrimonial
Data de alienação
Método de alienação
Destinatário da alienação

Informação sobre descrição

Descrição física
Situação do Espécime

Informação sobre Imagem

Tipo de imagem
Número de referência da imagem

Informação sobre Instituição

Nome da instituição
Nome da instituição subordinada
Endereço da instituição
País da instituição

Informação sobre Localização

Localização atual
Data da localização atual
Tipo de localização atual
Localização usual

Informação sobre Marca e Inscrição

Texto da marca/inscrição
Tipo de marca/inscrição
Descrição da marca/inscrição
Técnica da marca/inscrição
Posição da marca/inscrição
Idioma da marca/inscrição
Tradução da marca/inscrição

Informação sobre Material e Técnica

Material
Técnica
Descrição de parte ou componente

Informação sobre Medição

Dimensão
Medida
Unidade de medida
Parte medida

Informação sobre Associação de Objeto

Local associado
Data associada
Nome do grupo/indivíduo associado
Tipo de associação
Função original

Informação sobre Coleta de Objeto

Local da coleta
Data da coleta
Coletor
Método de coleta

Informação sobre Registro de Objeto

Proprietário atual
Depositante
Data de entrada
Número de entrada
Motivo da entrada

Informação sobre Nome de Objeto

Nome do objeto
Tipo de nome do objeto
Autoridade de nome do objeto

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus
Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Informação sobre Número de Objeto

Número do objeto
Tipo de número do objeto
Data do número do objeto

Informação sobre Produção de Objeto

Local de produção
Data de produção
Nome do grupo/indivíduo produtor
Função da produção

Informação sobre Título de Objeto

Título
Tipo de título
Tradução do título

Informação sobre Parte e Componente

Número de partes ou componentes
Descrição de partes e componentes

Informação sobre catalogação

Catalogador
Data de catalogação
Autoridade

Informação sobre Referência

Referência
Tipo de referência

Informação sobre Direitos de Reprodução

Nota sobre direitos de reprodução
Proprietário dos direitos de reprodução

Informação sobre Assunto Representado

Assunto representado
Descrição do assunto representado

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO

Grupo de Informação sobre Aquisição

Objetivo:

A informação de aquisição favorece a Segurança e a Responsabilidade. Ela é necessária para a comprovação da situação jurídica do objeto como parte do acervo do museu.

Categorias de informação:

Método de aquisição
Data de Aquisição
Fonte da aquisição

Exemplos:

Método de aquisição: doação
Data de aquisição: 01-01-1985
Fonte da aquisição: The Smith Corporation, Nova York

Observações:

Registre a Informação de Aquisição apenas para objetos cuja titularidade tenha sido transferida para o museu, ou seja, os objetos de propriedade da instituição.

A informação de aquisição não deve ser repetida dentro de um mesmo registro de objeto, uma vez que, normalmente, um objeto ou espécime é adquirido apenas uma vez.

Método de aquisição

Nomenclatura alternativa:

Tipo de aquisição

Definição:

Método por meio do qual um objeto é incluído na coleção.

Exemplos:

doação
compra
troca
legado
desconhecido
coleta de campo

Observações:

Esta Categoria de Informação poderá ser repetida se o objeto tiver sido obtido por meio de mais de um método ou meios legais.

Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Senão e Documentação de Apoio: fontes de referência

de conteúdo e terminologia” na Introdução para obter outras orientações sobre fontes de terminologia controlada.

Data de aquisição

Definição:

Data de inclusão do objeto na coleção e de transferência de titularidade.

Exemplos:

03-01-1994

Observações:

Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.

Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, “1994”, e não “94”.

Fonte da aquisição

Definição:

Nome do indivíduo ou organização da qual o objeto foi adquirido.

Exemplos:

Hapgood, Jane S.

Observações:

A fonte da aquisição é o indivíduo ou organização que transferiu a titularidade formal do objeto, e não um agente.

Recomenda-se o uso de um arquivo de autoridade para esta Categoria de Informação. Veja o item “Controle de conteúdo e terminologia” na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

No caso de coletas de campo arqueológicas¹ ou

de ciências naturais,² a propriedade pode ser detida pelo proprietário do terreno.³ A propriedade deverá ser confirmada de acordo com a legislação local adequada antes da transferência de sua titularidade para a instituição.⁴

Sempre que o objeto ou espécime tiver sido adquirido de mais de uma fonte (por exemplo, caso o objeto tenha pertencido a vários proprietários), esta Categoria de Informação deverá ser repetida.

considerado crime contra o patrimônio nacional, A Constituição Federal de 1988 [Artigo 225, Parágrafo IV], que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o Artigo 216; A Portaria IPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional; A Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17/12/2000, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra. Fonte: <http://arquiteturaibrazil.com.br/arquitetura/leis.htm>. Último acesso: 10 nov 2013. [N.R.]

2 A coleta de material biológico pertencente ao Patrimônio Genético Nacional – biológico animal, vegetal, fúngico ou microbiano – necessita de autorização do IBAMA. As principais leis e normas sobre esses assuntos são: Legislação para Coleta IN nº 154/2007/IBAMA que determina para quais atividades de coleta é obrigatória a autorização, tais como coleta de material biológico, captura ou marcação de animais silvestres in situ, manutenção temporária de espécimes da fauna silvestre em cativeiro; transporte de material biológico; recebimento e envio de material biológico ao exterior; realização de pesquisa em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea. Há também a Autorização para coleta de amostra de material biológico. Norma Legal: IN nº 154/2007/IBAMA, que regula, entre outros: Licença Permanente para Coleta para fins de pesquisa científica e Autorização Específica para Coleta para fins de ensino, pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico; entre outras normas. Fonte: <http://www.ppsunicamp.br/jatgen/coleta.php#coletaAutorizacoes>. [N.R.]

3 Em função da particularidade da legislação brasileira sobre coletas de campo arqueológicas não cabe atribuir a propriedade de bens arqueológicos ao proprietário do terreno, embora essa informação deva constar em outros documentos comprobatórios, como fontes sobre a origem e procedência da coleta de campo. [N.R.]

4 Alguns museus recebem autorização formal, por meio de seus órgãos gestores do patrimônio arqueológico e natural, para buscarem tais bens em nome da União e de acordo com as distintas hierarquias administrativas às quais o museu está subordinado. [N.R.]

1 No Brasil a legislação sobre bens de natureza arqueológica determina que todo achado arqueológico é qualificado como Bem da União. As principais leis que regulam o acesso e a intervenção em sítios arqueológicos orientam que tais procedimentos devem ser submetidos à apreciação do IPHAN. A coleta é permitida somente depois da expedição de autorização escrita pelos órgãos competentes e no âmbito de projetos de pesquisa e de salvamento arqueológico feitos por instituições públicas ou por empresas de arqueologia que atuam por contrato. O comércio e a propriedade privada de bens arqueológicos brasileiros é ilegal. Alguns museus têm a tutela de bens arqueológicos por meio de permissão concedida pelo IPHAN.

As principais leis que regem o patrimônio arqueológico nacional são: A Resolução CONAMA 01/86, especificamente Artigo 6, Inciso I, Alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do empreendimento (LP, LI, LD); A Resolução CONAMA 237/97, que detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases acima citadas; A Lei nº 3.929, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus:
Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Grupo de Informação sobre Estado de Conservação

Objetivo:

A informação de estado de conservação é a base para a Responsabilidade. Ela assegura a proteção física do objeto e auxilia na sua identificação. A informação de estado de conservação também colabora para a proteção física para o acervo.

Categorias de informação:

Estado de Conservação

Sumário do Estado de Conservação

Data de Avaliação de Estado de Conservação

Condição

Exemplos:

Estado de conservação: bom

Sumário do estado de conservação: rachaduras no bojo e reparos na base

Data da Avaliação do Estado de Conservação: 12-12-1993

Observações:

Este Grupo de Informação pode ser registrado várias vezes, conforme a necessidade do objeto. Ao reavaliar o estado de conservação do objeto, mantenha o registro de informação sobre o estado de conservação anterior para fazer uma compilação do histórico do mesmo sobre o objeto.

Estado de Conservação

Nomenclatura alternativa:

Histórico de análises

Condição física

Definição:

Termo ou código único que descreve o estado de conservação geral de um objeto.

Exemplos:

boa

regular

1

C

Observações:

Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Sumário do Estado de Conservação

Nomenclatura alternativa:

Observação sobre Estado de Conservação

Descrição do Estado de Conservação

Definição:

Breve descrição do estado de conservação do objeto incluindo observações sobre estabilidade, defeitos, reparos e integralidade.

Exemplos:

Rachadura no bico, ausência de asa, parte interior manchada.

Data de avaliação do Estado de Conservação

Definição:

Data na qual o estado de conservação do objeto foi verificada.

Exemplos:

23-03-1992

Observações:

Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.

Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994", e não "94".

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE BAIXA PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO

Grupo de Informação sobre Baixa patrimonial e Alienação

Objetivo:

As informações de baixa patrimonial e alienação favorecem a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso. Sem essas informações, não é possível dizer se o objeto está faltando ou se ele foi efetivamente retirado da coleção por meio de baixa patrimonial.

Categorias de informação:

Data de baixa patrimonial

Data de alienação

Método de alienação

Destinatário da alienação

Exemplos:

Data de baixa patrimonial: 01-12-1992

Data de alienação: 13-01-1992

Método de alienação: transferência

Destinatário da alienação: The Henley

Rowing Museum

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência

Observações:

- Tanto a data de baixa patrimonial como de alienação são necessárias para garantir que o objeto foi oficialmente retirado da coleção, bem como para mostrar que a alienação realmente aconteceu.
- Essas informações não podem ser repetidas em um registro, uma vez que um objeto é alvo de baixa patrimonial e alienado apenas uma vez.

Data de baixa patrimonial

Definição:

Data na qual o objeto foi oficialmente desincorporado do registro de patrimônio.

Exemplos:

D3-01-1994

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994", e não "94".

Data de alienação

Definição:

Data na qual o objeto que recebeu baixa patrimonial foi realmente alienado. Esta data poderá ser posterior à data de baixa patrimonial.

Exemplos:

D3-01-1994

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994", e não "94".

Método de alienação

Nomenclatura alternativa:

Tipo de alienação

Definição:

Método por meio do qual um objeto que recebeu baixa patrimonial foi alienado.

Exemplos:

destruição
transferência
perda
venda

Observações:

- Esta Categoria de Informação não pode ser repetida.
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Destinatário da alienação

Definição:

Indivíduo, grupo ou organização para quem o objeto alienado foi transferido.

Exemplos:

Giles Teaching Collection

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE DESCRIÇÃO

Grupo de Informação sobre Descrição

Objetiva:

Esta informação favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Na ausência de uma imagem, ela possibilita uma descrição detalhada do objeto e facilita o seu rastreamento, o que não seria possível utilizando-se apenas a imagem. A informação de descrição pode ser usada para diversas finalidades tais como pesquisa, listas de referência, exposições e publicações.

Categorias de informação:

Descrição física
Situação do espécime

Exemplos:

Descrição física: 1,25 cm de comprimento; cor predominante azul com marcas azuis em tom mais escuro distribuídas uniformemente.
Situação do espécime: tipo

Observações:

- A informação sobre a situação do espécime é registrada apenas na área de ciências naturais.

Descrição física

Definição:

Descrição geral da aparência do objeto.

Exemplos:

Armário marchetado com mogno, pau-rosa e outros tipos de madeira, painéis de intarsia com mármore e suporte de metal dourado. Na frente, entre quatro pilares encaixados de madeira, um conjunto de onze painéis de intarsia de mármore, contas de vidro e letras dóricas em metal.

Observações:

- Quando necessário, incluir informações sobre molduras, bases e apresentação.
- É possível registrar mais de uma descrição física.

Tipo do espécime

Definição:

Tipo de um espécime de ciências naturais.

Exemplos:

parátipo
holótipo

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE IMAGEM

Grupo de Informação sobre Imagem

Objetiva:

A informação sobre a imagem favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Ela é particularmente valiosa na recuperação de bens desaparecidos ou roubados, cuja propriedade ou identificação pode ser impossível na ausência de uma imagem. A informação sobre a imagem também oferece apoio visual à informação textual sobre o objeto registrada em outro local.

Categorias de informação:

Tipo de imagem
Número de referência da imagem

Exemplos:

Tipo de imagem: digital
Número de referência da imagem: 765123.23

Observações:

- Este Grupo de Informação pode ser registrado várias vezes, conforme a necessidade. Um objeto pode ter várias imagens.

Tipo de imagem

Definição:

Formato da imagem de um objeto ou de uma imagem relativa a ele.

Exemplos:

fotografia colorida
digital

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Gestão e Documentação de Arquivos: todos os referências

Número de referência da imagem

Definição:

Referência que associa o registro à imagem do objeto, podendo ser armazenada fora do sistema de documentação ou estar digitalizada nesse sistema.

Exemplos:

1992-32

Observações:

- Registre o número de referência da imagem de acordo com a norma definida no âmbito de uma instituição ou exigida por um sistema.

- A informação Institucional registrada para um objeto deverá indicar qual área institucional é formalmente responsável pelo objeto.

- A informação registrada neste grupo deverá ser suficientemente específica para identificar exclusivamente a unidade detentora do objeto e de sua documentação.

- Registre sempre o nome da Instituição em um cartão ou uma ficha, mesmo que o registro seja destinado apenas para uso interno. Registros em papel podem ser pré-impressos com o nome da Instituição e do Departamento.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÃO

Grupo de Informação sobre Instituição

Objetivo:

Esta informação favorece principalmente a Responsabilidade e o Acesso. Ela é essencial para a troca de informações sobre o objeto com outras instituições, uma vez que informa a localização da documentação de um objeto e, em muitos casos, do próprio objeto.

Categorias de informação:

Nome da instituição
Subordinação institucional
Endereço da instituição
País da instituição

Exemplos:

Nome da instituição: Smithsonian Institution
Subordinação institucional: National Museum of American History (Museu Nacional de História Americana)
Subordinação institucional: Departamento de História Social e Cultural
Subordinação institucional: Divisão de Vida Doméstica
Endereço da instituição: 12th Street at Constitution Avenue, Washington DC 20560
País da instituição: Estados Unidos da América

Observações:

- Este Grupo de Informação normalmente não pode ser repetido dentro de um registro, já que, em geral, apenas uma instituição por vez pode ter a custódia legal de um objeto.

Nome da instituição

Nomenclatura alternativa:

Nome da organização

Nome da divisão

Nome do custodiante

Definição:

Nome que identifica a instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.

Exemplos:

Smithsonian Institution

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Subdivisão da instituição

Nomenclatura alternativa:

Nome da subdivisão organizacional

Nome do departamento

Nome da subdivisão

Nome do custodiante da subdivisão

Definição:

Nome que identifica a subdivisão da instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.

Exemplos:

National Museum of American History

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus:
Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Observações:

- Os nomes de departamentos e divisões de uma instituição devem ser aqueles estabelecidos no contexto da própria instituição.
- Repita a subdivisão da Instituição sempre que necessário para descrever a área da instituição responsável por um objeto com a maior precisão possível.
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia", na Introdução, para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Endereço da instituição

Nomenclatura alternativa:

Endereço da organização

Definição:

Endereço da instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.

Exemplos:

South Kensington, London SW7 2RL, Reino Unido

País da instituição

Definição:

País da instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.

Exemplos:

Brasil

Noruega

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO DE SOBRE LOCALIZAÇÃO

Grupo de Informação sobre Localização

Objetiva:

As informações de localização favorecem a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso. Sem a informação de Localização, um museu não é capaz de cumprir suas responsabilidades básicas, segundo as quais o custodiante deve sempre saber a localização dos objetos e fornecer acesso físico a eles quando necessário.

Categorias de informação:

Localização atual

Tipo de localização atual

Data de localização atual

Localização usual

Exemplos:

Localização atual: Galeria norte, parede oeste

Tipo de localização atual: exposição

Data de localização atual: 01-04-1980

Localização usual: sala 3/bala 1/prateleira 5

Observações:

- Exceto os objetos que são acessíveis por meio de condições controladas (por exemplo, em exposição ou em uma coleção de estudos), a informação de localização não deve ser divulgada, a fim de proteger os objetos contra roubo.
- Registre a informação de localização de todos os objetos sob a custódia do museu, incluindo objetos em empréstimo ou depósito temporários.
- Este Grupo de Informação pode ser registrado mais de uma vez. Os detalhes de localização anteriores e as datas formam um histórico de auditoria que descreve a movimentação do objeto.

Localização atual

Definição:

Termo ou código que identifica o local onde um objeto está fisicamente localizado no momento atual.

Exemplos:

Galeria 56/Caixa 2/Prateleira A

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Colêção Dados e Documentação de Arquivos: fontes de referência

Observações:

- A informação de localização atual deve ser precisa e incluir, conforme o caso, os detalhes do edifício, sala, armário, prateleira e caixa onde o objeto se encontra.
- A localização atual pode incluir uma hierarquia de diferentes unidades de localização, a partir do geral para o específico. Cada unidade deverá ser separada por um caractere estabelecido, como, por exemplo, uma barra (/).
- A localização atual deve ser verificada periodicamente para garantir que está correta. Isso deve fazer parte de um processo de auditoria.
- No local dos objetos emprestados a outras instituições deverá haver uma indicação de que o objeto foi emprestado.
- Recomenda-se que os termos usados nesta Categoria de Informação sejam aqueles estabelecidos no âmbito da instituição.

Tipo de localização atual

Nomenclatura alternativa:

Situação da localização
Descrição da localização

Definição:

Natureza do local atual atribuído a um objeto.

Exemplos:

exposição
reserva técnica
laboratório de conservação

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Data de localização atual

Definição:

A data em que um objeto foi transferido para o local atual.

Exemplos:

15-03-1994

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994", e não "94".

Localização usual

Nomenclatura alternativa:

Localização permanente

Definição:

Termo ou código que identifica o local onde um objeto está normalmente localizado e para onde ele deverá retornar a partir do local atual, quando diferente.

Exemplos:

Sala 15/Armário 3/Prateleira 2/Caixa 14

Observações:

- A informação sobre a localização usual deve ser precisa e incluir, conforme o caso, os detalhes do edifício, sala, armário, prateleira e caixa onde o objeto normalmente se encontra.
- A localização usual poderá incluir uma hierarquia de diferentes unidades de localização, a partir do geral para o específico. Cada unidade deverá ser separada por um caractere estabelecido como, por exemplo, uma barra (/).
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE MARCA E INSCRIÇÃO

Grupo de Informação sobre Marca e Inscrição

Objetivo:

A informação sobre marca e inscrição auxilia a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Possibilita a busca de objetos perdidos, a identificação única de objetos semelhantes e pode ter importância singular para a pesquisa.

Categorias de informação:

Texto da marca/inscrição
Tipo de marca/inscrição
Descrição da marca/inscrição
Técnica da marca/inscrição
Posição da marca/inscrição
Idioma da marca/inscrição
Tradução da marca/inscrição

Exemplos:

Texto da marca/inscrição: SI DEVS NOBISCVM
QVIS CONTRA NOS

Tipo de marca/inscrição: inscrição
Técnica da marca/inscrição: entalhado
Posição da marca/inscrição: tigela, abaixo da borda

Idioma da marca/inscrição: latim
Tradução da marca/inscrição: Se Deus é por nós, quem será contra nós?

Observações:

- Este Grupo de Informação deverá ser repetido a cada inscrição.

Texto da marca/inscrição

Definição:

Texto inscrito em um objeto registrado no idioma original.

Exemplos:

Fabricado em Hong Kong

Observações:

- Registre a marca ou inscrição exatamente como ela aparece no objeto, utilizando a mesma colocação de maiúsculas e pontuação. Utilize a barra (/) ou outro símbolo para indicar quebras de linha.

- Quando o alfabeto da inscrição for diferente daquele normalmente utilizado pela instituição, a inscrição deverá ser transliterada de acordo com o sistema padrão comumente utilizado pela instituição.

Tipo de marca/inscrição

Definição:

Forma ou função da inscrição.

Exemplos:

carimbo oficial
selo
assinatura

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Descrição da marca/inscrição

Definição:

Descrição de quaisquer marcas não textuais inscritas em um objeto.

Exemplos:

Letra "A" maiúscula dentro de um círculo com uma linha abaixo.

Observações:

- Uma imagem pode ser útil no registro desta informação.

Técnica da marca/inscrição

Nomenclatura alternativa:

Método da marca/inscrição

Definição:

O método usado na inscrição da marca ou texto em um objeto.

Exemplos:

entalhado
pintado

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Sentão e Documentação de Arquivos: testes de referência

Posição da marca/inscrição

Definição:

Termo que descreve a posição da inscrição de um objeto.

Exemplos:

Interior da borda

Idioma da marca/inscrição

Definição:

Idioma original empregado na inscrição textual de um objeto.

Exemplos:

francês

japonês

inglês

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Tradução da marca/inscrição

Definição:

Tradução do texto da inscrição de um objeto para o idioma principal da instituição.

Exemplos:

Fundido na Itália

Fabricado na Inglaterra

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE MATERIAL E TÉCNICA

Grupo de Informação sobre Material e Técnica

Objetivo:

A informação de material e de técnica favorece a Segurança, o Acesso e o Arquivo Histórico. Pode ser de grande importância na identificação de objetos de grande valor e, portanto, muito vulneráveis. É, também, um grupo chave de informação para a pesquisa de objetos feitos pelo homem.

Categorias de informação:

Material

Técnica

Descrição de parte ou componente

Exemplos:

Material: algodão

Técnica: bordado

Parte/componente do objeto: inteiro

Material: carvão

Parte/componente do objeto: meio

Material: papel

Parte/componente do objeto: suporte

Observações:

- Este Grupo de Informação pode ser repetido. Sempre especifique as partes do objeto que contenham vários materiais ou técnicas, registrando esses dados em ordem decrescente de importância, quando apropriado.
- Pode ser necessário, ainda, registrar uma descrição do contexto, utilizando o Grupo de Informação de Descrição para explicar a relação entre os materiais.
- Não utilize esta Categoria de Informação para registrar dados sobre materiais usados em processos de conservação.
- O sistema de registro utilizado deverá assegurar que a relação entre os componentes de grupos que se repetem seja mantida. Nos exemplos acima, isto significa que "carvão" está associado a "meio", e "papel" a "suporte".

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Material

Definição:

Materiais empregados na criação, decoração ou quaisquer adaptações subsequentes do objeto.

Exemplos:

ouro
giz
óleo
têmpera

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Esta Categoria de Informação poderá ser repetida. Podem ser registrados tantos materiais quanto for preciso para cada parte/componente descrita.

Técnica

Nomenclatura alternativa:

Métodos de fabricação
Processos de criação
Técnicas decorativas

Definição:

Todos os processos, métodos e técnicas utilizados na criação do objeto.

Exemplos:

esculpido
torneado
estampado

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Esta Categoria de Informação poderá ser repetida. Podem ser registradas tantas técnicas quanto for preciso para cada parte ou componente descritos.

Descrição de parte ou componente

Definição:

A parte ou componente do objeto do qual o Material ou a Técnica estão sendo descritos.

Exemplos:

inteiro
gargalo
base
braço
suporte
meio

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE MEDIÇÃO

Grupo de Informação sobre Medição

Objetivo:

A informação de Medição favorece a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso, podendo ser a única maneira de estabelecer se um objeto é realmente aquele descrito na documentação. Essa informação pode ser particularmente importante para a pesquisa de acervos de ciências naturais. As medições também podem indicar a facilidade de acesso e movimentação de um objeto.

Categorias de Informação:

Dimensão
Medição
Unidade de medida
Parte medida

Exemplos:

Dimensão: altura
Medida: 23
Unidade de medida: cm
Parte medida: escultura, excluindo a base

Observações:

- Este Grupo de Informação pode ser repetido para registro de tantas medidas quantas forem necessárias.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência

- As medidas podem ser lineares ou incluir padrões comerciais, peso e volume, por exemplo, o peso de um espécime pode ser informado como 103,6 g.
- As medidas podem mudar após um tratamento de conservação ou em função do uso. Nesse caso, deve-se registrar a medida atualizada.
- É aconselhável medir objetos semelhantes do acervo sempre da mesma forma, a fim de garantir a consistência das medidas.

Dimensão

Definição:

Aspecto do objeto que está sendo mensurado.

Exemplos:

altura
largura
profundidade
peso
volume
circunferência

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Medição

Nomenclatura alternativa:

Valor numérico
Valor dimensional

Definição:

Valor numérico da medida de uma dimensão.

Exemplos:

23
14,5

Unidade de medida

Definição:

Unidade de medida usada para descrever uma dimensão.

Exemplos:

centímetros
metros
polegadas
gramas

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Parte mensurada

Nomenclatura alternativa:

Qualificação da dimensão
Observações referentes à medida

Definição:

A parte do objeto que está sendo mensurada.

Exemplos:

Área da bandeja
Excluindo a moldura
Asa totalmente estendida

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE ASSOCIAÇÃO DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Associação de Objeto Objetivo:

A informação de associação de objeto favorece o Acesso e o Arquivo Histórico. Ela pode ser registrada para todas as tipologias de acervos.

Categorias de informação:

Local associado
Data associada
Nome do grupo/indivíduo associado
Tipo de associação
Função original

Exemplos:

Local associado: Nebraska
Nome do grupo/indivíduo associado: Giles, JK
Tipo de associação: proprietário
Função original: ferramenta de escultura
Local associado: África do Sul
Data associada: c.1900
Nome do grupo/indivíduo associado: Zulu
Tipo de associação: usuário
Função original: cerimonial

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Observações:

- Este Grupo de informação pode ser repetido para descrever vários eventos na história de um objeto, incluindo seu uso, histórico de propriedade etc.

Local associado

Definição:

Nome do local associado à história do objeto ou espécime.

Exemplos:

Karystos/Evia/Grécia/Europa
Spurn Point/North Humberside/Inglaterra/Europa

Observações:

- Para registrar informações sobre locais específicos, separe cada componente utilizando o mesmo símbolo como, por exemplo, uma barra (/).
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Use a Categoria de Informação de tipo de Associação para especificar a relação entre o local Associado e o objeto.

Data associada

Definição:

Data ou período associado à história do objeto ou espécime.

Exemplos:

c.1883
21-01-1956
1200-1400
600 AC
10 AEC (antes da era comum)

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".
- Seja o mais preciso possível ao registrar datas. Poderá ser necessário registrar intervalos de da-

tas, ou qualificar a data registrada de alguma forma. Neste caso, deve-se utilizar sempre o mesmo método para indicar qualquer qualificação.

- Use a Categoria de Informação de tipo de Associação para especificar a relação entre a data Associada e o objeto.

Nome do grupo/indivíduo associado

Nomenclatura alternativa:

Nome do povo
Nome popular
Nome da organização
Nome da nação

Definição:

Indivíduo, grupo ou organização associados à história do objeto ou do espécime.

Exemplos:

Iroqueses
Heals Ltda.
Jones, I

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Use a Categoria de Informação de tipo de Associação para especificar a relação entre o nome do grupo/indivíduo Associado e o objeto.

Tipo de associação

Definição:

Forma como o indivíduo/grupo, data ou local estão associados à história do objeto ou espécime.

Exemplos:

escavação
coleção
criação
uso

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção-Guia de Documentação de Arquivos: todos os referências

Função original

Nomenclatura alternativa:

Uso

Definição:

Forma conhecida da forma de uso do objeto,

Exemplos:

Vaso cerimonial utilizado durante celebrações de casamento.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE COLETA DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Coleta de Objeto

Objetivo:

A informação sobre a origem favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Ela se aplica às áreas responsáveis pelo gerenciamento do acervo, bem como ao histórico e descrição do objeto. Esta informação apoia a documentação do acervo ou a descoberta de espécimes de ciências naturais ou objetos arqueológicos e etnográficos, podendo ser registrada para todas as tipologias de acervos.

Categorias de informação:

Local da coleta

Data da coleta

Coletor

Método de coleta

Exemplos:

Local da coleta: Nebraska

Data da coleta: 03-01-1992

Coletor: Smith, C.S.

Método de coleta: escavação

Observações:

- Detalhes adicionais poderão ser necessários em relação a acervos de ciências naturais e arqueológicos para uma descrição mais precisa dos detalhes da coleção ou da escavação.

Local da coleta

Nomenclatura alternativa:

Local da escavação

Definição:

Nome do local associado à escavação ou coleta de objeto ou espécime.

Exemplos:

Karystos/Evia/Grécia/Europa

Spurn Point/North Humberside/Inglaterra/Europa

Observações:

- Para registrar informações sobre locais específicos, separe cada componente utilizando o mesmo símbolo como, por exemplo, uma barra (/).
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Data da coleta

Definição:

Data ou período associado à escavação ou coleta do objeto ou espécime.

Exemplos:

c.1883

21-01-1956

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".
- Seja o mais preciso possível ao registrar datas. Poderá ser necessário registrar intervalos de datas ou qualificar a data registrada de alguma forma. Neste caso, deve-se utilizar sempre o mesmo método para indicar qualquer qualificação.

Coletor

Nomenclatura alternativa:

Escavador

Definição:

Indivíduo, grupo ou organização associados à escavação ou coleta de um objeto ou espécime.

Exemplos:

Iroqueses

Heals Ltd.

Jones, I

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Método de coleta

Definição:

Método de coleta de um objeto ou espécime.

Exemplos:

escavado
encontrado
capturado

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE ENTRADA DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Entrada de Objeto

Objetivo:

A informação de entrada de objeto favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Permite registrar informações de objetos custodiados pelo museu, mas que não são necessariamente de sua propriedade, devendo ser indicada no caso de objetos mantidos temporariamente ou emprestados à instituição.

Categorias de informação:

Proprietário atual
Depositante
Data de entrada
Número de entrada
Motivo da entrada

Exemplos:

Proprietário atual: Wright, DG
Depositante: Allen, A.
Data do registro: 21-03-1994
Número do registro: E1324.1994
Motivo do registro: empréstimo

Observações:

- No caso de um número elevado de objetos semelhantes (por exemplo, muitos espécimes de ciências naturais), a informação de entrada de objeto poderá ser feita apenas uma vez e relacionada a todo o acervo, desde que todos os espécimes sejam claramente etiquetados.
- Os objetos mantidos em depósito ou emprestados deverão ser claramente etiquetados com as informações de entrada do objeto, exceto quando estiverem em exposição.

Proprietário atual

Definição:

Indivíduo, organização ou grupo de indivíduos que possui o objeto ou espécime que está depositado no museu.

Exemplos:

Jones, John G.

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- No caso de acervos advindos de coletas de campos arqueológicos ou de ciências naturais, a propriedade pode ser detida pelo proprietário do terreno. Confirme se a propriedade dos objetos está de acordo com a legislação local específica antes de se responsabilizar por seu depósito.⁵

Depositante

Definição:

Nome do indivíduo, organização ou comunidade responsável pelo depósito do objeto junto a um museu.

Exemplos:

James, Patrick

⁵ Essa questão é prioritária. Para detalhes sobre a atribuição de propriedade e qualificação para a tutela legal de bens arqueológicos e espécimes naturais por parte dos museus, conferir as notas 7 a 10 deste documento. (N.R.)

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Catálogo de Dados e Documentação de Acesso: textos de referência

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Data de entrada

Definição:

Data em que o museu aceitou a custódia de um objeto ou espécime.

Exemplos:

01-03-1994

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".

Número de entrada

Definição:

Número atribuído a um ou vários objetos ou espécimes no momento de seu depósito junto ao museu.

Exemplos:

E123.1994

Observações:

- O museu deverá estabelecer um formato específico para o número de entrada. Esse formato pode incluir uma numeração sequencial e o ano de entrada separados por um caractere único.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".

Motivo da entrada

Nomenclatura alternativa:

Método de entrada

Definição:

Motivo pelo qual a custódia de um ou vários objetos ou espécimes foi aceita pelo museu.

Exemplos:

empréstimo
estudo
possível aquisição
investigação

Observações:

- Esta Categoria de Informação poderá ser repetida quando o objeto tiver sido aceito por mais de um motivo.
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE NOME DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Nome de Objeto
Objetivo:

Esta informação favorece a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Em relação à coleção, o nome do objeto é essencial para o estabelecimento da classe do objeto ou espécime disponível.

Categorias de informação:

Nome do objeto
Tipo de nome de objeto
Autoridade de nome do objeto

Exemplos:

Nome do objeto: retábulo
Autoridade de nome do objeto: Lyons, E.
Nome do objeto: "Rattus rattus"
Tipo de nome do objeto: taxonômico
Autoridade de nome do objeto: Jones, R.L.
Nome do objeto: crânio
Tipo de nome do objeto: nome comum

Observações:

- É conveniente registrar mais de um termo para o nome de objeto com o objetivo de possibilitar o acesso à coleção a partir de diferentes aspectos. Por exemplo, "caneca" e "suvenir" podem ser usados para descrever o mesmo objeto, da mesma forma que "rattus rattus" e "crânio". O registro de nome de objeto dependerá da natureza do acervo, da profundidade exigida pela catalogação e do uso que é feito da coleção.

ANEXO: Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus:
Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

- Pode ser necessário registrar um nome de objeto com diversos níveis de especificidade de acordo com a natureza do acervo. Por exemplo, em um museu de mobiliário, poderá ser necessário registrar tipos específicos de cadeiras como, por exemplo, "cadeira de Windsor", enquanto em uma coleção mais geral, o nome do objeto "cadeira" já seria suficiente para sua identificação.
- Para sistemas de classificação de ciências naturais em particular, poderá ser necessário repetir este Grupo de Informação várias vezes a fim de identificar um espécime como, por exemplo, para registrar o gênero e a espécie aos quais ele pertence; pode ser necessário, ainda, indicar outras Categorias de Informação que possibilitem obter mais detalhes de classificação.
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Normalmente, é necessário registrar, no mínimo, um nome de objeto.
- Esta Categoria de Informação pode ser repetida. É possível registrar vários nomes em relação a um objeto como, por exemplo, "caneleira" e "suvenir", para indicar características diferentes do mesmo objeto.
- Atribua nomes de objeto de acordo com o nível de especificidade necessário ao acervo. Por exemplo, para uma coleção contendo três relógios e outros tipos de objetos, o termo "relógio" é um nome de objeto útil. No entanto, para uma coleção especializada em relógios, serão necessários nomes de objeto mais específicos para distinguir os diferentes tipos de relógios.
- Nomes de objeto mais gerais poderão ser atribuídos para agrupar tipos de objetos, embora isso ocorra automaticamente quando um tesouro estruturado estiver sendo utilizado. Por exemplo, o termo "mobiliário" inclui automaticamente o termo "cadeira" como um termo mais específico. Quando um tesouro não estiver sendo utilizado, os dois termos poderão ser registrados separadamente.

Nome do objeto

Nomenclatura alternativa:

Nome do espécime
Nome comum
Nome local
Classificação
Categoria do objeto
Grupo do objeto
Tipo do objeto
Nome simples

Definição:

Termo usado para identificar a forma, a função ou o tipo de objeto ou espécime.

Exemplos:

Nome do objeto: relógio de pêndulo
Nome do objeto: "Larus ridibundus"

Observações:

- É importante usar o mesmo nome de objeto para todos os objetos semelhantes em uma coleção.
- Na atribuição do nome de objeto a espécimes de ciências naturais, o termo poderá ser repetido para registrar os diferentes níveis de classificação exigidos (gênero, espécie etc.), bem como um nome comum ou simples que descreva o espécime (crânio, osso etc.).

Tipo do nome do objeto

Definição:

Natureza do nome do objeto registrado.

Exemplos:

taxonômico
nome comum
classificação

Observações:

Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção: Gestão e Documentação de Arquivos: textos de referência

Autoridade de nome de objeto

Nomenclatura alternativa:

Fonte de informação de nome de objeto.

Definição:

Nome do indivíduo responsável pela identificação do nome do objeto.

Exemplos:

Smith, W.J.

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Número do objeto: 57-357

Tipo de número de objeto: número de comodato anterior

Data do número de objeto: 1943

Objetos que fazem parte de um grupo:

Número do objeto: 1992.3001a

Tipo de número de objeto: Número de inventário

Data do número de objeto: 1992

Um grupo de espécimes em um acervo de ciências naturais:

Número do objeto: 79.222

Tipo de número de objeto: número de coleção

Data do número de objeto: 1979

Observações:

- Este Grupo de Informação pode ser repetido, uma vez que um objeto pode ter vários números de objeto ao longo do tempo.
- É essencial fornecer pelo menos o número de objeto atual. Números anteriores também deverão ser registrados e conter uma descrição explicativa indicada na Categoria de Informação do tipo de número de objeto.
- Quando um objeto é composto por peças separadas ou separáveis, o número do objeto poderá ser qualificado utilizando-se um sufixo diferente para cada parte.
- Em coleções de ciências naturais ou arqueológicas, ou em outros acervos nos quais exista um grande número de espécimes ou objetos semelhantes agrupados, o número do objeto poderá ser atribuído a um subgrupo ou lote de objetos, sem diferenciar os objetos individualmente.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE NÚMERO DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Número de Objeto

Objetivo:

Esta informação favorece a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso. Sem o número de objeto, não é possível identificar um objeto ou relacioná-lo à sua respectiva documentação. O número de objeto deverá ser marcado no objeto, ou estar fisicamente associado a ele.

Categorias de informação:

Número do objeto

Tipo de número de objeto

Data do número de objeto

Exemplos:

Um objeto com vários números:

Número do objeto: A1234

Tipo de número de objeto: número de

incorporação>Data do número de objeto: 1970

Número de objeto

Nomenclatura alternativa:

Número de incorporação

Número de inventário

Número de catálogo

Número de registro

6. Optamos por definir "número de incorporação" como o mais adequado para a tradução do termo em inglês "accession number", que poderia ter sido traduzido, também, como "número de patrimônio" ou como "número de tomba". No entanto, ambos os termos têm sido usados de maneira incorreta e indiferente por muitos museus. Na prática, os termos "patrimônio" e "tomba" indicam vínculos distintos entre o objeto e o museu. Para museus públicos, o número de patrimônio corresponde aos bens tutelados pelo Estado e lotados em determinados órgãos ou departamentos, museus inclusos. Trata-se de um número atribuído pela autoridade administrativa para controle de seu patrimônio de bens móveis de caráter permanente e não é atribuído pelo museu. Como o número utilizado pelo museu deve corresponder a uma necessidade de controle interno, o número de patrimônio é um dos tipos de

número que o objeto recebe. O número de tomba, por sua vez, tem características semelhantes e, embora seja claramente segmentado no que diz respeito aos bens de natureza patrimonial, também não é a numeração utilizada na gestão de coleções. [N.R.]

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Definição:

Número único atribuído pela instituição para relacionar um objeto à sua documentação e possibilitar uma identificação exclusiva.

Exemplos:

1994.1

Observações:

- * O número de objeto pode consistir em números, letras ou uma combinação de ambos.
- * O número de objeto deverá ser escrito de forma legível ou impresso em todos os documentos relacionados ao objeto, sendo anexado de forma semipermanente no próprio objeto ou – no caso de objetos muito pequenos, ou que não permitam uma marcação semipermanente – na embalagem que envolve o objeto.
- * Podem ser atribuídos vários números ao objeto. Por exemplo, um objeto pode ter um número de incorporação atual e um número antigo de comodato.

Tipo de número de objeto

Nomenclatura alternativa:

Tipo de número de identidade

Definição:

Tipo ou função do número de objeto registrado.

Exemplos:

número de incorporação
número de incorporação anterior
número de empréstimo anterior

Observações:

- * Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Data do número de objeto

Nomenclatura alternativa:

Data do número de incorporação
Data do número de identidade
Data do número de inventário
Data do número de catálogo
Data no número de registro

Definição:

A data na qual o número de objeto foi atribuído ao objeto.

Exemplos:

21-01-1933

Observações:

- * Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- * Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE PRODUÇÃO DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Produção de Objeto

Objetivo:

A informação de produção de objeto favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Aplica-se às áreas responsáveis pelo gerenciamento do acervo, bem como ao histórico e descrição do objeto. Esse grupo apoia a documentação sobre a produção de objetos feitos pelo ser humano. Como tal, é necessário para todas as tipologias de acervo.

Categorias de informação:

Local de produção
Data da produção
Nome do grupo/indivíduo produtor
Função da produção

Exemplos:

Local de produção: Leeds
Data da produção: 01-03-1932
Nome do grupo/indivíduo produtor: Grindley
Função do grupo/indivíduo produtor: designer, fabricante

Observações:

- * Este Grupo de Informação pode ser repetido para descrever vários eventos de produção na história de um objeto, incluindo seu design, manufatura, decoração etc.

Local de produção

Nomenclatura alternativa:

Local de criação
Local de fabricação

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Coleção Santos e Documentação de Arquivos: todos os referências

Definição:

Nome do local associado à produção do objeto.

Exemplos:

Karystos/Evia/Grécia/Europa
Spurn Point/North Humberside/Inglaterra/Europa

Observações:

- Para registrar informações sobre locais específicos, separe cada componente relativo ao local utilizando o mesmo símbolo como, por exemplo, uma barra (/).
- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Use a Categoria de Informação de Função de Produção para especificar como o local de Produção está associado ao objeto.

Data de produção

Definição:

Data ou intervalo de tempo associado à produção do objeto.

Exemplos:

c.1883
21-01-1956
1200-1400
600 AC
10 AEC

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".
- Seja o mais preciso possível ao registrar datas. Poderá ser necessário registrar intervalos de datas ou qualificar a data registrada de alguma forma. Neste caso, utilize sempre o mesmo método para indicar qualquer qualificação.
- Use a Categoria de Informação de Função de Produção para especificar como a data de Produção está associada ao objeto.

Nome do grupo/indivíduo produtor

Nomenclatura alternativa:

Artista
Designer
Executor
Fabricante

Definição:

Indivíduo, grupo ou organização associada à produção do objeto.

Exemplos:

Iroqueses
Heals Ltda.
Jones, I

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Use a Categoria de Informação de Função de Produção para especificar como o indivíduo/grupo produtor está associado ao objeto.

Função da produção

Definição:

Forma como o indivíduo/grupo, a data ou o local estão associados às origens do objeto, incluindo a criação, fabricação, uso, escavação ou coleta de um objeto ou espécime.

Exemplos:

designer
fabricante
pintor

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- Poderá ser necessário registrar várias funções de Produção para o mesmo indivíduo/grupo, data ou lugar como, por exemplo, quando um objeto foi projetado e fabricado pela mesma companhia.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE TÍTULO DE OBJETO

Grupo de Informação sobre Título de Objeto

Objetivo:

A informação de título de objeto favorece a Segurança, o Acesso e o Arquivo Histórico. Sendo, frequentemente, a principal identificação de objetos de arte e outros objetos de valor, o título do objeto é essencial para descrever tais coleções. Trata-se, também, de um ponto essencial de acesso às informações sobre o objeto para todos os tipos de usuários.

Categorias de informação:

Título
Tipo de título
Tradução do título

Exemplos:

Título: Las Meninas
Tipo de título: título do artista
Tradução do título: As Damas de Companhia
Título: As Damas de Honra
Tipo de título: título popular
Título: Nossa Senhora e o Menino
Tipo de título: título iconográfico

Observações:

- Este Grupo de Informações poderá ser repetido todas as vezes em que isso for necessário. Um objeto pode ter mais de um título, e um título pode ser compartilhado por vários objetos.

Título

Definição:

Nome atribuído a um objeto ou grupo de objetos pelo artista/criador ou coletor na sua origem, ou títulos subsequentes, sejam especificamente atribuídos, ou geralmente conhecidos para se referir ao objeto.

Exemplos:

Nossa Senhora e o Menino
Sem título

Observações:

- Use "Sem título" apenas quando essa expressão tiver sido atribuída como título.

- O registro de títulos deverá aplicar a mesma pontuação e letras capitulares como indicado pela fonte.

- Ao descrever um grupo de objetos com um nome de coleção, registre esse nome como um dos títulos.

Tipo de título

Definição:

Natureza do Título registrado.

Exemplos:

coleção
artista
popular
série
comercial

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Tradução do título

Definição:

Tradução do Título registrado.

Exemplos:

Le Grand Lit de Ware

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Santos e Documentação de Acervos: textos de referência.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE PARTE E COMPONENTE

Grupo de Informação sobre Parte e Componente

Objetivo:

A informação de parte e componente favorece a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso. Sem esta informação não é possível manter o controle adequado do acervo, assegurar que não haverá perda ou extravio de objetos nem, tampouco, fornecer uma descrição mais detalhada dos objetos para fins de pesquisa.

Categorias de informação:

Número de partes ou componentes

Descrição de partes e componentes

Exemplos:

Número de partes ou componentes: 32

Descrição de partes e componentes: 8 painéis, 16 pés, 8 tapeçarias

Observações:

- Quando os registros de um objeto são realizados em diferentes níveis (por exemplo, jogos, arquivos etc.), a informação de parte e componente descreverá os itens do nível de registro imediatamente posterior.
- Para cada coleção, deve-se definir se será feita a descrição de cada parte ou conjunto de objetos separadamente, ou como um único conjunto ou objeto, listando os componentes individualmente por nome e atribuindo-lhes números.

Número de partes ou componentes

Nomenclatura alternativa:

Volume

Número de itens

Quantidade

Definição:

Número de partes fisicamente separadas ou separáveis de um objeto ou um conjunto de objetos descritos por registros individuais no nível de registro imediatamente posterior.

Exemplos:

Descrição de partes e componentes

Definição:

Breve descrição das partes fisicamente separadas ou separáveis de um objeto ou conjunto de objetos.

Exemplos:

Para um retábulo:

2 painéis centrais e 1 asa esquerda

Para um serviço de chá:

1 bule de chá (com tampa), 1 açucareiro, 1 leiteira, 6 xícaras e 6 pires

Para um grupo de espécimes de um acervo científico:

50 espécimes (aproximadamente), 4 espécies

Observações:

- Ao descrever lotes como, por exemplo, um grupo de espécimes em um acervo de ciências biológicas ou geociências, forneça o número aproximado de espécimes do lote. Inclua também o número de espécies, quando for o caso.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

**GRUPO DE INFORMAÇÃO
SOBRE CATALOGAÇÃO**

Grupo de Informação sobre Catalogação

Objetivo:

A informação de catalogação favorece a Segurança, a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Sem esta informação, não é possível estabelecer quando a informação do objeto foi criada, ou determinar a sua precisão, ambos fatores essenciais para o controle do inventário e para apoiar atividades de pesquisa. Esta informação pode ajudar a impedir alterações não autorizadas na documentação.

Categorias de informação:

Catalogador
Data de catalogação
Autoridade

Exemplos:

Catalogador: Legrand, M.
Data de registro: 23-04-1992
Autoridade: Delahaye, F.

Observações:

- A informação do catalogador poderá ser atribuída à documentação como um todo, ou repetida para partes específicas da documentação. Normalmente, a informação do catalogador deverá ser repetida em relação a cada Grupo de Informação.

Catalogador

Definição:

Nome do indivíduo responsável pelo registro de um Grupo ou Categoria de Informação.

Exemplos:

Smith, R. G.

Observações:

- Recomenda-se o uso de uma relação de termos autorizados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Data de registro

Definição:

Data de criação/modificação de um Grupo ou Categoria de Informação.

Exemplos:

23-01-1989

Observações:

- Utilize sempre o mesmo formato para registrar datas.
- Registre sempre os quatro dígitos do ano. Por exemplo, "1994" e não "94".

Autoridade

Nomenclatura alternativa:

Fonte da Informação

Definição:

Indivíduo ou referência que forneceu a informação registrada no Grupo ou Categoria de Informação.

Exemplos:

Smith, W. G.

Observações:

- Poderá ser necessário utilizar termos de uso controlado para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Smith e Documentação de Arquivos: todos são referência.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE REFERÊNCIA

Grupo de Informação sobre Referência

Objetivo:

Esta informação favorece a Responsabilidade, o Acesso e o Arquivo Histórico. Pode, também, ser significativa na comprovação da propriedade do objeto, por exemplo, quando se faz referência a documentos comprovando a sua titularidade legal.

Categorias de informação:

Referência

Tipo de referência

Exemplos:

Para referir-se a um arquivo mantido em outro local:

Referência: 1991.234

Tipo de referência: arquivo de conservação

Para referir-se a outro objeto:

Referência: 1981.234

Tipo de referência: objeto

Para referir-se a uma publicação:

Referência: Smith, K., *Studies in Palaeontology*. 1978.

Tipo de referência: publicação

Observações:

- Este Grupo de Informação poderá ser repetido várias vezes, conforme a necessidade de registro de múltiplas referências.
- Poderão ser feitas referências a outros objetos da coleção, bem como a documentação complementar.

Referência

Definição:

Número ou código que associa a documentação do objeto a qualquer documentação complementar sobre o objeto ou outro objeto do acervo.

Exemplos:

1983.34

Observações:

- Use um formato padrão para descrever as Referências de acordo com as práticas estabelecidas pela instituição.

Tipo de referência

Definição:

Descrição do tipo de Referência registrado.

Exemplos:

objeto

arquivo de aquisições

bibliográfica

Observações:

- Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS DE REPRODUÇÃO

Grupo de Informação sobre Direitos de Reprodução

Objetivo:

A informação sobre direitos de reprodução favorece a Responsabilidade e o Acesso. O registro desta informação garante que um museu possui condições para assegurar a proteção dos direitos intelectuais, de reprodução e de uso relativos ao objeto.

Categorias de informação:

Aviso sobre direitos de reprodução

Proprietário dos direitos de reprodução

Exemplos:

Aviso sobre direitos de reprodução: As restrições aplicam-se apenas ao uso no Reino Unido.

Proprietário dos direitos de reprodução: Wellcome Trust

Observações:

- Este Grupo de Informação poderá ser registrado mais de uma vez para cobrir vários proprietários de direitos de reprodução, bem como diferentes tipos de restrições de uso.

Aviso de direitos de reprodução

Definição:

Descrição da natureza dos direitos de Reprodução e sua propriedade e as restrições de uso aplicáveis ao objeto.

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Diretrizes de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM)

Exemplos:

É permitida a reprodução para fins não lucrativos após a expressa autorização do proprietário.

Observações:

- Esta Categoria de Informação poderá ser registrada sempre que necessário e para diferentes restrições relativas a um único proprietário de direitos de Reprodução.

Proprietário dos direitos de reprodução

Nomenclatura alternativa:

Detentor dos direitos autorais (*copyright*)

Definição:

Indivíduo, organização ou grupo de indivíduos que detêm os direitos de reprodução ou outros direitos de uso do objeto.

Exemplos:

National Gallery of Art, Londres

Observações:

- Poderá ser necessário utilizar termos de uso controlado para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

GRUPO DE INFORMAÇÃO SOBRE ASSUNTO REPRESENTADO

Grupo de Informação sobre Assunto

Representado

Objetivo:

A informação sobre assunto representado favorece principalmente o Acesso. Sem esta informação, não é possível fornecer nem mesmo um acesso elementar às coleções pictóricas, além daquele exigido para fins de Responsabilidade. A informação sobre assunto representado também favorece a identificação de objetos.

Categorias de informação:

Assunto representado

Descrição do assunto representado

Exemplos:

Assunto representado: paisagem marinha

Assunto representado: barcos à vela

Descrição do assunto representado: praia e mar próximos a uma cidade com barcos à vela e mar agitado

Observações:

- Ao documentar obras gravadas incluindo filmes ou músicas, utilize este Grupo de Informação para registrar uma transcrição ou descrição temática da música ou apresentação musical.
- Ao descrever livros ou outras obras escritas, utilize este Grupo de Informação para registrar uma descrição e a interpretação dos textos, quando aplicável.
- Este Grupo de Informação poderá incluir informações sobre pessoas, lugares, eventos ou objetos representados.
- Este Grupo de Informação poderá ser repetido sempre que necessário.
- A informação sobre assunto não é registrada nos casos de coleções de ciências naturais.

Assunto representado

Nomenclatura alternativa:

Iconografia

Representação

Conteúdo

ANEXO: Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). Páginas 45 – 72.

Coleção Gentile e Documentação de Arquivos: textos de referência

Definição:

Termo que descreve a composição abstrata ou figurativa de um objeto ou da decoração desse objeto ou, ainda, a interpretação da composição.

Exemplos:

flôres
Rainha Elizabeth I
guerra

Observações:

- * Recomenda-se o uso de termos controlados para esta Categoria de Informação. Veja o item "Controle de conteúdo e terminologia" na Introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.
- * Este Grupo de Informação poderá incluir dados sobre pessoas, lugares, eventos ou objetos representados.

Descrição do assunto representado

Nomenclatura alternativa:

Iconografia
Assunto
Conteúdo

Definição:

Descrição textual da composição abstrata ou figurativa de um objeto ou da decoração desse objeto e a interpretação dessa composição.

Exemplos:

Em primeiro plano, mulher colhendo batatas em um campo com uma aldeia ao fundo da composição.